



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LUCIENE APARECIDA BARREIROS

**O CURRÍCULO NA CONSTITUIÇÃO DE CONHECIMENTOS
E HABILIDADES PARA A INTERVENÇÃO DOS
ASSISTENTES SOCIAIS FORMADOS PELA UEL**

Londrina
2020

LUCIENE APARECIDA BARREIROS

**O CURRÍCULO NA CONSTITUIÇÃO DE CONHECIMENTOS
E HABILIDADES PARA A INTERVENÇÃO DOS
ASSISTENTES SOCIAIS FORMADOS PELA UEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina-UEL, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Evaristo Emigdio Colmán Duarte

Londrina
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

B271 Barreiros, Luciene Aparecida.

O Currículo na constituição de conhecimentos e habilidades para intervenção dos assistentes sociais formados pela UEL / Luciene Aparecida Barreiros. - Londrina, 2020.
161 f.

Orientador: Evaristo Emigdio Colmán Duarte.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2020.
Inclui bibliografia.

1. Conhecimentos e Habilidades - Tese. 2. Serviço Social - Tese. 3. Currículo - Tese. 4. Intervenção - Tese. I. Emigdio Colmán Duarte, Evaristo. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36

LUCIENE APARECIDA BARREIROS

**O CURRÍCULO NA CONSTITUIÇÃO DE CONHECIMENTOS E
HABILIDADES PARA A INTERVENÇÃO DOS ASSISTENTES
SOCIAIS FORMADOS PELA UEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina-UEL, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Evaristo Emigdio Colmán Duarte
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profª Drª Jolinda de Moraes Alves
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profª Drª Lorena Ferreira Portes
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 19 de novembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Aos sujeitos que participaram desta pesquisa, às professoras e aos assistentes sociais por concederem as entrevistas e pelas valiosas contribuições.

Ao Sistema de Arquivos da UEL (SAUEL) pela disponibilização dos arquivos e documentos que possibilitaram a realização da pesquisa documental.

Ao Prof.^o Evaristo, que se tornou meu orientador neste processo, por toda compreensão e principalmente a disponibilidade em participar e contribuir na condução da pesquisa, o seu apoio foi de extrema importância para que a conclusão deste trabalho fosse possível.

Às Professoras Jolinda de Moraes e Lorena Portes, por terem aceitado o convite para a banca e às Professoras Eliane Campos e Melissa Portes por aceitarem o convite para serem suplentes da banca.

A Professora Silvia Alapanian por todas as contribuições e questões levantadas que foram indispensáveis para a construção desta pesquisa.

A Lorena Portes e Melissa Portes por me receberem no projeto de pesquisa, que tanto contribuiu para construção de reflexões, e também pela companhia e apoio durante estes anos de formação. Agradeço também às meninas do projeto, que não irei citar para não ser injusta e esquecer alguém, mas obrigada por compartilharem comigo diversos momentos, dúvidas, reflexões e muita risada.

À minha família, minha mãe, meu pai, minha irmã e minhas sobrinhas por todo apoio, ainda que muitas vezes não compreendam, sempre me apoiaram indistintamente e com certeza o suporte de vocês foi essencial para a realização deste trabalho.

À Luana, minha namorada e companheira de todos os momentos, que sempre me incentivou e encorajou, a sua paciência e seu apoio foram de extrema importância para eu conseguir enfrentar as dificuldades desta caminhada.

Aos meus amigos Mario e Silvio, que foram de extrema importância nesse trabalho, o apoio e a presença de você nessa reta final fizeram a total diferença. À minha amiga Patrícia, muito obrigada por estar presente em diversos momentos, pelo apoio e paciência.

Aos meus amigos, que também não irei citar todos, mas que se fizeram presente nesta caminhada (ainda que por diversas vezes online, principalmente depois do início dessa pandemia), o carinho de vocês nos diversos momentos da pesquisa, através da companhia e das conversas foi parte importante da construção da dissertação.

À Capes pelo suporte financeiro neste processo de pesquisa.

BARREIROS, Luciene Aparecida. **O Currículo na constituição de conhecimentos e habilidades para intervenção dos assistentes sociais formados pela UEL.** 2020 161 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada se refere aos conhecimentos e habilidades para a intervenção dos assistentes sociais no Currículo do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). O objetivo da pesquisa é o de aferir a compreensão dos assistentes sociais, formados em Serviço Social na UEL, acerca dos conhecimentos e habilidades para intervir propiciados pelo curso. Para tanto, foi necessário reconstituir, no percurso dos diversos Currículos mínimos do Serviço Social, a preocupação pelos conhecimentos e habilidades necessários para intervenção dos assistentes sociais; analisar, nas anteriores e na atual proposta de Formação Profissional do curso de Serviço Social da UEL, a atenção para as necessidades da intervenção profissional; e analisar a relação que assistentes sociais, formados na UEL, estabelecem entre as dificuldades na intervenção profissional e a formação recebida durante o curso. A pesquisa é de natureza qualitativa, foi realizada com base na revisão de literatura, na pesquisa documental, utilizando os documentos disponibilizados pela SAUEL e os encontrados no site da instituição e, na pesquisa de campo, através de entrevista semiestruturadas com professoras que participaram do processo de revisão curricular e implementação do Currículo em vigência e também com os egressos de 2009-2018. Os resultados alcançados evidenciam que a apropriação dos estudantes durante o curso se concentra nos conhecimentos teóricos e normativos, ficando as habilidades interventivas num plano secundário, embora houvesse uma grande preocupação da escola em equilibrar conhecimentos e habilidades interventivas.

Palavras-chave: Conhecimentos. Habilidades. Intervenção. Currículo. Serviço Social.

SOBRE BARREIROS, Luciene Aparecida. **The Curriculum in the constitution of knowledge and skills for intervention by social workers trained by UEL.** 2020 161 p. Dissertation (Master's in Social Work) - State University of Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

The research presented here refers to the knowledge and skills for the intervention of social workers in the curriculum of the Social Service course at the State University of Londrina (UEL). The objective of the research is to assess the understanding of social workers, trained in Social Work at UEL, about the knowledge and skills to intervene provided by the course. For that, it was necessary to reconstitute, in the course of the various Minimum Social Service Curricula, the concern for the knowledge and skills necessary for the intervention of social workers; analyze, in the previous and in the current Professional Training proposal of the UEL Social Work course, attention to the needs of professional intervention; and to analyze the relationship that social workers, trained at UEL, establish between the difficulties in professional intervention and the training received during the course. The research is of a qualitative nature, it was carried out based on literature review, documentary research, using the documents made available by SAUEL and those found on the institution's website and, in the field research, through semi-structured interviews with teachers who participated in the process curriculum revision and implementation of the current curriculum and also with the graduates of 2009-2018. The results achieved show that the appropriation of students during the course is concentrated on theoretical and normative knowledge, with intervention skills at a secondary level, although there was a major concern of the school in balancing knowledge and intervention skills.

Keywords: Knowledge. Skills. Intervention. Curriculum. Social Work.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Síntese do artigo 4 da Lei 8662/1993	39
-----------------	--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Documentos do curso de Serviço Social UEL - arquivos escaneados.....	129
Quadro 2	Documentos do curso de Serviço Social UEL - arquivos online...	138
Quadro 3	Organização do Currículo com base nos Núcleos de fundamentação	67
Quadro 4	Quadro comparativo entre as disciplinas do curso de Serviço Social da UEL	143
Quadro 5	Quadro comparativo dos Objetivos, Perfil e Legislações	148
Quadro 6	Identificação dos Sujeitos da pesquisa	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAC	Atividade Acadêmica Complementar
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social
CEP/UEL	Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina
CESA	Centro de Estudos Sociais Aplicados
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRAS	Conselhos Regionais de Assistentes Sociais
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GEPFOR	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Formação Profissional em Serviço Social
INOCOOP	Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MEI	Microempreendedor Individual
PT	Partido dos Trabalhadores
PEP	Projeto Ético-Político
SAUEL	Sistema de Arquivos da UEL
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEL	Universidade Estadual de Londrina
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL ...	19
1.1 PROJETOS FORMATIVOS DO SERVIÇO SOCIAL (1936-1982)	19
1.2 A CONSTRUÇÃO DO ATUAL PROJETO FORMATIVO DO SERVIÇO SOCIAL	37
2 A TRAJETÓRIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UEL	47
2.1 TRAJETÓRIA CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UEL.....	47
2.2 O PROCESSO DE REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO V	57
3 A CONSTITUIÇÃO DOS CONHECIMENTOS E HABILIDADES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	75
3.1 IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITOS DA PESQUISA: AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	76
3.1.1 Condições De Trabalho Dos Assistentes Sociais E Espaço SócioOcupacional	77
3.1.2 Condições Materiais E Formação Profissional Dos Assistentes Sociais ..	84
3.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E OS CONHECIMENTOS E HABILIDADES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL	86
3.2.1 Compreensão Do Conceito De Conhecimentos E Habilidades E Quais São Necessários Para Ao Exercício Profissional.....	87
3.2.2 Avaliação Sobre A Formação Profissional.....	91
3.2.3 Possibilidades E Sugestões Para Superar As Dificuldades Da Formação Profissional	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
REFERÊNCIAS (OUTRAS FONTES)	118
APÊNDICES	122

APÊNDICE A	Roteiro da entrevista semiestruturada com as Professoras	124
APÊNDICE B	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	126
APÊNDICE C	Roteiro da entrevista semiestruturada com os Assistentes Sociais.....	128
APÊNDICE D	Quadro 1 – Documentos do curso de Serviço Social UEL - arquivos Escaneados	129
APÊNDICE E	Quadro 2 – Documentos do curso de Serviço Social UEL - arquivos online	138
APÊNDICE F	Quadro 4 – Quadro comparativo entre as disciplinas do curso de Serviço Social da UEL	143
APÊNDICE G	Quadro 5 – Quadro comparativo dos Objetivos, Perfil e Legislações	148
ANEXOS		151
ANEXO A	Questionário para os Egressos do curso de Serviço Social/UEL.....	152
ANEXO A	Síntese das atividades realizadas pelo curso de Serviço Social da UEL no processo de revisão curricular.....	156

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a constituição dos conhecimentos e habilidades para a intervenção do assistente social durante o curso. A inquietação sobre o tema advém do estranhamento e das vivências durante o processo formativo na graduação, no estágio, no contato com profissionais, na participação em projetos de pesquisa e extensão, eventos, palestras e outros espaços. Outra aproximação ao tema ocorreu com a inserção no projeto de pesquisa “Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Formação Profissional em Serviço Social – GEPFOR.”

A participação num curso de pós-graduação *lato sensu*, também reforçou a percepção das dificuldades na constituição dessas habilidades e conhecimentos. Majoritariamente, os profissionais relataram diversas dificuldades enquanto recém-formados, principalmente quanto à articulação dos conhecimentos teóricos no trabalho para a condução e utilização dos instrumentos técnicos-operativos na intervenção profissional.

A expectativa dos profissionais recém-formados de aprender sua profissão na escola, nos levou a refletir se a relação entre os conhecimentos e habilidades e as demandas postas pela intervenção tem sido objeto da preocupação e organização por parte das escolas ao longo da trajetória do curso de Serviço Social.

Desde o surgimento da primeira escola de Serviço Social no Brasil em 1936, junto à formação doutrinária, também havia a preocupação com o que na época era chamado de técnica, isso porque o que legitima a profissão é a sua inserção enquanto trabalhador nas diversas instâncias, por meio da contratação de instituições, principalmente vinculada ao Estado. Portanto, o profissional tem que desempenhar concretamente ações e funções de acordo com as demandas das instituições, executando serviços, por meio de rotinas de atendimento, encaminhamentos e outras diversas atividades.

Por isso, em que pese o grande peso da formação doutrinária e dos conhecimentos científicos, nunca se desconsiderou que há uma exigência das instituições que empregam os assistentes sociais, e isso se refletiu nos Currículos e nos debates da categoria, nos projetos formativos que antecederam o Movimento de Reconceituação e suas alterações. Num determinado período inclusive, a formação profissional se concentrava nisso, pois o Serviço Social era considerado quase

sinônimo das metodologias de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade.

A crítica desenvolvida pelo Movimento de Reconceituação e a implantação do Currículo Mínimo de 1982, rompeu a forma tradicional (até então) de se entender a intervenção profissional. Contudo, anos depois, se verificou dificuldades em torno à intervenção, principalmente quanto ao que se ensinava na disciplina de Metodologia do Serviço Social. Essas questões provocaram o movimento de revisão do currículo, que aprovou o documento denominado “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.)”, onde se define que o Serviço Social é uma especialização do trabalho, sua prática a concretização de um processo de trabalho e o objeto é a “Questão Social”.

O que se verificou, é que na trajetória do curso de Serviço Social da UEL, os Currículos também refletiram esses debates, mas é no Currículo V, onde ficou mais explícito, principalmente pelo rearranjo da carga horária para as disciplinas que abordam as questões interventivas da profissão, particularmente as de políticas sociais.

Para refletir sobre as discussões específicas dos conhecimentos e habilidades para a intervenção profissional buscamos os documentos em que estão definidos os modos operativos do Serviço Social, que, de acordo com o Currículo Mínimo de 1996, são processos de trabalho. Legalmente o Currículo Mínimo proposto em 1996 não foi implementado integralmente, devido as alterações postas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9394/1996, que suprimiu os Currículos Mínimos e os substituiu pelas Diretrizes Curriculares. Porém, umas das exigências do Ministério da Educação (MEC) foi a de que todos os cursos definissem as Competências e Habilidades.

Dessa forma, para buscar compreender os elementos que permeiam o assunto que nos inquieta, elencamos o seguinte questionamento: A formação profissional proposta no currículo V do curso de Serviço Social contempla os conhecimentos e habilidades necessários à intervenção dos assistentes sociais?

As aproximações ao objeto de pesquisa “os conhecimentos e habilidades para a intervenção dos assistentes sociais no currículo do curso de serviço social da Universidade Estadual de Londrina (UEL)”, realizou-se, por meio de uma pesquisa de natureza qualitativa, tendo como objetivo geral: “Verificar a compreensão dos assistentes sociais – formados em serviço social na UEL acerca dos

conhecimentos e habilidades para intervir propiciados pelo curso.”. Para alcançar o objetivo proposto, foram estabelecidos três objetivos específicos:

a) Rastrear, no percurso dos diversos currículos mínimos do Serviço Social, o tratamento dado aos conhecimentos e habilidades necessários para intervenção dos assistentes sociais;

b) Conferir, nas anteriores e na atual proposta de Formação Profissional do curso de Serviço Social da UEL, o tratamento dado às necessidades da intervenção profissional;

c) Verificar a relação que assistentes sociais, formados na UEL, estabelecem entre as dificuldades da sua intervenção profissional com a formação recebida durante o curso.

Por “conhecimentos e habilidades” entendemos a bagagem intelectual e operativa necessária para o exercício da profissão nas instituições e agências que empregam os assistentes sociais. Quer dizer, a bagagem em geral, não determinada a priori, pois, nem as Diretrizes Curriculares, nem os currículos da UEL, definem um corpo exclusivo e/ou exaustivo do que os assistentes sociais precisam saber e saber fazer para se desempenharem profissionalmente.

O projeto desta pesquisa foi cadastrado na Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina (CEP/UEL), pelo parecer número: 3.413.529, CAAE: 12345319.1.0000.5231, em junho de 2019.

A abordagem metodológica utilizada foi, no primeiro momento, um levantamento bibliográfico de materiais que subsidiaram a compreensão das diretrizes curriculares. Os materiais de apoio utilizados foram: livros, capítulos de livros, periódicos e artigos sobre formação profissional na área do Serviço Social e dos temas afins, além de teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação no Brasil, disponibilizados online. A revisão de literatura é construída tendo em vista subsidiar a realização das reflexões acerca da Formação Profissional em Serviço Social e a constituição dos conhecimentos e habilidades para a intervenção dos Assistentes Sociais.

A pesquisa documental foi realizada com os documentos do curso disponibilizados, mediante solicitação da pesquisadora, pelo Sistema de Arquivos da UEL (SAUEL), que foram escaneados pela pesquisadora na sede durante o dia 30 de

março de 2020 e o dia 01 de abril de 2020; assim como também foram utilizados os documentos localizados *online* no site do departamento de Serviço Social, que são de 1973 até os anos 2000. A análise documental que buscou identificar a concepção de formação, os objetivos do curso, o perfil de profissional a ser formado, a proposta e a organização curricular presentes no Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social da UEL, assim como nos documentos e normativas do Estágio Supervisionado e de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), para analisar a atenção para as necessidades da intervenção profissional.

Para compreender como se deu a revisão curricular e a implementação do Currículo em vigência do curso de Serviço Social, além dos documentos, foram convidadas 3 professoras que participaram desse processo, das quais 2 aceitaram o convite e participaram da pesquisa, que utilizou como instrumento para a coleta de dados uma entrevista semiestruturada (Apêndice A), que foram gravadas e transcritas com autorização das mesmas, através de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), ambas realizadas na primeira quinzena do mês de abril de 2020 via *Skype*, em decorrência da pandemia do Covid-19.

Além das entrevistas com as professoras, foi realizada uma aproximação aos egressos da UEL, formados entre os anos de 2009-2018, totalizando vinte turmas, matutino e noturno, e 519 formados, com a finalidade levantar o perfil dos egressos e para identificar a compreensão destes sobre sua formação profissional e a construção dos conhecimentos e habilidades no Currículo do curso de Serviço Social da UEL. Para isso, aplicamos um questionário (Anexo A) elaborado para atender os objetivos da pesquisadora e do Colegiado de Curso de Serviço Social, que o distribuiu via *google docs*, em junho de 2019.

Posteriormente, foi realizada uma entrevista semiestruturada (Apêndice C) com os egressos que estão atuando como assistentes sociais, gravada e transcrita com autorização dos mesmos, através de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B). A realização das entrevistas ocorreu entre dezembro de 2019 e março de 2020, as quais majoritariamente foram realizadas presencialmente, contudo 4 entrevistas foram realizadas por *Skype*, duas porque os assistentes sociais não residiam na região de Londrina e as duas últimas, que ocorreram em março, devido a pandemia.

A dissertação está estruturada em três capítulos, que se organiza da

seguinte forma:

O primeiro capítulo buscou, através da revisão de literatura, reconstituir no percurso dos diversos Currículos mínimos, em vigência durante a trajetória do curso de Serviço Social no Brasil, a preocupação com a construção dos conhecimentos e habilidades para a intervenção dos assistentes sociais.

No segundo capítulo discorreremos sobre a trajetória do curso de Serviço Social da UEL, para isso apresentamos a pesquisa documental realizada para compreender a preocupação com os conhecimentos e habilidades para a intervenção nos projetos formativos do curso dos Currículo I, II, III e IV, e ainda para aprofundar a análise sobre a revisão curricular que resultou no Currículo em vigência, foram realizadas as entrevistas com as professoras que participaram desse processo para compreender o conteúdo dos debates e a implementação do Currículo V.

No terceiro e último capítulo foi apresentado a pesquisa de campo realizada com os egressos do curso de Serviço Social entre os anos de 2009 e 2018, para assim, com base na compreensão da atual proposta de formação do Currículo V, analisar a relação que esses Sujeitos estabelecem com as dificuldades de intervenção.

As considerações finais tiveram como objetivo apresentar uma síntese do processo de pesquisa e os principais apontamentos obtidos a partir dos dados coletados e analisados.

1 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O presente capítulo tem como objetivo tratar da formação profissional em Serviço Social no Brasil, com vistas a compreender alguns dos elementos fundamentais que constituem os diferentes projetos formativos dos assistentes sociais. No primeiro momento serão apresentados os projetos formativos e posteriormente analisada a construção da atual proposta formativa, com ênfase no processo de revisão curricular que culminou na aprovação das “Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, de 8 de novembro de 1996.)”, documento no qual se embasam os Currículos dos cursos de Serviço Social na atualidade.

1.1 PROJETOS FORMATIVOS DO SERVIÇO SOCIAL (1936 – 1982)

Para iniciar a exposição a que se propõe o capítulo, de discutir os projetos formativos, é necessário compreender que o surgimento do Serviço Social no Brasil ocorre em um contexto de profundas transformações econômicas, políticas e sociais em que se efetiva o protagonismo católico, com o estabelecimento de alianças entre o Estado e a Igreja Católica¹.

Iamamoto e Carvalho (2014) apontam que é na conjuntura de mudanças econômicas e políticas e do movimento da reação católica que o Serviço Social emerge como desdobramento da Ação Católica. O Centro de Estudos e Ação Social - CEAS, criado em 1932 em São Paulo, ofertava cursos intensivos, dirigidos pela *Mlle. Adelle de Loneux*, professora da escola católica de Serviço Social na Bélgica, para promover a formação de membros com base na doutrina social da Igreja Católica.

No ano de 1936 foi fundada a primeira escola de Serviço Social no Brasil, no estado São Paulo. O período que vai desse marco temporal a meados do ano de 1947 é conhecido como a gênese da profissão. O Serviço Social é demandado

¹ A igreja católica havia perdido a força política que detinha durante o império e o movimento de ação católica tinha como objetivo recristianizar o Brasil, por isso esta aliança com o Estado era importante para a Igreja. Consultar: IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. Cortez, 2014.

como profissão e o Estado brasileiro, direta e/ou indiretamente, conferiu legitimidade à intervenção profissional do Assistente Social a partir de então. Segundo Sá:

O ano de 1936 marca o início do serviço social no Brasil, com a criação da primeira escola em São Paulo pelos CEAS - Centro de Estudos e Ação Social. Em 1937, organizam-se o Instituto Social do Rio de Janeiro a escola Ana Néri também no Rio de Janeiro. Segue em 1940, o Instituto de Serviço Social de São Paulo (escola masculina) e a Escola de Serviço Social em Pernambuco; em 1943 da Escola de Serviço Social do Rio (atual PUC-RJ); em 1944 a Escola Técnica de Assistência Cecy Dodsworth, no Rio de Janeiro, as Escolas de Serviço Social do Paraná e da Bahia; em 1945 as escolas de Porto Alegre, Natal e Niterói; em 1946 da escola de Minas Gerais; em 1950 de Campinas; em 1951 escola de João Pessoa; em 1954 a Escola Maranhense de Serviço Social e a escola de Sergipe. Em 1955 havia 21 escolas funcionando em 17 estados, com aproximadamente 700 alunos matriculados. No período de 1936 a 1955 cerca de 877 alunos tinham sido diplomados. (SÁ, 1995, p. 65-66)

A profissão era compreendida como uma vocação marcada pela perspectiva do projeto formativo doutrinário, com forte influência confessional, fundamentada nos princípios filosóficos neotomistas. Conforme Iamamoto e Carvalho (2014), o curso era fundamentado em quatro pilares: “o pessoal, o moral, o científico e o prático”. As ações deveriam ser pautadas nos princípios da dignidade e perfectibilidade humana pois havia a preocupação de garantir uma formação moral e técnica.

Portanto, a formação tinha uma concepção pautada em preceitos religiosos e o objetivo era auxiliar na manutenção do controle social por meio do trabalho junto às famílias pobres no intuito de levar educação, tratamento e amparo para o trabalho e assim mantê-los funcionais àquele estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Assim, os primeiros cursos de Serviço Social propunham um conteúdo voltado para essa formação, não apenas técnica, mas também moral. Segundo Portes (2016, p. 63) “A formação científica/intelectual se dava através das disciplinas científicas como a sociologia, psicologia, biologia e moral”. A autora cita um depoimento de Helena Iracy Junqueira, aluna da primeira turma da Escola de Serviço Social de São Paulo, sobre sua formação, dando uma ideia de como isso acontecia:

[...] estudávamos a família, o Estado, o sindicato, a vida do trabalhador e muitas coisas deste tipo que então, discutíamos em grupos, grupos pequenos. Eu me lembro que falávamos mais sobre menores e Maria Khriel,

mais sobre trabalho e Serviço Social no Trabalho. Eram estas as áreas. O que nós enfocávamos era isso, ou seja, precisávamos conhecer a sociedade nas suas bases, nas suas relações, a problemática social e o indivíduo lá dentro; o problema não só do indivíduo, mas o problema social e procurávamos então verificar o que poderíamos fazer neste sentido. (JUNQUEIRA, apud PORTES 2016, p. 69).

Passados os primeiros anos da gênese da profissão e, ainda que não tivesse ocorrido um rompimento com a perspectiva doutrinária, a partir de meados de 1940, o projeto formativo e a concepção de profissão passaram a ter influência do Serviço Social norte-americano. Esse movimento se deveu à incorporação dos fundamentos positivistas com grande influência do pragmatismo e tecnicismo.

Essa interlocução foi estimulada pelas parcerias e acordos que o governo brasileiro estabeleceu com os Estados Unidos e que refletiram nos planos econômico, político e social. Na área do Serviço Social isso gerou intercâmbios para capacitação com o objetivo de modernizar a profissão no Brasil. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2014). Nesse momento foi importado o método de Mary Richmond de Serviço Social de Caso e, um pouco mais tarde, de Grupo e de Desenvolvimento de Comunidade, pois havia uma preocupação com a construção de uma metodologia que instrumentalizasse a ação dos assistentes sociais. Gordon Hamilton definia o Serviço Social de Caso como:

O Serviço Social de Casos caracteriza-se pelo objetivo de fornecer serviços práticos e de aconselhar de tal modo que seja desenvolvida a capacidade psicológica do cliente, e ele seja levado com habilidade a utilizar-se dos serviços existentes para atender seu problema. (apud PORTES, 2016, p. 81)

Em que pese na literatura profissional, frequentemente haver uma análise genérica tratando como homogêneo o período compreendido entre meados de 1940 até a instauração da ditadura militar, em 1964, para o Serviço Social esse foi um momento em que ocorreram vários movimentos, com a interlocução e incorporação de diferentes matrizes teóricas como as teorias psicológicas, da cientificidade, o funcionalismo e o positivismo, que fundamentaram um conjunto de técnicas que buscavam dar embasamento científico à prática profissional.

Nesse período ocorreram avanços na organização e sistematização da profissão que passaram a ter como objetivo a eficiência ante às “disfunções sociais”. Já nesse momento, o Estado realizava a contratação de assistentes sociais formados para trabalhar nas instituições e campos ocupacionais que se consolidavam, como afirma Iamamoto:

Se o Serviço Social surge no seio do movimento católico, o processo de profissionalização e *legitimação* da profissão encontra-se estreitamente articulado à expansão de grandes instituições socioassistenciais estatais, paraestatais e autárquicas, que surgem especialmente na década de 1940. (IAMAMOTO, 2013, p. 34, grifo nosso)

Assim como houve a expansão de instituições assistenciais que empregavam os assistentes sociais, também ocorreu a ampliação da oferta de cursos de Serviço Social no Brasil. As escolas que eram isoladas pelo país começaram a integrar o circuito universitário na década de 1950.

No que diz respeito ao esforço de organização e de construção de uma direção nacional para a formação, foi fundada, em 1946, a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), uma organização representativa com o objetivo de refletir e sistematizar as propostas de formação profissional para o curso de Serviço Social.

À ABESS se deveu o Currículo aprovado por meio da Lei nº 1.889 de 13 de junho de 1953 e regulamentado pelo Decreto nº 35.311, de 08/04/1954, a primeira proposta curricular sistematizada para a formação profissional de assistentes sociais, onde eram expressas as finalidades do ensino da profissão, conforme o segundo artigo do decreto.

Art. 2º O ensino do Serviço Social tem por finalidade:

- I - prover a formação de pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social;
- II - aperfeiçoar e propagar os conhecimentos e técnicas relativas ao Serviço Social;
- III - contribuir para criar ambiente esclarecido que proporcione a solução adequada dos problemas sociais. (BRASIL, 1954)

O curso de Serviço Social foi regulamentado para ter a duração mínima de três anos. Era composto pelo ensino teórico e prático, além dos estágios supervisionados e a realização de um trabalho final. As disciplinas obrigatórias do curso são expressas no artigo quinto, de acordo com a seriação.

Art. 5º - O curso ordinário de Serviço Social compreenderá as seguintes disciplinas:

- I - 1ª Série.
 - a) Sociologia;
 - b) Ética Geral;
 - c) Psicologia;
 - d) Estatística;
 - e) Noções de Direito;
 - f) Higiene e Medicina Social;
 - g) Introdução ao Serviço Social;
 - h) Serviço Social de Casos;

i) Serviço Social de Grupos.

II - 2ª Série.

- a) Economia Social;
- b) Legislação Social;
- c) Ética Profissional;
- d) Higiene Mental;
- e) Pesquisa Social;
- f) Atividades de Grupo;
- g) Organização Social da Comunidade.

III - 3ª Série.

- a) Administração de Obras Sociais;
- b) Organização Social da Comunidade;
- c) Pesquisa Social. (BRASIL, 1954)

A respeito da linguagem do Currículo, Sá (1995) analisa que o vocabulário utilizado na estrutura curricular apresenta traços descritivos acerca da compreensão de Serviço Social que se tinha naquele momento e dos elementos entre sujeito-objeto-conhecimento, o qual conclui que:

Os verbos empregados revelam, de fato, a intencionalidade do discurso e da ação profissional que permeia o currículo de Serviço Social: a influência cristã na sociedade, de modo a modificar, reformar, prevenir, promover, desde que se mantenha a ordem social estabelecida. (SÁ, 1996, p. 121)

Naquele momento havia um movimento de modernização ocorrendo em todo o país, buscando a atualização da legislação e a regulamentação referente ao ensino superior no território nacional.

A Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com o Ministério da Educação e do Desporto passando a exercer a atribuição de formular e avaliar a política nacional de educação. Nela é conferida ao Conselho Federal de Educação a atribuição de “estabelecer a duração e o Currículo mínimo dos cursos de ensino superior” (BRASIL, 1961). A fixação de Currículos Mínimos dos cursos atendia ao objetivo de assegurar uniformidade nos conteúdos, detalhamento das disciplinas e cargas horárias, assim como do tempo mínimo e máximo de duração dos cursos.

Nesse processo, o exercício da profissão de Serviço Social passou a ser regulamentado pela Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, e pelo Decreto nº 994, de 1962, que delimitou quais as atribuições dos assistentes sociais.

Art. 3º São atribuições dos assistentes sociais:

- a) direção de escolas de Serviço Social;

- b) ensino das cadeiras ou disciplinas de serviço social;
- c) direção e execução do serviço social em estabelecimentos públicos e particulares;
- d) aplicação dos métodos e técnicas específicas do serviço social na solução de problemas sociais. (BRASIL, 1957)

A regulamentação da profissão explicitava o movimento de superação da perspectiva do Serviço Social como vocação, fortalecendo a percepção de uma profissão de natureza técnica, com fundamentação científica, que vai se reafirmando dentro e fora da categoria profissional.

O primeiro Currículo mínimo publicado após essa regulamentação, aprovado pelo Parecer nº 286/62 e Resolução nº 512/64, segue a mesma influência do Currículo de 1953, com as disciplinas de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade/Desenvolvimento de Comunidade.

No entanto, tem início um processo de questionamentos sobre a profissão, sobre a conjuntura e a fundamentação do Serviço Social, não só brasileiro, mas também latino-americano. Esse movimento se acentuará a partir da segunda metade da década de 1960. Em meio a esse movimento, porém, o golpe militar de 1964 alterou as relações de poder na sociedade, com mudanças importantes na administração pública. Marco Aurélio Nogueira, tenta sintetizar essas mudanças:

O regime articulou-se simultaneamente com os grupos dominantes mais atrasados e com o grande capital monopolista, promovendo rápida modernização econômica. Graças a uma inédita dose de intervenção estatal, que centralizou decisões e subsidiou esforços expansivos, a produção industrial conheceu enorme crescimento e a velha estrutura latifundiária foi contagiada pela racionalidade capitalista. Para realizar uma rápida acumulação, o regime pôs em prática uma política econômica voltada para a produção de bens de consumo duráveis, favoreceu as grandes empresas nacionais e estrangeiras, capitalizou e reprivatizou a economia, reduziu salários e estimulou o inchaço do sistema financeiro. Modernizou o País, mas deformou-o em vários setores, recheando de artificialismo a estrutura produtiva e impondo um pesado ônus à sociedade. (NOGUEIRA, 1998, p. 103)

Esse novo contexto nacional, não alterou muito, de início, o movimento de reflexão no interior da profissão. O Movimento de Reconceituação na América Latina, que se iniciou em 1965, foi um marco dessas problematizações e reflexões acerca da fundamentação teórico-metodológica da profissão. Ainda que com dificuldades devido à conjuntura de ditadura militar, as bases do Serviço Social, e conseqüentemente a lógica curricular, começaram a ser questionadas, mesmo que com nuances distintas no Brasil. Os questionamentos e debates buscavam romper

com as influências franco-belga e norte-americana para, assim, pensar o Serviço Social a partir da realidade latino-americana e, mais especificamente brasileira.

Porém, com o passar dos primeiros anos, a ditadura aprofundou as mudanças. No país, o ensino superior passava por uma reestruturação, resultado dessa necessidade de modernizar o sistema educacional², o que ocorreu sob a influência norte-americana através do acordo MEC/USAID, expresso na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que introduziu a Reforma Universitária.

A Reforma Universitária implanta diretrizes do acordo MEC (Ministério da Educação) e o USAID (United States Agency for International Development) firmado em 1964, mas tornado público apenas em 1966. Com a reforma, deixou-se de lado o modelo humanista do ensino em privilégio ao modelo americano produtivista. Dentro outras ações, as cátedras foram substituídas pelos departamentos e a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras foi desmembrada. (ECA/USP, 2020)

Para compreender a formação profissional do Serviço Social a partir desse momento é necessário localizá-la no contexto desse aprofundamento da ditadura que exercia o poder por meio do controle autoritário, sob um discurso de modernização.

Por um lado, houve um processo de ampliação do mercado para a profissão, tanto no âmbito estatal como no privado. Havia requisições de novos padrões de desempenho dos assistentes sociais, que precisavam dominar os procedimentos racionais para atuar nesses campos. Tais mudanças requereram uma modernização do Serviço Social.

As dificuldades em romper com as determinações do poder dominante podem ser observadas no texto do documento da ABESS, apresentado no XIV Congresso Internacional de Serviço Social, realizado em Helsinki, em 1968, onde o discurso reforça o modelo oficial:

Circunstâncias históricas de implantação consolidação ou expansão do Serviço Social, dificuldades político-administrativas como ausência de uma conveniente política educacional, falta de planejamento global para a educação nacional, que requer mobilização geral de recursos e pessoal especializado, dificuldades como deficiência de base cultural, de recursos e de equipamento técnico, dificuldades de maior intercâmbio nacional e internacional, são índices para ajuizar-se do descompasso entre as expectativas da sociedade pelo trabalho profissional de assistente social e a

² Decorrente desse contexto e da influência do modelo norte-americano no ensino superior brasileiro, o modelo utilizado de sistema de créditos expressava essa modernização, pois possibilitava uma maior flexibilidade curricular.

satisfação profissional do próprio assistente social com sua atividade. A problemática dos “valores em Serviço Social” aí aparece não apenas em casos isolados, mas nos próprios modelos a nortear perspectivas globais de um Brasil em mudança, no qual o homem seja realmente o centro. (ABESS, 1968, p. 9)

Em 1970, foi revisado o Currículo vigente e aprovado um novo Currículo mínimo para o curso de Serviço Social através do Parecer nº 242/70 e Resolução 13/03/70, do Conselho Federal de Educação. Seguindo os novos parâmetros técnicos propostos pelo MEC, a formação se dividia em um ciclo básico, que contemplava as disciplinas de formação dos conhecimentos gerais, e um ciclo profissional voltado para a construção de conhecimentos e habilidades específicos da profissão.

Art. 1 – O currículo mínimo do curso de Serviço Social é constituído das seguintes matérias: a) Ciclo básico: sociologia; psicologia; economia; direito e legislação social; teoria do Serviço Social; b) Ciclo Profissional: Serviço Social de Casos, Política Social, Ética Profissional; Serviço Social de Grupo; Serviço Social de Comunidade. (BRASIL, 1970)

Este era o Currículo mínimo em vigência no momento da criação do curso de Serviço Social da UEL, em 1972, em circunstâncias onde a ditadura limitava o surgimento de cursos na área de humanidades, conforme deixa claro a Profa. Myrian Veras Baptista, em seu depoimento por ocasião dos 70 anos do Serviço Social no Brasil:

O primeiro governo militar proibiu a criação de alguns novos cursos, incluindo o de Serviço Social. Quando foi criada a UEL, eles descobriram o processo que autorizava a criação de uma faculdade de Serviço Social em Londrina, e isto tornou possível a abertura do curso. Foi o único curso de Serviço Social que pode ser aberto naquela época... (BAPTISTA, 2006)

Em 1979 a ditadura já dava sinais de seu esgotamento: por um lado, havia a crise econômica mundial, que desde 1973 desestabilizava a economia; por outro, crescia a reação social à opressão, pobreza e violência do regime.

Nesse contexto, também no Brasil houve manifestações do movimento de reconceituação, iniciado em 1965, protagonizado principalmente pelas escolas de Serviço Social argentinas, uruguaias e chilenas. Tais foram, por exemplo, a experiência da escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais

(1972-1975)³ e a experiência dos técnicos do INOCOOP-SP (1975-1979).⁴ Também ocorreu um movimento de adaptação do arcabouço até então acumulado pela profissão às demandas da tecnocracia vigente durante a ditadura militar e que se manifestou, principalmente, nos seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970), os quais o professor José Paulo Netto qualificou de modalidade da reconceituação brasileira⁵.

Num cenário de retomada de greves e manifestações populares abertas contra o regime, temos um marco importante nas discussões no interior da categoria profissional do Serviço Social: no ano de 1979, em São Paulo, aconteceu o III Congresso Brasileiro de Assistente Sociais (CBAS), conhecido como o “Congresso da Virada”, em que teve início a formulação de uma nova concepção de profissão, que passou a disputar a hegemonia no âmbito da formação profissional em Serviço Social.

O III CBAS, realizado de 23 a 28 de setembro de 1979, em São Paulo se transformou em um espaço vivo de debates, rupturas com posturas conservadoras e é expressão do processo de luta política e social que se travava na sociedade brasileira naquele período, em que os trabalhadores, enquanto sujeitos coletivos, ocupam o cenário nacional em grandes mobilizações e greves a partir do ABC paulista. A categoria ao afirmar o compromisso histórico com as classes trabalhadoras, dá um passo decisivo em seu projeto profissional. (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 174)

O III CBAS tornou-se um marco da vinculação do Serviço Social com o movimento dos trabalhadores, conforme explicitado por Netto

Relacionar o III Congresso à reinserção da classe operária na arena política é absolutamente necessário para compreender a sua significação – não foi por acaso que, no processo e na euforia da “virada”, substituída a Mesa “oficial” do Congresso, nela tenha tido lugar aquele que, no momento, simbolizava a vigorosa emersão proletária na vida política, o então líder metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva. (NETTO, 2009, p. 31)

O evento, portanto, tornou-se um marco do posicionamento político dos assistentes sociais, com um discurso novo de reivindicação e defesa dos

³ SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1987.

⁴ ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; MAZEO, Solange Carvalho; FINGERMANN, Trofímena Nosquese. **Repensando o Trabalho Social. A relação entre Estado, Instituição e População**. São Paulo: Cortez, 1981.

⁵ NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17ª edição. São Paulo: Cortez, 2015.

interesses da classe trabalhadora⁶,

[...] transformando-se no primeiro evento da categoria profissional em que, em quinze anos de história, rebateu a exigência concreta da democracia e, também concretamente, a sua vinculação com as demandas dos trabalhadores. (NETTO, 2009, p. 33)

A ABESS, Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, passou a se chamar Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, em 1979, e assumiu o papel de articular um novo projeto de formação profissional que fosse ao encontro dos debates e reflexões que se gestavam na categoria. Para tanto, foram realizadas diversas oficinas e convenções com as escolas para analisar o Currículo vigente.

[...] colocou a revisão do currículo e da formação profissional como uma necessidade histórica, contextualizada pela crise da ditadura, pela reorganização da sociedade, pelas especificidades da universidade brasileira, deixando patente o esforço de tratar o exercício profissional no interior da dinâmica da sociedade brasileira nos anos 80. (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 145)

Após o Congresso da Virada, ainda no ano de 1979, na cidade de Natal – RN, foi organizada pela ABESS a Convenção Nacional de Ensino, na qual foi apresentada a proposta de mudança do Currículo. A justificativa para a revisão do Currículo mínimo apresentada ao Conselho Federal de Educação foi:

Tomamos a liberdade de realizar este trabalho, por sentirmos no cotidiano de nossas salas de aula o imperativo de novos enfoques, novas abordagens, novos conhecimentos, para fazer frente a uma sociedade em célere ritmo de mudança e carente de profissionais aptos a participarem ativamente do processo de desenvolvimento social integrado que vive a nossa nação. (BRASIL, 1982, p. 02)

Os debates passaram a explicitar o reconhecimento do assistente social como trabalhador e sua condição de assalariamento, o que foi importante e resultou também no desenvolvimento da concepção de profissão que começava a se

⁶“E só (e não minimizemos este só!) neste sentido que o III Congresso trouxe o Serviço Social à cena política: trouxe-o como partícipe das lutas abertas da resistência democrática, trouxe-o como constitutivo do arco democrático. Aqui a novidade e a ruptura com a tradição conservadora, a ‘virada’, enfim: através do III Congresso o Serviço Social que ingressa na cena política, o faz contra a ordem ditatorial e, no interior da vanguarda profissional que implementa este ingresso, não há somente segmentos democráticos – há também núcleos que articulam a luta pela democracia com a luta anticapitalista.” (NETTO, 2009, p. 31)

construir naquele dado momento.

A partir do III Congresso, as correntes e tendências mais progressistas e avançadas do corpo profissional, invocando a condição de vendedores de força de trabalho dos assistentes sociais e reivindicando para eles o estatuto de trabalhadores, não só vincularam seus propósitos profissionais aos interesses do conjunto dos trabalhadores – reconhecendo, no seu núcleo, a centralidade da classe operária – como, ainda, se dedicaram a organizar a categoria segundo o clássico modelo proletário: através da instituição *sindicato*. (NETTO, 2009, p. 33-34)

O autor supracitado ressalta, ainda, outro elemento, resultado desse contexto, e que começa a se expressar na categoria: um novo processo de politização entre os assistentes sociais, com uma vinculação ao projeto do Partido dos Trabalhadores (PT) ou de suas orientações.

Também é inconteste que a saudável “politização” de que o III Congresso foi expressão e que, a partir dele e engrenada à mobilização social que na primeira metade dos anos 1980 levou à derrota do regime ditatorial, foi amplamente difundida entre os assistentes sociais traduziu-se numa “partidarização” – a quase totalidade da vanguarda ou aderiu formalmente ao recém-nascido Partido dos Trabalhadores/PT ou seguiu suas orientações. (NETTO, 2009, p. 34)

A adesão da vanguarda a esse projeto de partido que acabava de ser fundado influenciou a concepção e as construções que passaram a orientar os debates acerca da profissão. Portanto, as condições políticas iniciadas no final da década de 1970 e início da década de 1980 permitiram o início de uma reflexão crítica da vanguarda profissional em relação a direção da formação e da profissão, “E precisamente o III Congresso constituiu o marco fundacional dessa mobilização. Na sua sequência, foi esse caldo de cultura que empolgou a dinâmica da categoria profissional por toda a década de 1980 e de 1990.” (NETTO, 2009, p. 35)

Em 1982, a publicação da 1ª edição do Livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” de Marilda Iamamoto e do Raul de Carvalho, representa a primeira aproximação com o marxismo, dando continuidade à mudança da concepção de Serviço Social já iniciada em 1979,

[...] trata-se de um esforço de captar o *significado social dessa profissão na sociedade capitalista*, situando-a como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas. Nesse sentido, efetua-se um esforço de *compreender a profissão* historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar a sociedade

industrial. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2014, p. 77, grifo no original)

Essa perspectiva de análise já influenciava a implantação do Currículo mínimo de 1982, pois, conforme Maciel e Cardoso apontam, este “assume uma perspectiva de construção de um projeto de formação profissional do assistente social comprometido com o projeto histórico dos setores populares na sociedade brasileira.” (ABESS 1989, p. 162). Esse entendimento de que, na sua intervenção, o Serviço Social atende a “interesses contraditórios”, a partir de um conhecimento teórico e um posicionamento político, vem se desenhando desde a publicação do livro de Iamamoto e Carvalho:

[...] a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes. [...]. Reproduz também pela *mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história.* (IAMAMOTO, CARVALHO, 2014, p. 81, grifo no original)

Dessa contradição decorreria que a atuação do assistente social tem um caráter pedagógico, conforme Marina Maciel e Franci Gomes Cardoso destacam

Inscribe-se, portanto, nas relações sociais como uma prática de natureza pedagógica, vinculada predominantemente às estratégias de dominação, podendo, conforme compromissos assumidos com a classe trabalhadora, constituir-se num instrumento a serviço dessa luta. (ABESS 1989, p. 170)

Essa perspectiva foi crescendo e disputando a hegemonia dentro da categoria profissional, tornando-se a referência para a nova concepção de profissão que, posteriormente, foi chamada de *direção social da profissão*.

Registram-se, na bibliografia profissional, nos últimos anos do decênio de 1970, umas poucas contribuições (oriundas especialmente da pós-graduação) que remam na contracorrente do conservadorismo. É nos anos 1980 que esta direção ídeo-teórica, aliás, muito diferenciada, pois para ela concorrem, por exemplo, e entre muitos, Vicente Faleiros e Marilda Iamamoto, ganha força e, de fato, vai conquistar, no plano ideal, a hegemonia na produção intelectual dos assistentes sociais brasileiros. Elaborada fundamentalmente no marco da pós-graduação, essa expressiva bibliografia (incidente sobre a história, os fundamentos e práticas do Serviço Social) vai criar um verdadeiro caldo de cultura anti-conservadora e, ainda que frequentemente eclética do ponto de vista metodológico, vulnerabilizará o tradicionalismo profissional. Com ela se instaura, entre nós, um pluralismo

antes inexistente. Mas, até aqui, o que se tem é um processo de natureza, sobretudo acadêmico, que decerto teve suportes na fratura aberta no conservadorismo político pelo III Congresso. (NETTO, 2009, p. 35)

Essa concepção se expressou no Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social discutido pelas escolas, regulamentado e aprovado pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer nº 412/1982. Ele tinha como fundamentação a explícita crítica à fragmentação que resultava da divisão entre caso, grupo e comunidade.

Nestes doze anos de vigência do currículo mínimo do curso de Serviço Social (Parecer nº 242/70 e Resolução de 13/03/70), predominou, na formação desse profissional, uma visão fragmentada da realidade, em que deveria atuar, com a especificidade dos seus estudos voltados para o Serviço Social de Casos, em contraposição ao de Grupo ou de Comunidade. Essa metodologia levava a uma irreal divisão do indivisível, razão pela qual tem sido criticada e, tanto quanto possível, nos planos dos cursos de maior qualidade, sendo, aos poucos substituída por uma ótica mais realista de ação a nível da globalidade social. (BRASIL, 1982, p. 02)

No documento, a ABESS considera que:

[...] a formação do profissional de Serviço Social tem como referência básica, o homem como ser histórico de uma realidade em que os relacionamentos emergem, principalmente, da correlação de forças e contradições produzidas pela dinâmica da realidade social. (BRASIL, 1982, p. 02)

Para tanto, a formação do curso de Serviço Social deveria oferecer e capacitar o estudante:

[...] para compreender e analisar de forma crítica a realidade histórico-estrutural e o contexto institucional, onde se processa a prática do Serviço Social, habilitando-o a propor e operar alternativas de ação. (...) trata-se, por conseguinte, de uma formação que se situa no plano da reflexão-ação, tendo em vista o desencadear de um processo de capacitação. (BRASIL, 1982, p. 02)

O Currículo mínimo, dentro da perspectiva expressa no documento, pressupõe que a formação ofereça:

- 1) um conhecimento básico enfatizando a ciência do homem e da sociedade;
- 2) um conhecimento profissionalizante dos fundamentos teóricos do Serviço Social e suas relações com esses sistemas, assim como uma estratégia de ação que estude a prática das intervenções do Serviço Social com base nas referências teóricas mencionadas. (BRASIL, 1982, p. 02)

As disciplinas das duas áreas de conhecimentos, básico e profissionalizante, expressavam os pressupostos, objetivos e justificativas do Currículo. A área dos conhecimentos básicos se divide em: 1.1 - Conhecimento do contexto social e 1.2 - Conhecimento da realidade da clientela. A proposta das matérias para área básica são: Filosofia, Sociologia, Psicologia, Economia, Antropologia, Formação Social, Econômica e Política do Brasil, Direito e Legislação Social.

Artigo 3º- O ciclo básico visará conduzir o aluno ao conhecimento do contexto social brasileiro, das organizações que expressam a ordem institucional da sociedade e possibilitam a formação do Assistente Social bem como da realidade da clientela em suas relações sociais de trabalho, cidadania e cultura. (BRASIL, 1982, p. 11)

Já a área dos conhecimentos profissionalizantes são: 2.1 - Conhecimentos sistemáticos do objeto e objetivos da intervenção do Serviço social e; 2.2 - Conhecimentos e habilidades quanto a estratégias de intervenção em contextos institucionais diferenciados. As matérias para a área profissional são: Teoria do Serviço Social, Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social, Desenvolvimento da Comunidade, Política Social, Administração em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional em Serviço Social e Planejamento Social.

Artigo 4º- O ciclo profissional deverá conduzir o aluno a aquisição de conhecimentos sistemáticos do objeto e objetivos da intervenção do Serviço Social, da sua prática, de seus elementos constitutivos e das estratégias de intervenção em contextos institucionais diferenciados. (BRASIL, 1982, p. 11)

Embora se criticasse a fragmentação da perspectiva anterior, manteve-se algumas de suas premissas ideológicas originais, como a referência ao “homem” em geral. Ainda que se tentasse atenuar esta perspectiva idealista com o complemento de “...como ser histórico”, foi preservado esse jargão, denotando a heterogeneidade dessa nova vanguarda.

Os anos 1980 foram um período de efervescência, da transição da ditadura à democracia, do movimento das diretas já, da realização da Assembleia Nacional Constituinte e retomada da atividade política em geral. Essa efervescência provocou mudanças diversas e afetou a profissão. Influenciado por esse contexto, ganha hegemonia a nova orientação crítica no interior das organizações da categoria

e na academia. Se desenvolvem os debates e um movimento de questionamento dos fundamentos e das bases do Serviço Social, em que há um estímulo à formulação crítica por meio de uma aproximação dos profissionais a correntes influenciadas pelo pensamento marxista.

No ano de 1984 há o reconhecimento, por parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Serviço Social como área de conhecimento. No ano de 1987 é criado o Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS), organismo acadêmico vinculado a ABESS, que vem para atender as demandas referentes a pesquisa, que é evidenciada a partir de 1972 com a criação e expansão dos Programas de Pós-Graduação e com o primeiro doutorado, criado em 1980.

Em 1986 foi publicado o Código de Ética Profissional do Assistente Social⁷, onde se explicitou que “[...] a categoria através de suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe [trabalhadora].” (ABAS, 1986, p. 1) e indica a articulação e inserção dos assistentes sociais nessas lutas, “[...] dão indicações de uma nova ética, tendo como referência o encaminhamento da prática profissional articulada às lutas da classe trabalhadora” (ABAS, 1986, p. 2)

O Currículo de 1982 antecipava, assim, os esforços para romper com o chamado “Serviço Social tradicional”, colocando a proposta de uma formação teórica e metodológica voltada para superar o tecnicismo e a racionalidade instrumental.

O novo Currículo mínimo se assentava no tripé: *História* do Serviço Social, *Teoria* do Serviço Social e *Metodologia* do Serviço Social que, de acordo com Quiroga (1991) veio substituir o antigo tripé que pautava o Currículo anterior, formado pelo Serviço Social de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade. Quiroga (1991, p. 84) ainda ressalta que a inclusão da disciplina de *Metodologia* e “seu conteúdo específico deve ser entendida em sua vinculação a um momento histórico determinado - os recentes anos 80”.

Contudo, o novo Currículo provocou outros problemas, que foram

⁷ Esse Código expressava o clima de mobilização democrática que imperava no país, resquício da luta contra a ditadura, por isso, fazia referência explícita ao vínculo da profissão aos interesses das classes trabalhadoras. Num momento posterior, o da “democratização”, em que parte das vanguardas da luta contra a ditadura se integraram ao estado, agora democratizado, se fará um julgamento negativo desse documento: “É possível assinalar que houve uma incorporação mecânica do método crítico-dialético na apreensão da realidade social, ocultando o significado social da profissão e as especificidades de um Código de Ética.” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 146)

explicitados no Relatório publicado em 1989, no Cadernos ABESS 3, que tinha como objetivo “analisar as principais tendências presentes na compreensão da metodologia do Serviço Social e seus desdobramentos no processo de ensino e formação profissional dos assistentes sociais” (ABESS, 1989, p. 3)

O que se constatou foi que essa substituição do tripé caso, grupo e desenvolvimento de comunidade, nas escolas e, na “ausência de um referencial teórico-metodológico e prático consensual tem conduzido ou à nostalgia do passado ou à confusão.” (ABESS, 1989, p. 09)

Os dados coletados das instituições de ensino, e analisados no relatório, mostram uma discrepância generalizada na questão do “que ensinar no ‘saber fazer’ na profissão de Serviço Social?” (ABESS, 1989, p. 67), ou seja, como abordar esse problema da metodologia.

A análise apontou três tendências no ensino da metodologia em Serviço Social: 1. A primeira se exprime pela tendência de justaposição e de articulação, 2. A segunda tendência diz respeito à transição dos conteúdos do antigo para o novo Currículo, como um remanejamento ou construção de um patamar crítico e; 3. A terceira tendência contrabalança a questão da Metodologia restrita a uma disciplina ou à sua articulação no todo do Currículo. (ABESS, 1989)

A primeira tendência (ABESS, 1989) expressa a presença das vertentes positivista, fenomenológica e marxista no conteúdo da disciplina e ao eixo de relação entre teoria/metodologia/história, no qual,

Via de regra, a tendência ao ecletismo fez com que tais vertentes sejam ensinadas como particularizações das ciências sociais, colocadas num mesmo patamar de diferenciação de concepções. Nessa análise, o marxismo aparece como mais um metodologismo, perdendo seu patamar de teoria social. (ABESS, 1989, p. 69-70)

A segunda tendência exprime como se deu a transição dos conteúdos da tríade Caso, Grupo e Comunidade do antigo para o novo Currículo, que exigia uma nova concepção. O que se observou é que em alguns momentos essa mudança se deu sem uma análise crítica e “revelando um maniqueísmo onde o antigo é mau e o novo é bom” (ABESS, 1989, p. 76), expressando uma falta de clareza das teorias que fundamentam essas perspectivas, onde “a ruptura com o tradicional parece permanecer no nível das ideias, do compromisso” (ABESS, 1989, p. 77)

O que se evidenciou é que na transposição dos conteúdos ocorreu

um equívoco na tentativa de substituí-los por Funcionalismo, Fenomenologia e Dialética.

Havia a concepção de que, se a teoria fosse corretamente ensinada, estaria resolvida a questão da prática profissional, ou seja, se o marxismo fosse ensinado corretamente, os assistentes sociais fariam uma análise correta da realidade e, conseqüentemente, uma proposta de intervenção adequada, conforme explicitado por Yamamoto no debate do caderno ABESS 3 “Se tiver um projeto profissional novo, ter-se-á uma prática nova, mudando a cabeça, muda-se a qualidade da prática.” (ABESS, 1989, p. 186)⁸. Concluiu-se, posteriormente, que essa “valorização da teoria resultou sem dúvida, uma rejeição em discutir Caso, Grupo e Comunidade e com isto uma desvalorização da prática profissional quando em atendimentos individuais e a ação em grupos.” (ABESS, 1989, p. 78)

Essa tendência ao chamado teoricismo já era apontada no Caderno ABESS 1, pois, “via de regra, vem se desenvolvendo um estudo teórico sem uma discussão que dê conta da dinâmica das teorias enquanto instrumento da análise do real, ou seja, configuram-se as teorias de forma estática, mecânica.” (CARVALHO, 1986, p. 28). Isso em decorrência, principalmente, pela série de dificuldades enfrentadas pelos professores, pois havia exigências de uma formação específica para dar conta desse novo projeto de formação que vinha se desenhando, muito embora não houvesse uma capacitação docente que desse conta da realidade e eles acabavam por “ensinar teoria sem a necessária formação teórica” (CARVALHO, 1986, p. 29)

A terceira tendência se expressava na discussão da relação teoria/prática, que fundamenta a proposta de ensino do Currículo de 1982. Essa questão se manifesta no “privilégio do discurso teórico em detrimento da vinculação teoria/prática, na tendência em separar metodologia da ação de metodologia do conhecimento e na tendência de compreendê-las como uma só expressão.” (ABESS, 1989, p. 80)

Na análise verificou-se que os conteúdos vinculados à prática se tornaram secundários devido ao percurso dos debates da década de 1980. Contudo,

⁸Aliás, toda a teoria de Marx não é mais do que o resgate do método que ele utilizou. Na medida em que a teoria for bem dada, ter-se-á, naturalmente, a materialização dessa teoria na prática, o que resolve o problema da instrumentalização, da operacionalização da prática, da intervenção”. (KAMEYAMA, 1989, p. 104)

o documento apresenta uma intenção de discussão do como fazer, pois:

Nos relatórios regionais constata-se que no novo conteúdo de metodologia em Serviço Social o estudo do instrumental é visto de forma pouco relevante, aparecendo com um apêndice em algumas unidades dos conteúdos programáticos. Na perspectiva de se relacionar a metodologia do Serviço Social aos métodos das Ciências Sociais, despreza-se grande parte do conteúdo instrumental identificando-o com a da Metodologia tradicional, sem se ter clareza sobre o instrumental poder-se-ia utilizar a nova proposta. Nesse aspecto é fundamental refletir sobre que significado tem o instrumental no processo de formação profissional. (ABESS, 1989, p. 87)

As análises construídas com base nos dados das Unidades de Ensino sobre a Metodologia, tendo em vista a confusão sobre o conteúdo que se ensinava nessa disciplina, indicou a necessidade de uma revisão curricular para resolver os impasses do Currículo mínimo de 1982.

As tendências da implantação da disciplina Metodologia do Serviço Social, ao ser focalizada nesta investigação, possibilitou o surgimento de várias questões importantes, dentre elas, não só o ensino da disciplina, mas, fundamentalmente, o ensino do próprio Serviço Social. Como disciplina específica e, pelo grau de importância que lhe é conferida, suscita a possibilidade de uma análise ampliada sobre o que está ocorrendo hoje no ensino do Serviço Social. (ABESS, 1989, p. 92)

As reflexões que se construíam ao longo desse debate vão adentrar a década de 1990, no processo de revisão do Currículo mínimo de 1982. Contudo, durante essa revisão, ressaltou-se a importância de se manter a orientação crítica que vinha sendo construída, para que esta fosse aprofundada no novo Currículo.

O marco da redefinição do projeto profissional dos anos 80 foi o tratamento dispensado ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva destaca, fundamentalmente, a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e estas com o Estado. Implica, pois, em compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve. (ABEPSS, 1996, p. 05)

Apresentaremos em seguida a proposta construída para a formação profissional do Serviço Social brasileiro, expressa no documento “Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social”, aprovado em 8 de novembro de 1996.

1.2 A CONSTRUÇÃO DO ATUAL PROJETO FORMATIVO DO SERVIÇO SOCIAL

Inicialmente é necessário buscar os elementos do cenário social, político e econômico, em curso na década de 1990, para situar historicamente em que circunstâncias se deu a construção coletiva, sob a direção da ABESS e do antigo CEDEPSS, do Currículo mínimo para o curso de Serviço Social, aprovado em 1996.

O Brasil havia transitado pelo período de redemocratização, um período de efervescência política e lutas sociais pela promulgação da Constituição Federal de 1988, e ainda se debatia acerca das conquistas recém-aprovadas, tais como a nova configuração do sistema de proteção social no país, a afirmação e garantia legal dos direitos sociais e o reconhecimento da condição de cidadania frente ao novo Estado democrático de direito. As conquistas da década de 1980 ocorreram no mesmo período em que nos países centrais já se processavam as reformas neoliberais.

Logo de início já houve ataques às recentes conquistas sociais obtidas com a promulgação da Constituição de 1988. Com a eleição de Fernando Collor de Mello/Itamar Franco (1990-1992), abre-se o período de reformas neoliberais, aprofundado nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-1998 e 1999-2003), mediante programas orientados a provocar retração do Estado no âmbito social, para, supostamente, resolver a crise econômica e social brasileira.

A onda neoliberal na década de 1990 foi incorporada pelo Estado brasileiro, como se atesta na reforma do Estado, que reduziu garantias e direitos sociais e ampliou os subsídios ao capital. Os organismos multilaterais, através da publicação de documentos, passaram a influenciar diretamente o governo brasileiro. No âmbito do Ensino superior ocorreu a expansão pela via privatista:

Quando o discurso dos organismos internacionais do capital considera a necessidade de redução das verbas públicas para a educação superior, depreende-se que, para garantia da expansão do acesso à educação, é imprescindível a expansão do ensino privado. O aprofundamento do processo de privatização da educação superior será realizado, portanto, a partir de dois eixos norteadores: a expansão de instituições privadas com a liberalização dos serviços educacionais; e a privatização interna das instituições públicas, por meio das fundações de direito privado, das cobranças de taxas e mensalidades, da diminuição na contratação de trabalhadores da área de educação e do corte de verbas para a infraestrutura das instituições. (LIMA, 2008, p. 20-21)

Frente à crescente onda neoliberal que ocorria no país, o Serviço

Social manteve o posicionamento adotado desde a década anterior, devido ao vínculo da vanguarda profissional com as entidades e organizações dos trabalhadores.

A primeira metade dos anos oitenta assistiu à irrupção, na superfície da vida social brasileira, de demandas democráticas e populares reprimidas por longo tempo. A mobilização dos trabalhadores urbanos, com o renascimento combativo da sua organização sindical; a tomada de consciência dos trabalhadores rurais e a revitalização das suas entidades representativas; o ingresso, também na cena política, de movimentos de cunho popular (por exemplo, associações de moradores) e democrático (estudantes, mulheres, “minorias” etc.); (NETTO, 1999, p. 09)

Portanto, em que pese o avanço da onda neoliberal e seus impactos sobre os direitos sociais e os serviços sociais, o direcionamento dos debates sobre a profissão no interior da categoria seguiu as reflexões que vinham se construindo, principalmente no que diz respeito à chamada “direção social”.

A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitaram o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. (NETTO, 1999, p. 11)

A direção que foi se construindo para a profissão, e a vanguarda profissional expressou isso na construção dos documentos da categoria, é fruto desse contexto histórico, dos debates, no qual buscavam se opor à orientação predominante no âmbito estatal.

O projeto do Serviço Social brasileiro é historicamente datado, fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte presença das lutas operárias que impulsionam a crise da ditadura do grande capital. Foi no contexto de ascensão dos movimentos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e pela defesa do Estado de Direito, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e não ficou a reboque desses acontecimentos [...] Tal processo condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social brasileiro, exigindo novas respostas profissionais. (IAMAMOTO, 2015, p. 223)

Compreendendo esses elementos, a atual regulamentação do Serviço Social é construída na década de 1990. No ano de 1993, foi aprovada a Lei nº 8662/1993 que regulamenta a profissão de assistente social, atualizando as

garantias legais relacionadas às competências e atribuições privativas. Na Lei estão definidas as competências dos profissionais no artigo 4º e no artigo 5º as suas atribuições privativas. Nesses artigos há uma predominância de verbos e ações administrativas, conforme podemos ver, sinteticamente, na tabela abaixo:

Tabela 1 – Síntese do artigo 4 da Lei 8662/1993

Verbos	Objeto
Elaborar, implementar, executar e avaliar	Políticas Sociais
Elaborar, coordenar, executar e avaliar	Planos, programas e projetos
Orientar indivíduos e grupo	Recursos
Planejar, organizar e administrar	Benefícios e serviços sociais
Planejar, executar e avaliar	Para subsidiar ações
Assessoria e consultoria	Planos, programas e projetos
Assessoria e apoio	Políticas sociais
Planejamento, organização e administração	De Serviços Sociais
	Benefícios e serviços sociais

Fonte: Tabela construída pela autora a partir da Lei 8662/1993

É notável a percepção que a vanguarda profissional tinha, naquele momento, ao definir as atribuições e competências nessa Lei. Pois ao reconhecer como objeto das ações do Serviço Social termos como “*recursos*”, “*benefícios e serviços sociais*” que de fato materializam as “*políticas sociais*”, avançam numa compreensão da profissão como gestão ou administração das políticas sociais, ficando num segundo plano todas as elaborações do Serviço Social como atividade “pedagógica vinculada aos projetos da classe trabalhadora”.

Também no ano de 1993 foi atualizado o Código de Ética do Assistente Social, mantendo alguns dos preceitos do Código de 1986, principalmente no que tange à aproximação com o que vai se denominar de *teoria social crítica*, que permitiria e daria subsídios para o assistente social analisar a realidade social.

A construção desses documentos como marcos normativos, expressaram um reposicionamento do Serviço Social, afetando o processo de formação profissional, acerca do qual IAMAMOTO destaca:

Uma das exigências que se vislumbra na reconstrução do projeto de formação profissional é estimular a aproximação dos assistentes sociais às condições de vida das classes subalternas e de suas formas de luta e organização. (IAMAMOTO, 2013, p. 197)

No processo de avaliação da implantação e implementação do Currículo mínimo de 1982, se levantou a necessidade de aprofundar pesquisas, debates e reflexões acerca dos desafios que se colocavam à formação profissional proposta, sendo apontada, assim, a necessidade de uma revisão curricular que preservasse os avanços que se construíram, principalmente em relação a aproximação com a tradição marxista, buscando superar as dificuldades de “implementação”, que era como se referiam ao problema do ensino da metodologia do Serviço Social.

A discussão sobre a revisão curricular “[...] teve como ponto de partida o projeto de formação profissional construído e implantado no início dos anos 1980.” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 144). Portanto, não expressava uma intenção de mudar a direção social construída na década de 1980, mas apenas adequar e corrigir os problemas do Currículo mínimo de 1982.

Os debates que antecederam a aprovação do Currículo mínimo para o curso ocorreram por meio de oficinas locais, regionais e nacionais, que resultaram em três propostas de formação profissional, sendo apreciada a “Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social” nos dias 7 e 8 de novembro de 1996. Resultaram, portanto, de um processo de discussões sob a direção da então ABESS e o antigo CEDEPSS⁹ que, após um longo debate junto as Unidades de ensino, propôs um projeto de formação profissional, articulado ao projeto profissional, que vinha se desenhando desde a década de 1980, mas com os ajustes necessários.

O documento do Currículo mínimo do curso de Serviço Social foi organizado em: pressupostos da formação profissional, princípios e diretrizes, núcleos de fundamentação, matérias básicas, atividades indispensáveis integradoras do Currículo e em observações e recomendações. Nele, se reitera a concepção de profissão do Currículo mínimo de 1982, que tem como base uma orientação crítica, fundamentada no que se chamou no documento de *teoria social crítica*. Isto se explicita no 3º princípio do Currículo, onde é apontado a “Adoção de uma teoria social

⁹ Nesse processo, as unidades de ensino foram mobilizadas, assim como os organismos da categoria profissional e estudantes, sob a direção da ABESS e a participação das outras entidades representativas da categoria, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) / Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Muitas escolas fizeram propostas de formação profissional e a apresentaram nos seminários regionais e nacionais. Os cadernos ABESS expressaram parte das reflexões e sínteses realizadas sobre o processo de construção desse novo projeto de formação profissional em Serviço Social.

crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;” (ABEPSS, 1996, p. 06).

A orientação crítica perpassa todo o documento, fundamentando a nova lógica curricular,

A formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio institucional. A presente proposta parte da reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social. As mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades e das respostas dadas. Esta concepção implica que o processo de trabalho do assistente social deve ser apreendido a partir de um debate teórico-metodológico que permita o repensar crítico do ideário profissional e, conseqüentemente, da inserção dos profissionais, recuperando o sujeito que trabalha enquanto indivíduo social. (ABEPSS, 1996, p. 08)

A orientação crítica é reafirmada quando abordam as diretrizes curriculares, onde os princípios que fundamentam a formação implicam em uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, o qual tem explicitado como primeiro elemento a “Apreensão crítica do processo histórico como totalidade” (ABEPSS, 1996, p. 07)

Outro elemento que perpassa o documento e que já vinha sendo construído desde a década de 1980 é a dimensão ética, que nesse contexto ganha centralidade, conforme expresso no décimo princípio do Currículo: “10º Ética: como princípio formativo perpassando a formação curricular” (ABEPSS, 1996, p. 7)

A formação profissional se subordinaria a um “novo projeto profissional”, no qual a dimensão ético-política tem papel central. Contudo, a construção da proposta desse Currículo é fruto das reflexões e debates que já vinham sendo construídas anteriormente e não rompe com a direção social lá proposta.

Esses elementos são partes fundamentais da chamada Direção Social Estratégica do Serviço Social, expressão cunhada inicialmente pelo autor José Paulo Netto, ou como em seguida se denominou: Projeto Ético-Político (PEP).

No entanto, o objeto deste debate – e, sobretudo, a própria construção deste projeto no marco do Serviço Social no Brasil – tem uma história que não é tão recente, iniciada na transição da década de 1970 à de 1980. Este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional. É neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo,

precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político. (NETTO, 1999, p. 01)

Portanto, como fruto de intensos debates, as novas diretrizes apontavam para a necessidade de mudanças na formação profissional em Serviço Social, no qual alguns temas considerados centrais na definição do projeto profissional foram trazidos à luz das discussões, tais quais: “a direção social, os eixos fundamentais, a perspectiva teórico-metodológica, a formação do mercado e do trabalho e o tratamento dispensado à análise da realidade social brasileira”. (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 145)

Outro elemento que fundamenta a construção dessa proposta é a justificativa de que a profissão surge e intervém no âmbito da “questão social”, ou seja, que o Serviço Social tem como objeto as múltiplas expressões da “questão social”, pois, para “[...] compreender as particularidades do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo requer a apreensão do conjunto de características que demarcam a institucionalização e desenvolvimento da profissão.” (ABEPSS, 1996, p. 12)

Para compreender as particularidades do Serviço Social como profissão assalariada é utilizado o conceito de “questão social”, explicitado como fundante da profissão, particularizado na divisão sócio técnica do trabalho, conforme os dois primeiros pressupostos norteados que indicam essa relação da “questão social” e o surgimento da profissão:

- 1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
- 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho. (ABEPSS, 1996, p. 05)

Para atender a essas mudanças, de acordo com a ABESS (1996), a nova lógica curricular que daria direção à formação profissional deveria explicitar a articulação de um conjunto de conhecimentos indissociáveis que se traduzem em núcleos de fundamentação, constitutivos da formação profissional. Sendo que, desta forma, entende-se que a efetivação do projeto de formação remete a um conjunto de conhecimentos indissociáveis que se traduzem em *núcleos de fundamentação*: 1-

Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2- Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira e 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (ABEPSS, 1996)

A configuração do Currículo em núcleos é uma inovação do Currículo de 1996, pois, até então, os Currículos anteriores eram divididos apenas em blocos de conhecimentos básicos e profissionalizantes. Os três núcleos foram concebidos para serem complementares e interdependentes, pois cada um deve contribuir para a formação do futuro assistente social, dando os subsídios referentes aos conhecimentos acerca das matrizes teóricas e das particularidades históricas e regionais, que subsidiam o assistente social no seu trabalho.

Os núcleos são postos como indissociáveis entre si, mas o terceiro núcleo é posto como central por se configurar como uma possibilidade de instrumentalizar o assistente social, podendo viabilizar uma vinculação do espaço acadêmico com os campos de intervenção profissional.

A proposta do documento para enfrentar as questões relacionadas ao ensino da Metodologia do Serviço Social foi a utilização do conceito de “processos de trabalho” a partir da concepção de trabalho de Marx. No Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional é apresentada essa concepção de trabalho e processos de trabalho do Serviço Social, além de discorrer sobre como os conteúdos referentes ao trabalho do assistente social durante o processo formativo.

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e *sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social*. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: *o objeto ou matéria prima* sobre a qual incide a ação transformadora; *os meios de trabalho* - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a *atividade do sujeito* direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o *produto do trabalho profissional* em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. (ABEPSS, 1996, p. 12)

As matérias básicas no Currículo mínimo são definidas como expressões de áreas do conhecimento, que são necessárias à formação profissional e que podem ser organizadas em diferentes componentes curriculares. Uma das matérias básicas propostas vai abordar diretamente o processo de trabalho do Serviço Social e os conteúdos referentes ao tema:

Processo de Trabalho do Serviço Social: O trabalho como elemento fundante do ser social. Especificidade do trabalho na sociedade burguesa e a inserção do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. O trabalho profissional face as mudanças no padrão de acumulação capitalista e regulação social. Os elementos constitutivos do processo de trabalho do assistente social considerando: a análise dos fenômenos e das Políticas Sociais; o estudo da dinâmica institucional; os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social na formulação de projetos de intervenção profissional; as demandas postas ao Serviço Social nos espaços ocupacionais da profissão, nas esferas pública e privada e as respostas profissionais a estas demandas. O assistente social como trabalhador e o produto do seu trabalho. Supervisão do processo de trabalho e o Estágio. (ABEPSS, 1996, p. 17-18)

Contudo, neste detalhamento, tirando as generalidades e contextualizações, muito pouco se fala dos processos de trabalho propriamente. O que se pode considerar como aproximações aos processos de trabalho seriam “a análise dos fenômenos e das Políticas Sociais”; “o estudo da dinâmica institucional”; “as demandas postas ao Serviço Social nos espaços ocupacionais da profissão, nas esferas pública e privada e as respostas profissionais a estas demandas” e “Supervisão do processo de trabalho e o Estágio”. Ainda assim, apenas enunciadas, não detalhadas nem elaboradas.

Como princípio formativo a dimensão interventiva é posta no documento, mas, vinculada à dimensão investigativa, sendo elas condições da relação entre a teoria e a realidade, “5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade.” (ABEPSS, 1996, p. 06-07)

Uma das premissas da formação profissional em Serviço Social apontada é de que não haja um distanciamento entre a realidade posta no cotidiano de trabalho do assistente social e a formação profissional, de tal modo que se faz necessária a articulação entre a Universidade e os assistentes sociais que estão nos diversos campos sócio ocupacionais.

É a vinculação Universidade/realidade como fundamento básico para concretização do processo de formação profissional do assistente social que, de fato, responda a consistência e dinamicidade necessárias às exigências da atual conjuntura brasileira. (CARVALHO, 1986, p. 42)

Há um avanço significativo no reconhecimento do Serviço Social como trabalho e sua prática como concretização de processos de trabalho, o que possibilita o reconhecimento dos modos operantes específicos da profissão. Contudo,

o Currículo mínimo aborda qual é a perspectiva e a orientação da discussão sobre o trabalho e o processo de trabalho do Serviço Social de forma abrangente e não explicita quais são os processos de trabalho específicos do Serviço Social. No entanto, seria necessário que se explicitassem os conhecimentos e habilidades que permitissem aos assistentes sociais intervirem, articulando as dimensões investigativa e analítica e, a partir de uma leitura crítica e sob a perspectiva da totalidade, conferir respostas às demandas e requisições.

O Currículo Mínimo proposto em 1996 pela categoria não foi implementado integralmente com valor legal, pois no mês seguinte de sua aprovação, o governo FHC sancionou a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9394/1996, que eliminou os Currículos Mínimos e os substituiu pelas Diretrizes Curriculares.

Ao alterar as normas de exigências para os cursos superiores em todo o país, o governo buscava beneficiar o empresariado da educação, permitindo a flexibilização de conteúdos, num movimento que já vinha sendo indicado há tempos pelo Banco Mundial e demais organismos multilaterais, como afirma Pablo Gentili (apud MARCON, 2015 p. 273):

[...] trata-se de transferir a educação da esfera política para a esfera do mercado, negando sua condição de direito social e transformando em possibilidade de consumo individual, variável segundo o mérito e a capacidade dos consumidores. A educação deve ser pensada como um bem submetido às regras diferenciadas da competição.

As consequências dessa mudança, no caso do Serviço Social, é que se aprovou um texto fragmentado e reduzido como Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social.

A aprovação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social acabou acontecendo somente em 2002. O processo foi longo e houve tentativas de resistência da categoria. Porém, com a não aprovação do documento original pelo MEC, formou-se uma comissão de especialistas que emitiu um parecer no ano de 1997, intitulado “Padrões de qualidade para autorização e reconhecimento de cursos de graduação em Serviço social”. Posteriormente, esse parecer resultou nas Diretrizes Curriculares da Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, que tentou articular as exigências do MEC com a direção social cunhada pela profissão. Porém, estas também não foram aprovadas integralmente pelo MEC, que

fragmentou o texto proposto deixando nos padrões técnicos exigidos.

Somente em 3 de abril 2001 foi aprovado o parecer CNE/CES 492, com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia pelo Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação. Por fim, as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior, por meio da Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002.

Contudo, mesmo com as alterações realizadas pelo MEC, a orientação crítica da vanguarda foi mantida pelas entidades representativas e predomina nas escolas. Nas Diretrizes Curriculares se evidenciam os elementos e proposições que foram sistematizadas no projeto ético-político do Serviço Social, com base numa determinada leitura do marxismo, que no documento é denominada de teoria social crítica.

Portanto, no presente capítulo localizamos os projetos formativos do Serviço Social, com ênfase na direção da atual proposta, aprovada na década de 1990. No próximo capítulo será apresentada a aproximação realizada com os Currículos do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) com base na pesquisa documental e nas entrevistas com professoras que participaram do processo de reforma e que culminou na aprovação do Currículo V.

2 A TRAJETÓRIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UEL

O objetivo deste presente capítulo é apresentar os Currículos do Curso de Serviço da Universidade Estadual de Londrina (UEL), desde o primeiro até o Currículo vigente¹⁰ e sua relação com o debate nacional proposto pela ABESS. O resgate histórico visa permitir a apreensão do movimento de construção das propostas formuladas ao longo do tempo, bem como buscar identificar as principais questões que foram sendo colocadas referentes a intervenção profissional na formação dos assistentes sociais ao longo dos anos no Curso de Serviço Social da UEL.

As informações que permitiram este resgate foram coletadas por meio de pesquisa no site da instituição e de material disponibilizado pelo Sistema de Arquivos da UEL (SAUEL), documentos indicados nos Quadros 1 e 2 (Apêndice D e Apêndice E), no qual foram consultadas 31 pastas de documentos escaneados, correspondentes aos anos de 1973 a 2015 e mais 19 documentos referentes ao período de 2005 a 2018, acessados *online*.

Foram verificados 6 documentos na SAUEL da década de 1970 que compreendem dois catálogos gerais dos cursos, contendo informações do Curso de Serviço Social, tais como créditos, organização do Currículo, disciplinas e carga horária. Desse material foram selecionados uma pasta com as ementas das disciplinas de 1974 a 1976, o pedido do reconhecimento do curso, em 1976, onde constam informações como legislação que regulamenta, o Currículo pleno vigente, vestibulares, números de matrículas, equipamentos e biblioteca disponível e uma caixa de arquivo com as ementas e programas das disciplinas de 1972 a 1979. Por fim, um último arquivo contendo uma cartilha do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA) com informações gerais do curso, créditos, organização curricular, disciplinas, hora/aula. Observa-se, contudo, que não foram localizados documentos referentes às justificativas e objetivos do primeiro Currículo.

2.1 TRAJETÓRIA CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UEL

Para explicar o contexto anterior à criação do Curso recorreu-se,

¹⁰ Atualmente, no ano de 2020, está em curso a revisão curricular do currículo V.

novamente, ao depoimento da Professora Myrian Veras Baptista em sua palestra proferida por ocasião das comemorações dos 70 anos de Serviço Social no Brasil. Ela discorre sobre o espaço para a profissão no município de Londrina nos primeiros anos da década de 1960:

Naquela época, em Londrina, não havia favelas. Havia um lugar onde algumas pessoas construíram suas casas - era onde os proprietários, japoneses, tinham sido mortos no final da guerra, por seus compatriotas – era uma invasão porque aquelas terras não tinham mais dono. Eu não sei mais onde fica: já se passaram muitos anos. Nessa invasão era realizado um trabalho das alunas do Colégio Mãe de Deus. As freiras ficaram sabendo que a prima de uma delas era assistente social e me chamaram para dar uma força lá, fazer uma supervisão do trabalho que realizavam. (BAPTISTA, 2006)

E a professora Myrian continua explicando como foi posta a demanda para a criação de um curso de Serviço Social na cidade:

[...] um dia Dom Geraldo, que era o bispo de Londrina, me chamou e disse que queria fazer uma escola de Serviço Social na cidade. Convidou-me, então para organizá-la. Eu achava muito difícil porque só havia duas assistentes sociais em Londrina, eu e a assistente social do SESC. E me perguntei: Com que base eu vou criar uma escola de Serviço Social com apenas dois profissionais da área na cidade? Neste mesmo dia, eu fui chamada pelo pessoal do Colégio Londrinense porque eles também queriam uma escola de Serviço Social – os protestantes também queriam uma escola de Serviço Social. Eu senti que era uma coisa que estava no ar – ou um ficou sabendo da ideia do outro, não sei. E eu pensei: Se estão querendo tanto uma escola de serviço social é porque existe um espaço para essa profissão em Londrina. (BAPTISTA, 2006)

A proposta de curso ganhou um importante “padrinho”, o Professor José Pinheiro Cortez¹¹:

Por essa época, o Dr. Cortez era o Secretário Geral do Partido Democrata Cristão (mantinha-se nesse cargo desde aqueles primórdios, quando eles tomaram o partido) e o governador Ney Braga fora eleito por esse Partido. Então, o Dr. Cortez disse que poderíamos fazer um projeto amplo porque havia possibilidades objetivas para que ele transitasse favoravelmente no governo do Estado. [...] O Dr. Cortez, então, explicou-me que a criação de uma escola de Serviço Social só teria sentido como resultado de um movimento maior – que seria um movimento no sentido do desenvolvimento macroregional do norte do Paraná – que incluía o norte velho, o norte novo e o norte novíssimo [...] cabia então uma escola de Serviço Social para formar pessoas para essa mobilização. (BAPTISTA, 2006)

¹¹ O Prof. José Pinheiro Cortez foi “um dos pioneiros do serviço social no país: assistente social e advogado, professor de serviço social, um dos fundadores e diretor do Instituto de Serviço Social (hoje Faculdade Paulista de Serviço Social), com destacada participação em ações acadêmicas profissionais, sociais e políticas...” (FÁVERO, 1999, p. 13)

Contudo, em plena mobilização regional para a criação do curso, orquestrou-se o golpe cívico-militar de 1964 que, como já dito anteriormente, interrompeu o processo de criação desse e outros cursos na área de humanidades. Desta forma, o projeto foi retomado anos depois, já no contexto da criação da Universidade Estadual de Londrina.

A propósito da criação da UEL, o Professor Joaquim Carvalho da Silva, deixou um registro importante no seu livro "*Peroba Rosa*", em que constata a criação dessa universidade como mais uma manifestação do "pioneirismo". Segundo ele, o Paraná na década de 1960, possuía a maior rede de estabelecimentos públicos de ensino secundário do país, e, à medida que as escolas aumentavam o número de colegiais, a ideia da criação de cursos superiores na região ganhava corpo. Para ilustrá-lo menciona um artigo de jornal:

Em artigo na Folha de Londrina de 21/08/54, o articulista, inconformado, assim se manifesta: "Boa parte destes estudantes, porém, se constitui de alunos daqui do Setentrião (referia-se aos alunos em férias que promoviam manifestações pela fundação de cursos superiores em Londrina). Esses, à falta de cursos superiores na zona, demandam Curitiba, buscando fontes onde ampliar o horizonte de seus conhecimentos. Muitas vezes estranhamos desta coluna mesmo a incompreensível diferença com que se olha para esse nosso setor de ensino, negando-se a extensão dos cursos superiores ao mais rico meridiano do Paraná, embora contribuamos tão fartamente para alimentar as burras do erário do Estado. (SILVA, 1996, p. 9)

A movimentação das oligarquias locais surtiu efeito e, em 1970, o governador Paulo Pimentel criou as Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa. Nesse contexto, o Curso de Serviço Social da UEL foi criado pela Resolução UEL nº 100/72, de 25 de maio de 1972, iniciando suas atividades em 16 de fevereiro de 1973 e tendo como base o pedido de abertura do curso apresentado pelo governo do Paraná ao MEC quase uma década antes.

Para o primeiro ano foram ofertadas 80 vagas, 40 no primeiro semestre e 40 no segundo. O Currículo I era baseado no regime de créditos, teve vigência durante 6 anos e passou por reformulações já durante a década de 1970. Na sua primeira versão, que se encontra no "catálogo geral de cursos da UEL", o estudante deveria cumprir 201 créditos, equivalente a 3.645 horas¹². A duração média

¹² Eram 21 créditos (315 horas) de disciplinas fundamentais (1º ciclo), 78 créditos (1.185 horas) de disciplinas específicas, 46 créditos (765 horas) de Disciplinas Complementares Obrigatórias, 12 créditos (180 horas) de Disciplinas Complementares Optativas, 8 créditos de Disciplinas Eletivas, 6 créditos (120 horas) de Práticas de Educação Física e 30 créditos (900 horas) de Estágio

do curso era de 8 períodos: os 4 primeiros em um turno e os 4 últimos seriam integrais por causa do estágio, sendo que o estudante poderia fazer o curso entre 6 e 10 períodos, ou seja, entre quatro e cinco anos.

Em 1976¹³ foi realizado o “Pedido de Reconhecimento do curso” com um Currículo que se dividia em ciclo básico (795 horas), ciclo profissional (1.395 horas) enriquecimento da UEL (840 horas) e estudo de problemas brasileiros (60 horas), totalizando 3.090 horas. Nesse documento constam as matérias que compunham o *ciclo básico*: Sociologia, Psicologia, Economia, Direito e Legislação Social e Teoria do Serviço Social. Também, as disciplinas do *ciclo profissional*, que eram: Serviço Social de Casos, Política Social, Ética Profissional, Serviço Social de Grupo, Serviço Social de Comunidade e Estágios práticos.

Além desses dois ciclos havia também o que se chamava de “Enriquecimento da UEL”, com as seguintes disciplinas: Probabilidade, Estatística, Metodologia Científica, Antropologia Cultural, Metodologia e Técnica de Pesquisa, Introdução a técnicas de Comunicação, Saúde Coletiva, Administração e Supervisão em Serviço Social, Metodologia e Planejamento Social, Orientação para elaboração de Projeto e disciplinas eletivas. Ademais dessas disciplinas, todos os estudantes da UEL tinham que fazer Práticas de Educação Física e Estudos dos Problemas Brasileiros, que eram disciplinas obrigatórias impostas pela ditadura militar.

O Reconhecimento do Curso se deu pelo Decreto 81.727/78 de 24 de maio de 1978, com Publicação no Diário Oficial da União - D.O.U. em 26 de maio de 1978¹⁴.

Sobre as bases teórico-metodológicas desse primeiro período não é possível afirmar muito, a não ser que os protagonistas que a elaboraram estavam articulados com o projeto profissional dominante na primeira parte da década de 1960

Supervisionado.

¹³ Já em 1974, no segundo ano de oferta do curso, segundo dados contidos no “catálogo geral de cursos da UEL”, houve a redução de 201 para 194 créditos, totalizando então 3.495 horas. A distribuição foi a seguinte: 19 créditos (285 horas) em Disciplinas fundamentais (1º ciclo), 80 créditos (1.200 horas) em Disciplinas específicas, 42 créditos (720 horas) em Disciplinas Complementares Obrigatórias, 12 créditos (180 horas) em Disciplinas Complementares Optativas, 08 créditos (120 horas) em Disciplinas Eletivas, 06 créditos em Práticas de Educação Física (180 horas) e 27 créditos (810 horas) em Estágio Supervisionado. Nesse ano surgiu a disciplina de Orientação para elaboração de projeto (atual TCC).

¹⁴ No ano de 1979 foram constatadas novas alterações na estrutura curricular do curso com uma diminuição para 178 créditos, totalizando então 3.030 horas, uma redução 615 horas desde 1973 assim distribuídos: 20 créditos de Disciplinas Fundamentais (1º ciclo), 81 créditos em Disciplinas Específicas, 49 créditos em Disciplinas Complementares Obrigatórias, 04 créditos em Disciplinas Eletivas e 24 créditos em Estágio Supervisionado.

e seguintes, como afirma a Professora Jolinda de Moraes Alves em palestra proferida por ocasião dos 25 anos do Curso de Serviço Social da UEL:

O Curso de Serviço Social da UEL sempre se pautou em oferecer uma formação curricular articulada à realidade e ao movimento nacional de formação profissional em cada momento histórico. [...] Na conjuntura de 1970, década do “milagre econômico” na qual foi implantado o Curso, configurava-se uma abertura política, a erosão dos movimentos sociais, a implantação da proposta do Desenvolvimento de Comunidade patrocinado pela ONU e a formação profissional pautou-se nos métodos de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.” (ALVES, 1998)

Em relação à década de 1980, foram localizados 4 documentos na SAUEL, dois catálogos gerais dos cursos da UEL, um documento de revisão curricular chamado “Proposta de reestruturação do Currículo do Curso de Serviço Social” e um documento com alterações nas disciplinas do novo Currículo, mudando algumas de semestre e alterando pré-requisitos.

Nesse período foram implantados dois Currículos, o Currículo II e o III, contudo, não consta nos arquivos como se deu o processo de reformulação para o Currículo II. Depreende-se dos catálogos gerais e do documento de revisão curricular, que esse Currículo entrou em vigência no ano de 1980. No catálogo geral de 1982 – 1983 foram encontradas informações acerca da organização do Currículo II, a carga horária de 2.790 horas e a duração era de 8 períodos.

O Currículo se dividia em: 1º ciclo – matérias do Currículo mínimo e disciplinas complementares obrigatórias; Ciclo profissional – matérias do Currículo mínimo, disciplinas complementares obrigatórias, estágio supervisionado (570 horas); e prática de educação física.

Esse foi um período de grandes mudanças na esfera da política nacional com os rebatimentos no âmbito da profissão, já apontados no capítulo anterior, de forma que é possível concluir que esse movimento nacional gerou repercussões que envolveram os agentes locais.

Assim, de acordo com o documento de revisão curricular, uma nova proposta de reestruturação do Currículo do Curso de Serviço Social foi encaminhada em 21 de maio de 1984, pela então chefe de departamento, Professora Sonia Maria Carvalho Fraga, resultando na aprovação do Currículo III, em 19 de junho de 1984, cuja implantação se iniciaria no primeiro semestre de 1985, com vigência pelos 7 anos seguintes.

Conforme a resolução CA/852/84, sancionada pelo CEPE e pelo reitor, a duração média do curso era de 8 semestres letivos e duração máxima de 14 semestres. O estudante deveria cumprir 209 créditos que totalizavam 3.435 horas, e ainda as práticas de educação física. Os créditos se distribuíam em: 67 (1.005 horas) de disciplinas da área básica, 84 (1.260 horas) em disciplinas da área profissional, 20 (600 horas) em Estágio Supervisionado, 4 (60 horas) em Disciplinas Complementares Obrigatórias, 4 (60 horas) em Trabalho de Conclusão de Curso, 30 (450 horas) em Disciplinas Complementares e 8 (120 horas) em Práticas de Educação Física. As matérias ofertadas eram: Filosofia, Sociologia, Psicologia, Economia, Antropologia, Formação Social, Econômica e Política do Brasil, Direito e Legislação Social, Língua Portuguesa, Ciência Política e Matemática.

Já as matérias do Serviço Social eram: Teoria do Serviço Social, Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social, Desenvolvimento de Comunidade, Política Social, Administração em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional em Serviço Social, Planejamento Social e Supervisão em Serviço Social. As disciplinas complementares obrigatórias eram: Seminários da Prática, Estágio Supervisionado em Serviço Social, Trabalho de Conclusão de Curso, além das disciplinas Práticas de Educação Física e Estudos dos Problemas Brasileiros.

Sobre esse período, a professora Jolinda de Moraes Alves em pronunciamento já citado, afirma:

Já o Currículo dos anos 80, voltou a formação profissional para a crítica ao modelo econômico e político implantado no país, configurando o perfil profissional na delimitação da competência técnica, teórica e política, bem como o espaço de especificidade do Serviço Social, tendo como eixo central a Teoria e a Metodologia. (ALVES, 1998)

A reformulação do Currículo do curso de Serviço Social da UEL buscava atender às alterações propostas pelo Currículo Mínimo Nacional de 1982. Contudo, em que pese tenham acontecido diversas mudanças no Currículo do Curso da UEL, ainda permaneceu a disciplina de Desenvolvimento de Comunidade, o que era uma das principais críticas levantadas nesse processo e que buscava o rompimento com a tríade Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade.

Essa e outras questões sobre a mudança na direção social da formação profissional em Serviço Social, estão expressas na pesquisa publicada no

Cadernos ABESS 3, no capítulo 1. A UEL foi uma das instituições que contribuiu, participando da coleta de dados realizada e que subsidiou a análise, pois, ainda que não identifique as instituições, é explícito que todas de natureza administrativa pública da região participaram da pesquisa.

Das quatorze Unidades de Ensino da Região Sul I, nove participaram da pesquisa, significando 64% do universo total [...] Nas Unidades de Ensino de dependência administrativa pública a participação foi de 100%, enquanto nas particulares, o índice cai para 54%. (ABESS, 1989, p. 62)

Em análise, com base nos dados coletados por meio de questionários e dos documentos acerca da disciplina de Metodologia, ainda que não exclusivamente sobre a UEL, mas abrangendo, a ABESS concluiu que a disciplina de Metodologia na região Sul I era pautada no ensino tripartite, onde a vertente positivista predominava, mas por parte dos professores, e representando o movimento da época, havia um esforço e uma intenção de ruptura.

O estudo da disciplina Metodologia mostrou que todas as Unidades de Ensino pesquisadas na Região Sul I possuem o ensino tripartite, abrangendo o positivismo, a fenomenologia e o materialismo histórico e dialético. [...] A tendência de ensino da Metodologia em Serviço Social que prevalece na Região Sul I está fundamentada na “vertente sistêmica”, predominando a perspectiva positivista. Há um esforço no sentido de avanço para a perspectiva de uma ruptura, por grande número de professores, imprimindo caráter político à formação profissional. (ABESS, 1989, p. 66)

Os documentos localizados na SAUEL da década de 1990 foram 4, dos quais: um cancelamento de pré-requisito de uma disciplina, um documento da revisão curricular com o nome “Curso Serviço Social - Currículo seriado”, um documento com a proposta de implantação do Curso noturno de Serviço Social e um regulamento de estágio curricular do Curso de Serviço Social.

A proposta do Currículo IV da UEL foi encaminhada em 31/07/1991¹⁵, sendo o documento que possui o maior número de informações relacionadas ao processo de construção da proposta. A justificativa para as alterações curriculares era decorrente de uma exigência da Universidade, que estava abandonando o regime de créditos e implantando o regime seriado anual, o que exigia nova estrutura

¹⁵ Para construir essa proposta consideraram-se as legislações básicas que são o Reconhecimento do Curso - decreto 81.727/78, o Currículo Mínimo - Resolução nº 06 de 23/09/1984 – MEC e a Lei 3.252 de 27/08/1957 – que dispõe sobre a profissão.

organizativa das disciplinas. No entanto, o documento faz menção à necessidade de readequar o Currículo tendo em vista o diagnóstico e avaliação realizados. (UEL, 1991-1992, p. 9). Nesse diagnóstico são apontados elementos acerca da demanda de profissionais formados na área de Serviço Social, do desempenho dos estudantes formados em processos seletivos e concursos públicos, ressaltando também que “Em 1991/1 este departamento implantou um curso de especialização em Estado e Políticas Sociais[...]” (UEL, 1991-1992, p. 4). Se faz referência ainda ao investimento em capacitação docente e às limitações da estrutura física e do acervo bibliográfico precário e desatualizado da Universidade.

Na “Avaliação do Currículo em vigor” – referindo-se aí ao Currículo III – é apresentada uma síntese realizada a partir dos relatórios de pesquisa elaborados pelo departamento, que se dividiu em dois itens avaliados. O primeiro diz respeito ao processo de implementação e operacionalização do Currículo III, onde se aponta:

- um certo distanciamento entre a proposta e a prática da formação de assistentes sociais da UEL;
- necessidade de operacionalizar as categorias teórico-metodológicas que fundamentam o plano de formação profissional, com a determinação de prioridades e possibilidades concretas em relação ao indicado;
- priorizar atividades num espírito de processualidade e não meras sequências empíricas de ação;
- redimensionar a questão do distanciamento entre a intenção e a prática, ocasionado pela não explicitação das linhas teórico-metodológicas e suas diferentes vertentes;
- explicitar a concepção do pluralismo dominante entre os docentes;
- continuidade da operação das propostas de ação apontadas no Fórum de Debates; (UEL, 1991-1992, p. 5)

O segundo trata da avaliação do conteúdo programático do Currículo, em que foram indicadas as seguintes questões:

- a horizontalidade vem sendo garantida nos períodos iniciais do curso (1^o e 2^o), com a introdução dos conhecimentos sobre o homem e a sociedade e suas implicações para o agir profissional;
- os objetivos estabelecidos para os períodos não vem sendo atingidos, tanto devido aos próprios conteúdos dos programas como à inserção de disciplinas introdutórias em períodos intermediários do curso;
- disciplinas com conteúdos repetitivos ao longo do curso e também algumas não articuladas entre si. Ocorre tal fato especificamente nas disciplinas de política social, administração I e II e planejamento e também entre os seminários da prática e desenvolvimento de comunidade, ambas no sétimo período;
- as disciplinas que são pré-requisitos para outros não vem transmitindo os conteúdos necessários. Tal fato obriga que algumas disciplinas de SER (teorias e metodologias) informe conteúdos que não fazem parte da ementa, prejudicando o rendimento das mesmas;

- as disciplinas de seminário da prática IV, história do serviço social II e introdução ao serviço social contém um conteúdo programático denso, que parece pretender dar uma síntese de todo o aporte teórico do curso;
- Os conteúdos das disciplinas de seminário da prática II, V e VI são extensos e genéricos, não se articulando com os objetivos dos períodos onde se inscrevem. As disciplinas de seminário da prática se apresentam para alguns professores como residual, isto é, espaço de resgate, mas defasagem despercebidas na formação do aluno; (UEL, 1991-1992, p. 6)

A avaliação indicava que não se estava conseguindo atingir os objetivos por série devido às dificuldades resultantes da implantação do Currículo de 1984. Como afirma a professora Jolinda de Moraes Alves (1998):

A conjuntura dos anos 90, marcada pelas contradições da proposta liberal da Constituição de 88, que defende os direitos de cidadania e a primazia do Estado no gerenciamento do bem-Estar e da justiça social, em contraposição com o neoliberalismo, a era da globalização, crise mundial dos empregos e privatização dos serviços sociais e enxugamento do Estado, trouxe muitos questionamentos ao processo de revisão curricular. A configuração da “Questão Social” no Brasil, passa a ser o eixo da formação e a metodologia do Serviço Social centrada nas suas formas de enfrentamento.

Segundo o documento, a prática profissional do assistente social e a investigação, entendidas numa visão de totalidade, constituem categorias norteadoras do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UEL (UEL, 1991-1992, p. 12). A fundamentação desse Currículo segue a mesma concepção de profissão que vinha sendo construída desde a década de 1980. E se busca apresentar as críticas e questionamentos em relação ao Currículo anterior (de 1984) sem, porém, mudar sua direção social. De forma que as mudanças tinham como objetivo ajustar alguns elementos da formação profissional. No entanto, este é o primeiro dos documentos pesquisados em que se observou expressamente uma preocupação em definir qual era a concepção de profissão que balizava o Currículo.

É fundamental ter clara concepção do serviço social, como produto do capitalismo monopolista, apresentando na sua prática particular, peculiaridades que determinam sua inserção na divisão sócio técnica do trabalho, o que faz com que não seja qualquer prática com funções indefinidas e neutras. Inscrevendo-se como uma prática particular na prática social mais ampla, traduz no seu modo de ser e de agir, o movimento de reprodução das relações sociais que se desenvolvem naquela ampla prática, contemplando as dimensões produtiva, de investigação (como prática de conhecimento) e social/política. (UEL, 1991-1992, p. 12)

Com essa concepção da prática profissional, ressalta-se o processo de formação “para a construção da consciência crítica do aluno”, sendo resgatados

três pontos essenciais:

1º) a questão da produção material do homem, efetivada pelo trabalho caracterizando-se por relações de exploração, o que baliza a compreensão da dimensão produtiva da sua prática;

2º) a concepção de que no movimento contestatório do real, vai ser engendrando sempre um novo, que traz na sua essência as marcas do que antecedeu, mas com uma substancialidade inédita, favorecendo o suporte crítico-dialético que faz incidir sobre o conhecimento da sociedade a necessidade de sua própria concretude e nela ver a possibilidade de sua transformação;

3º) o princípio da transformação social, pondo em relevo a dimensão social/política da prática, sustentada pela via da questão da luta de classes e de hegemonia, na busca de um modo diferente de Constituição do serviço social. (UEL, 1991-1992, p. 12-13)

As alterações realizadas resultaram em uma proposta para um Curso em regime seriado com 2.754 horas para as disciplinas do Currículo mínimo, 300 horas para as disciplinas complementares obrigatórias, 34 horas de práticas educativas de estudo dos problemas brasileiros, 68 horas de práticas educativas de práticas desportivas, 135 horas de atividades acadêmicas complementares e 300 horas de estágio supervisionado, totalizando assim 3.591 horas. As matérias desse Currículo eram: Filosofia, Sociologia, Psicologia, Economia, Antropologia, Formação Social, Econômica e Política do Brasil, Direito e Legislação Social, Teoria do Serviço Social, Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social, Desenvolvimento de Comunidade, Política Social, Administração em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional em Serviço Social, Planejamento Social e Estágio Supervisionado, além das chamadas Práticas educativas de Educação Física e Estudos dos Problemas Brasileiros.

Observa-se que permaneceu a disciplina “Desenvolvimento de Comunidade” na matriz curricular do curso de Serviço Social da UEL, não rompendo completamente com a tríade Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade, alteração essa que só vai ocorrer no Currículo V.

Em que pese a revisão curricular ter acontecido devido a uma solicitação institucional (mudança do sistema de oferta de disciplinas), foi realizado um processo de avaliação do Currículo anterior, analisadas as dificuldades de implementação e propostas de alterações dos elementos frágeis. Esse movimento vai ao encontro do que estava ocorrendo no Serviço Social em âmbito nacional, que era

a análise e questionamento de alguns aspectos do Currículo de 1982 e a realização de uma revisão curricular, que culminaria na aprovação de um novo Currículo Mínimo Nacional, em 1996.

Uma observação final, na esteira dessas mudanças estruturais, implantou-se o Curso noturno¹⁶ de Serviço Social na UEL, respondendo à necessidade de atender uma nova clientela. A justificativa para a implantação do curso noturno levava em consideração:

- a diversificação do horário vai possibilitar o atendimento de outra faixa da clientela, ou seja, segmentos da população que se encontram inseridos no mercado de trabalho, o qual vem se ampliando consideravelmente, dado agravo da situação econômica do país;
- manutenção do número de vagas oferecidas atualmente ficando assim distribuídas: 40 de diurno e 40 noturno, no total 80 vagas;
- o acompanhamento, ainda que não sistemático, da absorção dos formandos pelo mercado de trabalho regional e estadual indica a necessidade de manutenção do número de vagas. Há tendencialmente uma expansão deste mercado, dado a ênfase que se vem observando nas políticas sociais referente ao atendimento à criança e ao adolescente, idoso e deficiente, com o desenvolvimento progressivo das prefeituras municipais / secretarias municipais de promoção e ação social. A preocupação com as áreas de saúde, previdência e assistência assegurados pela Constituição de 88 abre novas perspectivas para atuação do assistente social. (UEL, 1993, p. 1)

Na sequência nos detemos nos dados referentes ao Currículo V do Curso de Serviço Social da UEL, que se encontra em vigência atualmente.

2.2 O PROCESSO DE REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO V

Os documentos encontrados nos arquivos relativos ao período que se inicia no ano de 2000 documentam de forma detalhada o processo de construção do Currículo do Curso de Serviço Social implementado em 2002, em vigência até os dias atuais, apesar de várias alterações realizadas ao longo dos anos. A fim de ampliar a compreensão do processo, foram realizadas duas entrevistas com professoras que tiveram participação no processo de revisão e implantação desse Currículo. Das três

¹⁶ Ele foi implantado entre 1992 e 1993 segundo o processo nº 258280/92 – of. CESA/SER nº 022/93. No plano de implantação verificou-se que a grade curricular que, no turno matutino poderia ser cumprida em quatro anos, deveria ser cumprida em, no mínimo de cinco anos no turno noturno, com uma oferta de menos disciplinas ofertadas por ano, resultando em uma carga horária anual mais leve.

professoras convidadas, duas aceitaram participar, a Professora Doutora Silvia Alapanian¹⁷ e a Professora Doutora Cassia Maria Carloto¹⁸. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Apêndice A).

Vale ressaltar que, além dos documentos localizados no SAUEL e no site da Universidade, foi utilizado um relatório intitulado “Síntese das atividades realizadas pelo curso de Serviço Social da UEL no processo de revisão curricular” (Anexo B)¹⁹.

A proposta do Currículo V foi encaminhada em 26/07/2001 (Processo nº 13826). Porém, os debates e os estudos que resultaram nessa reformulação tiveram início ainda na década de 1990. Em palestra supracitada no item anterior, a Professora Jolinda afirmava:

Atualmente o curso encontra-se diante da necessidade de nova mudança curricular. Devemos nos questionar sobre o nosso papel diante da conjuntura atual [...] A orientação neoliberal desorganiza, dilui as organizações de trabalhadores e aumenta as desigualdades sociais pelo processo de concentração de renda. Questionamo-nos, então, quais são as atuais demandas colocadas à formação profissional. (ALVES, 1998)

O resgate do processo de revisão curricular será realizado aqui a partir do documento disponibilizado pela Professora Alapanian. Segundo este, o processo tem início em 1994, quando a UEL participou das oficinas regionais da ABESS que ocorreram em Curitiba e Florianópolis. Nelas foram realizados os debates em torno de “[...] grandes questões que mereceriam atenção da categoria e das escolas. Internamente na UEL discutia-se a quem caberia a condução do processo de revisão curricular: Chefia ou Colegiado de Curso, concluindo que caberia ao último.” (COLEGIADO..., 1999)²⁰

¹⁷ Admitida como professora efetiva do Departamento de Serviço Social da UEL em 1995, foi membro do Colegiado de Curso durante parte do processo de revisão do currículo e, como Coordenadora do Colegiado do Curso entre 2004 e 2007 responsável por parte da implantação do Currículo V.

¹⁸ Coordenadora do Colegiado do Curso de Serviço Social no período da aprovação do Currículo V.

¹⁹ Que foi utilizado para 2ª oficina de Debates sobre a questão curricular, que ocorreu em junho de 1999, onde está arrolado um “rol de atividades e eventos que compuseram esse processo de 1994 a 1999, gentilmente cedido do arquivo pessoal da Professora Silvia Alapanian, vice coordenadora do Colegiado de Curso à época da Oficina. COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. **Síntese das atividades realizadas pelo curso de serviço social da UEL no processo de revisão curricular.** Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1999, do arquivo pessoal da Profa. Silvia Alapanian.

²⁰ Os Coordenadores e Vice-Coordenadores do Colegiado de 1992 até 2020, conforme disponibilizado pela PROGRAD foram, **1992-1993:** Sonia Maria Carvalho Fraga (Coordenadora) e Lídia Maria Monteiro Rodrigues da Silva (Vice-Coordenadora); **1993-1995:** Jolinda de Moraes Alves (Coordenadora) e Evaristo Emigdio Colman Duarte (Vice-Coordenador); **1995-1997:** Evaristo Emigdio Colman Duarte

No ano seguinte, professores do Curso de Serviço Social da UEL participaram de uma oficina nacional da ABESS no Rio de Janeiro, uma oficina regional da ABESS em Florianópolis, e ainda, da Convenção/Oficina Nacional da ABESS em Recife. No âmbito local foram realizadas três oficinas num evento denominado “Seminários das Demandas”, sendo que estas, foram fruto de um trabalho de debates e reflexões sobre a formação profissional. Sendo que, este contou com a participação de docentes, alunos e profissionais da região de Londrina, indicando ao final alguns resultados:

[...] a necessidade de uma adequação curricular face à nova lei de regulamentação da profissão – Lei 8.662, promulgada em 07 de julho de 1993 e do novo Código de Ética Profissional do Assistente Social aprovado em 13 de março 1993. Apontaram ainda para as mudanças recentes no que se refere à consolidação de direitos sociais expressos na Lei Orgânica da Assistência Social, na Lei Orgânica da Saúde, não Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outras, que ainda se encontram em pleno processo de implantação. As *demandas colocadas a profissão sofreram alterações* decorrentes da atualização da situação do empobrecimento de segmentos cada vez maiores da população brasileira pressionando para a necessidade de novos serviços de novas intervenções na esfera social. (UEL, 2001b, p. 5)

Fruto dos debates dessas oficinas, foi elaborado um relatório com algumas conclusões sobre a formação profissional e a direção social do curso de Serviço Social. O Relatório intitulado “Síntese dos Impasses e Tensões da Formação Profissional” foi elaborado pelo Prof. Evaristo Colmán, vice coordenador do Colegiado do Curso de Serviço Social, à época do Seminário das Demandas.

Nas oficinas locais nossa escola debateu e votou pela *não explicitação de uma direção social*, no projeto de formação, considerando sua imposição inócua (uma vez que essa definição implica considerar o corpo de

(Coordenador) e Jolinda de Moraes Alves (Vice-Coordenadora); **1997-1999:** Marcia Helena Carvalho Lopes (Coordenadora) e Silvia Alapanian Colman (Vice-Coordenadora); **1999-2001:** Maria Ângela Silveira Paulilo (Coordenadora) e Maria Luiza Amaral Rizotti (Vice-Coordenadora); **2002-2004:** Silvia Maria Solci (Coordenadora) e Maria Angela Silveira Paulilo (Vice-Coordenadora 2002/2003) / Wagner Roberto do Amaral (Vice-Coordenador 2003/2004); **2004-2006:** Silvia Alapanian Colman (Coordenadora) e Wagner Roberto do Amaral (Vice-Coordenador); **2006-2008:** Silvia Alapanian Colman (Coordenadora) e Sandra da Cruz Perdigão Domiciano (Vice-Coordenadora); **2008-2010:** Olegna de Souza Guedes (Coordenadora) e Liria Maria Bettiol Lanza (Vice-Coordenadora); **2010-2012:** Eliane Christine Santos de Campos (Coordenadora) e Liria Maria Bettiol Lanza (Vice-Coordenadora); **2012-2014:** Lucia Helena Machado do Carmo (Coordenadora) e Debora Braga Zagabria (Vice-Coordenadora 2012/2013) / Evelyn Secco Faquin (Vice-Coordenadora 2013/2014); **2014-2016:** Sandra Lourenço Fortuna (Coordenadora) e Evelyn Secco Faquin (Vice-Coordenadora 2014) / Marcia Sgarbieiro (Vice-Coordenadora 2014-2016); **2016-2018:** Mabel Mascarenhas Torres (Coordenadora) e Sandra Maria Almeida Cordeiro (Vice-Coordenadora); **2018-2020:** Melissa Ferreira Portes (Coordenadora) e Mabel Mascarenhas Torres (Vice-Coordenadora); **2020-2022:** Melissa Ferreira Portes (Coordenadora) e Lorena Ferreira Portes (Vice-Coordenadora).

professores e sua opção política) e indicadora de uma posição totalitária (incompatível com um projeto pluralista de formação). (COLEGIADO..., 1999)

Defendia-se que o eixo da formação profissional deveria estar nas Políticas Sociais, na capacitação dos assistentes sociais para a gestão de serviços sociais.

Após a terceira Oficina Local definimos nossa posição acerca do *eixo do curso*. As discussões levaram-nos às *políticas sociais*. Mais precisamente debateu-se a necessidade de uma formação voltada à capacitação dos profissionais para a gestão de serviços e políticas sociais. As críticas ao processo de formação levaram em conta que o momento político e econômico do país impunha aos profissionais além de uma análise crítica da realidade, a capacitação para interferir na mesma, garantindo à população serviços eficientes e eficazes como garantia de direitos sociais. Elaborou-se também uma proposta de ementário de disciplinas como indicativo para futuros debates. (COLEGIADO..., 1999)

A proposta aprovada no “Seminário das Demandas” foi levada para a Convenção Nacional da ABESS de 1995. Contudo, somente no ano seguinte o Currículo foi aprovado, tendo sido a proposta da UEL vencida:

Após discussões nos níveis regionais e nacional o novo Currículo foi aprovado em novembro. A questão da direção social do curso foi mantida, embora a opção pelo socialismo apareça atenuada nos textos formulados. Quanto ao eixo, optou-se por uma saída consensual em virtude das várias propostas e falta de hegemonia do projeto da ABESS: *definiu-se pelo eixo baseado na “questão social”*. (COLEGIADO..., 1999)

O novo Currículo mínimo foi aprovado pela categoria nos dias 7 e 8 de novembro de 1996, por meio da “Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social”. Mas logo em seguida, no mês de dezembro, foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9394/96, flexibilizando as regras para o ensino superior, na esteira das proposições neoliberais daquele momento, extinguindo os Currículos Mínimos e substituindo-os pelas Diretrizes Curriculares.

A ABESS optou por simplesmente alterar o nome do documento, que ficou assim denominado: “DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.)”, sem retomar os debates sobre as implicações que a Lei teria sobre a formação profissional.

Importante frisar que o processo dirigido pela ABESS ignorou os debates em torno à nova LDB, de maneira que um mês após a votação do novo Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social a categoria se deparou com a nova LDB que propõe a extinção dos Currículos Mínimos, a flexibilização do ensino superior, entre outras questões... (COLEGIADO..., 1999)

Nos anos seguintes o processo foi interrompido e ficou em compasso de espera até chegar aos necessários esclarecimentos sobre os desdobramentos da nova Lei e da forma de aplicação das Diretrizes Curriculares. Nesse meio tempo aconteceram debates locais e regionais sobre as alterações propostas em 1996 para a formação profissional. Porém, somente em 1999 foi reiniciado o processo de revisão curricular na UEL, utilizando como base os documentos vigentes aprovados e o processo de discussões realizados até então.

Ao ser questionada sobre a que se deveu a reforma curricular, sobre o porquê se resolveu que deveria mudar o Currículo, a Professora Cássia relatou não lembrar de muitos detalhes do processo, mas elencou como motivos: primeiro, o debate nacional e, segundo, o debate iniciado em Londrina:

Então já havia iniciado... o processo havia sido encaminhado a nível nacional na categoria, já tinha elaborado um novo documento, as diretrizes curriculares. E eu me lembro também que em Londrina também tinha começado e também no Paraná, em Londrina, na região também tinha sido feito um protesto, reivindicando, chamando o CRESS para discutir essa revisão curricular, pelo que eu me lembre mais ou menos. (Depoimento Professora Cássia Carloto)

Sobre os objetivos da reforma curricular, a Professora Cássia lembra que era para se adequar ao debate nacional da Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social e também às necessidades frente às mudanças que ocorreram na realidade, para, assim, definir quais princípios e linhas orientariam a revisão curricular.

Então que eu me lembre foi se adequar, primeiro partir das diretrizes gerais, se adequar a alguns elementos a nível nacional e a também se adequar às novas necessidades. O novo momento da realidade que se modifica, então havia uma preocupação naquele momento em estabelecer melhor qual a linha que o departamento seguiria. Quais seriam os princípios e as linhas gerais que orientariam então essa reforma curricular. (Depoimento Professora Cássia Carloto)

Já a Professora Silvia indicou quatro motivos que impulsionaram essa mudança, sendo que o primeiro diz respeito ao debate nacional, no qual o quadro de professores da UEL teve importante participação.

Primeiro que havia um debate nacional e a gente estava muito antenado nesse debate. Participamos praticamente de todas as oficinas, a UEL sempre teve um papel relevante. Nos debates nacionais, do Paraná junto com as duas privadas de Curitiba era a escola mais consolidada historicamente, naquele momento. (Depoimento Professora Sílvia Alapanian)

O segundo motivo é sobre o contexto de expansão dos cursos de Serviço Social *“Era um momento também de expansão, a gente estava tendo várias escolas novas no estado do Paraná.” (Professora Sílvia Alapanian)*. O terceiro diz respeito a uma circunstância interna à UEL que era a aposentadoria da primeira geração de professores:

[...] houve uma renovação muito grande de quadros, [...] aquele momento uma geração inteira, a primeira geração, que tinha participado do processo de implantação do curso de Serviço Social nos anos 70, estavam em processo de aposentadoria e estava entrando muita gente nova e, como naquele momento, houve uma expansão mesmo geral, quer dizer expansão do Serviço Social, dos debates nacionais, era um momento de abertura política por conta disso. Então, houve um contingente de gente jovem que veio para UEL, professores novos que vieram de fora e que traziam muitas coisas e muitas críticas a esse Currículo muito teoricista, vou chamar assim, não sei se é a palavra correta, teoricista, muito voltado para os fundamentos teóricos. (Depoimento Professora Sílvia Alapanian)

O quarto motivo era a procura e solicitação feita pelos profissionais de uma formação que desse subsídios e instrumentos na área de política social.

Havia um clamor da categoria nacional e local, de um curso que desse instrumentos na área de políticas sociais, na área de gestão e isso, esse moçada nova, que a gente era profissional também replicava dentro do departamento de Serviço Social, não sem resistências, havia muita resistência interna, principalmente do pessoal mais antigo, um pouco mais conservador, mas havia um grupo relativamente grande que estava em processo de conseguir sua hegemonia interna no departamento que acreditava que era o momento da gente dar um pouco mais de instrumentos de intervenção na área de políticas sociais. Isso justificava pensar o Currículo, não só trazer o debate nacional para o local, mas trazer as necessidades da categoria profissional daqui para dentro da universidade, da escola. (Depoimento Professora Sílvia Alapanian)

Nos documentos do processo da revisão curricular fica clara esta preocupação em discutir e refletir, junto com a categoria profissional, para compreender as críticas sobre o Currículo e buscar soluções para um processo de formação profissional que desprezava os aspectos instrumentais, ou de intervenção da profissão.

[...] para a *prevalência do saber teórico em detrimento do aprendizado relacionado à prática profissional*; para a necessidade de ampliar o número de disciplinas específicas para a formação do assistente social; e para a predominância do ensino voltado para as perspectivas cognitiva atitudinal crítico contextual, com o prejuízo da perspectiva instrumental. (UEL, 2001b, p. 5)

A professora Silvia retoma que, frente às mudanças que haviam acontecido no quadro de professores da UEL, haviam grupos com perspectivas diferentes, mas, a compreensão do grupo que era majoritário era de que o eixo da formação profissional deveria ser política social e a gestão.

...acho que a gente tinha muitos grupos, pequenos grupos, tinha esse que eu falei para você, que a gente estava assumindo as coordenações de colegiado, então a gente estava com uma certa hegemonia na reflexão, um domínio. Éramos a maioria que entendia que o eixo do curso tinha que ser política social e gestão de políticas sociais, nós tínhamos que instrumentalizar os nossos alunos a ter um domínio grande nos sistemas de previdência social, de saúde e todas as demais políticas sociais, uma compreensão teórica, política, mas também técnica do funcionamento desse sistema, esse era o nosso grupo, que como eu disse foi voto vencido em nível nacional. (Depoimento Professora Silvia Alapanian)

Contudo, havia disputa interna, pois, o outro grupo defendia a posição de que o curso deveria focar nos fundamentos, em Teoria, História e Método, com base no que se discutia no Currículo de 1982,

Havia um outro grupo minoritário que entendia que o foco devia continuar sendo os fundamentos de Serviço Social, história, teoria e método, que era um pouquinho aquilo que vinha vindo do Currículo anterior, dos anos 80. Mas, ainda dentro desse grupo havia uma cisão, [...] entre aqueles que faziam isso numa perspectiva crítica e aqueles que faziam isso camuflando aquela antiga história de caso, grupo e comunidade, que achavam que tinha que ter lá e que se alinhava com eles, que era um pessoal mais antigo, que estava mais arraigado em uma coisa que inclusive já havia sido ultrapassada, inclusive em nível nacional. (Depoimento Professora Silvia Alapanian)

Quanto aos objetivos dessa reforma e o porquê da escolha do eixo de políticas sociais, a Professora Silvia diz:

a gente tinha objetivos próprios digamos assim, próprios eu quero dizer, dos professores do curso da UEL, então a gente tinha uma clara concepção que o curso tinha que se centrar em políticas sociais, isso que a gente chamava de instrumentalizar um pouco mais a categoria profissional, no sentido de não só ficar discutindo os grandes fundamentos, o marxismo e todos nós tínhamos essa formação de esquerda, digamos assim, crítica, mas nós tínhamos também a percepção que era um momento em que a gente tinha que trazer os grandes debates das políticas sociais para dentro do curso.

Então nós defendíamos e defendemos isso nos debates nacionais que o eixo do curso fosse políticas sociais e havia até um grupo que entendia a importância da gestão, mas a gente foi em políticas sociais, a reflexão, a compreensão sobre as políticas sociais, esse é o ambiente de trabalho dos profissionais de Serviço Social, então nós temos que dar ênfase em política social, nós levamos essa discussão no nível nacional e fomos voto vencido, perdemos, mas nós continuamos acreditando que era um princípio a ser seguido internamente (Depoimento Professora Silvia Alapanian)

Ela pondera que a “Questão Social” foi o eixo do curso aprovado pela

ABESS:

[...] o debate em nível nacional deixou uma coisa superaberta, porque o eixo que foi estabelecido foi da “questão social” e ficou essa questão social uma coisa etérea. Como fazer isso? Então nós caminhamos no nosso sentido, o próprio programa de pós-graduação da UEL é fruto desse processo, uma pós-graduação em política social e serviço social. [...] no processo de definição de que o eixo do nosso curso seria sim políticas sociais e gestão, então nós fizemos uma coisa que só foi feita aqui e na UnB, nós fomos as duas únicas universidades que romperam o processo... (Depoimento Professora Silvia Alapanian)

O processo local levou em consideração as opiniões, sugestões e críticas da comunidade profissional (assistentes sociais das instituições de Londrina e região) e dos estudantes e, portanto, não foi uma concepção baseada em um debate dirigido apenas internamente, pois o que se buscou coletivamente foi compreender a realidade dos assistentes sociais e da formação profissional, para assim, encaminhar uma proposta de formação profissional que fosse ao encontro e respondesse a realidade.

Os principais indicativos da avaliação realizada apontavam para a construção de uma nova lógica curricular, cujo pressuposto central seria “a permanente construção de conteúdos teóricos, éticos, políticos e culturais *voltados para a intervenção profissional nos processos sociais*”, (UEL, 2001b, p. 6, grifo nosso) além da exigência de articular os:

Conteúdos de análise de realidade e a elaboração de propostas de intervenção e para a necessidade de instrumentalização mais eficiente do aluno no que diz respeito às habilidades requeridas no planejamento, execução e avaliação das ações interventivas próprios do profissional de serviço social. (UEL, 2001b, p. 6)

Considerando os debates e objetivos levantados no processo de revisão curricular, buscou-se um equilíbrio entre as disciplinas teóricas e profissionalizantes.

Assim sendo, o conteúdo contido na nova grade curricular apresenta um maior equilíbrio entre as disciplinas teóricas e as disciplinas profissionalizantes com a devida articulação entre elas, de forma a manter a visão de totalidade como condição imprescindível para o processo de formação profissional. (UEL, 2001b, p. 6)

O planejado era que a articulação entre as disciplinas teria como espaço privilegiado a prática, em disciplinas como Oficinas e Prática Profissional.

A articulação teoria prática dar-se-á, necessariamente, em todas as disciplinas propostas e contará ainda com um espaço privilegiado de discussão a ser oferecido por duas disciplinas práticas: as Oficinas de Serviço Social e as disciplinas de Prática Profissional I e II. As Oficinas de Serviço Social proporcionarão a apreensão do eixo integrador de cada série explicitado nos objetivos a serem alcançados em cada uma delas. As disciplinas de Prática Profissional I e II permitirão a análise de diferentes espaços de trabalho e diversas modalidades de práticas profissionais. Estas disciplinas práticas serão ofertadas, a primeira, a grupos de, no máximo, vinte alunos e a segunda a grupos de, no máximo, dez alunos. A divisão da classe em grupos menores possibilita maior participação por parte dos alunos e melhor acompanhamento por parte do professor, condições vitais para a garantia da qualidade do processo de aprendizagem. (UEL, 2001b, p. 6)

A Professora Cássia destacou que a partir da escolha do eixo em políticas sociais para orientar o Currículo, surgiu a preocupação de ter “*maior articulação entre a proposta com a operacionalização, com a prática, a ação articulada com discussão da perspectiva teórica da política social e do Serviço Social*” e ressalta que “*até por isso foram criadas as oficinas*” (Depoimento Professora Cássia Carloto).

As diretrizes do Projeto Político-Pedagógico para o curso da UEL²¹ são:

- - Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
 - Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social;
 - Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
 - Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social, visando a formulação de respostas profissionais adequadas às tensões que caracterizam o contexto atual da profissão;
 - Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor;
 - Abordagens de conteúdos teóricos a partir das exigências do cotidiano profissional;

²¹ Sobre a seriação do curso, no documento é ressaltada a necessidade de os dois turnos serem de 4 anos, tendo em vista, que o matutino era de 4 anos e o noturno 5 anos.

- Domínio dos métodos de investigação e intervenção de forma a possibilitar a construção de conhecimento na área do Serviço Social. (UEL, 2001b, p. 7)

O Perfil profissional que se pretende formar, tendo em vista a formulação do Currículo, é:

Profissional que atua na malha dos serviços sociais, formulando e implementando propostas para a sua expansão e desenvolvimento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do código de ética do assistente social.

Profissional capacitado para ser gestor, de forma a saber planejar, gerir e administrar serviços sociais.

Profissional habilitado para intervir através do uso adequado de estratégias, instrumentos e técnicas na relação direta com a população usuária de serviços sociais. (UEL, 2001b, p. 8)

Para se formar assistentes sociais que atendam a esse perfil, entendia-se que era necessário desenvolver as seguintes competências e habilidades, com base nas competências e atribuições privativas previstas na Lei 8662/1993, Lei que regulamenta a profissão de Serviço Social, na qual é estabelecida 12 competências e habilidades técnico-operativas para o profissional do Serviço Social:

- formular e executar políticas sociais em órgão de administração pública, empresas e organizações da sociedade civil;
- elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- realizar estudos sócio-econômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;
- realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
- exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de Serviço Social;
- assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de

ensino;
- supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social. (UEL, 2001b, p. 9)

Os três núcleos propostos pela ABEPSS: 1º- o *Núcleo dos Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social* e 2º- o *Núcleo de Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira* e 3º- o *Núcleo de Fundamento do Trabalho*, organizam o conjunto de conhecimentos indispensáveis postos na nova lógica curricular. Se apresentam na proposta do Currículo da UEL “como eixos articuladores da formação profissional ora almejada e expressam diferentes níveis de apreensão da realidade social e profissional de forma a orientar e direcionar a intervenção do serviço social” (UEL, 2001b, p. 6)

Segundo o documento de revisão, as disciplinas foram divididas com base nos núcleos de fundamentação indicados acima, que direcionam essa nova lógica curricular. Estes são organizados conforme explicitado no quadro a seguir:

Quadro 3 – Organização do Currículo com base nos Núcleos de fundamentação

Núcleo	Objetivos	Disciplinas	Série	Carga horária total
Núcleo de Fundamentos Teóricos Metodológicos da Vida Social	- Apreensão do processo histórico como totalidade. - Abordagens de conteúdos teóricos a partir das exigências do cotidiano profissional.	Ciência Política	1ª	612
		Economia Política	1ª	
		Filosofia	1ª	
		Sociologia	1ª	
		Psicologia Social	2ª	
		Antropologia	2ª	
		Ética Profissional	2ª	
Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira	- Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país - Apreensão do significado social da Profissão desvelando as possibilidades de ações contidas na realidade	Formação Econômica, Política, Social e Cultural do Brasil	1ª	544
		Política Social	2ª	
		Políticas Sociais Setoriais	3ª	
		Política de Seguridade Social	3ª	
		Movimentos Sociais e Política Social	4ª	
		Trabalho e Sociedade	4ª	

Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional	<p>- Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social, visando a formulação de respostas profissionais adequadas às tensões que caracterizam o contexto atual da profissão.</p> <p>- Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor.</p> <p>- Domínio dos métodos de investigação e intervenção de forma a possibilitar a construção de conhecimento na área do Serviço Social.</p>	Fundamentos do Serviço Social I	1 ^a	2108
		Oficinas	1 ^a , 2 ^a , 3 ^a , 4 ^a	
		Pesquisa em Serviço Social	2 ^a	
		Fundamentos do Serviço Social II	2 ^a	
		Planejamento Social	3 ^a	
		Prática Profissional I	3 ^a	
		Gestão em Serviço Social I	3 ^a	
		Prática Profissional II	4 ^a	
		Perspectivas Profissionais na Atualidade	4 ^a	
		Comunicação Social	4 ^a	
		O Ensino da Supervisão em Serviço Social	4 ^a	
		Gestão em Serviço Social II	4 ^a	
		Estágio Supervisionado I	3 ^a	
		Estágio Supervisionado II	4 ^a	
TCC	4 ^a			

Fonte: Tabela construída pela autora a partir dos documentos do Currículo V

O primeiro núcleo tem 8 disciplinas, a maior concentração é no 1º ano, com 4 disciplinas. A carga horária total é de 612 horas, o que correspondem a 18,8 % da carga horária total do curso de Serviço Social. Já o segundo núcleo, de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira, possui 6 disciplinas e a carga horária total desse núcleo é de 544 horas, correspondendo a 15,8% da carga horária do curso. Por último, o terceiro núcleo possui 11 disciplinas e 4 oficinas, que somam 1.496 horas, equivalente a 43,6% da carga horária. Nesse núcleo também se incluem as Atividades Acadêmicas Obrigatórias, que são os

estágios supervisionados²² e o TCC²³, que totalizam 612 horas, 17,8% da carga horária do curso. Isto é, o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional é o que possui maior concentração de carga horária, totalizando 2.108 horas das 3.428 horas, ou seja, 61,4% da carga horária total do curso de Serviço Social da UEL.

Observa-se que há um predomínio dos componentes curriculares vinculados ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, pois é nele que se localiza a maior carga horária. Essa distribuição expressa a discussão realizada no processo de revisão curricular com a busca na ênfase nos processos de trabalho do assistente social.

Em anexo (Apêndice F), é possível encontrar um quadro comparativo entre os 4 que vigoraram e o atual Currículo, onde se pode visualizar as alterações dos componentes curriculares do Curso de Serviço Social da UEL ao longo do tempo. Ressaltamos que a simples comparação entre os nomes das disciplinas não expressa seu conteúdo, de forma que o quadro comparativo tem caráter meramente ilustrativo.

O objetivo geral do Curso, expresso no Currículo V é “Formar assistentes sociais capazes de intervir e construir conhecimentos numa perspectiva crítico-científica considerando as demandas decorrentes da dinâmica da sociedade, do Estado e do próprio Serviço Social”. Ele segue um contínuo que tem início em 1984, quando começam a emergir os elementos de uma orientação crítica, por isso, o objetivo era formar assistentes sociais comprometidos com a realidade histórica, aí está a importância da teoria para subsidiar a formação dos assistentes sociais. Essa

²² Nas diretrizes do estágio supervisionado, é explicitada a seguinte concepção: “Estágio supervisionado: É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta será feita pelo professor supervisor e pelo profissional de campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base nos planos de estágios, elaborados em conjunto entre a Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a lei 8662/93 (Lei de regulamentação da profissão) e o Código de Ética profissional (1993)” (UEL, 2001, p. 43). Sendo que, este deve ocorrer concomitante ao período letivo escolar do 3º e 4º ano e “constitui-se como momento privilegiado de aprendizado teórico-prático do trabalho profissional” (UEL, 2001, p. 43), devendo corresponder a no mínimo 15% carga horária do curso.

²³ O TCC é uma exigência para obter o diploma no curso de Serviço Social da UEL. Ademais, o documento acrescenta que o TCC: “Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso. Este processo de sistematização, quando resultar de experiência de estágio, deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teórico-metodológico-operativos. Realizar-se dentro dos padrões de exigências metodológicas e acadêmicas científicas. Portanto, o TCC se constitui numa monografia científica elaborada sob orientação de um professor avaliada por uma banca examinadora.” (UEL, 2001, p. 44)

direção, expressa no Currículo III, é aprofundada no Currículo IV, de 1990, com algumas alterações, e se mantém no Currículo V ²⁴.

As maiores mudanças estão na configuração dos objetivos específicos, que passam a ser divididos por série. O eixo da 1ª série é *Fundamentos da Questão Social*, tendo como objetivos:

Levar o aluno a:

- a) conhecer os determinantes das desigualdades sociais como expressões da questão social;
- b) analisar o surgimento e consolidação da profissão;
- c) adquirir habilidades necessários à elaboração de trabalhos científicos e a vivência acadêmica. (UEL, 2001, p. 57)

O eixo da 2ª série é *O Serviço Social e a Política Social no Brasil*, tendo como objetivo

Levar o aluno a:

- a) Conhecer as formas de intervenção do Estado na questão social;
- b) conhecer as propostas de intervenção profissional;
- c) assumir postura ética com relação à ação profissional;
- d) desenvolver habilidades básicas para a intervenção profissional. (UEL, 2001, p. 57)

O eixo da 3ª Série é a *Gestão de Políticas e Serviço Social*, tendo como objetivos

Levar o aluno a:

- a) Conhecer os instrumentos da administração e do planejamento social;
- b) instrumentalizar o aluno para intervir nas várias áreas da política social;
- c) dar suporte ao aluno para o processo de intervenção supervisionada. (UEL, 2001, p. 58)

Os objetivos por série, expressos no Currículo V, reconhecem e ressaltam a importância da instrumentalização para a intervenção durante o processo formativo. O eixo da 3ª Série enfatiza que a formação busca dar conta de instrumentalizar os futuros assistentes sociais para intervir nas várias políticas sociais, além de oferecer o suporte e supervisão para os estudantes durante esse processo.

O eixo da 4ª Série é a *Investigação e Prática*, tendo como objetivos “Levar o aluno a aprofundar as principais questões abordadas durante o curso através da reflexão dirigida e da elaboração de trabalho científico.” (UEL, 2001, p. 58)

²⁴ Um quadro comparativo com os objetivos gerais e específicos de todos os currículos da UEL pode ser encontrado no Apêndice G deste trabalho.

A Professora Silvia Alapanian foi coordenadora do colegiado durante a implantação do 3º e 4º ano do Currículo V, e afirma que “[...] *não foi um desafio simples*”.

[...] então a grande dificuldade foi fazer um novo Currículo com o mesmo corpo docente, no qual 50% um pouco mais compactuava com esse novo Currículo e os outros 50% não compactuavam com esse Currículo. Então a gente tinha umas coisas um pouco complicadas, quando eu fui implantar o terceiro e quarto ano eu peguei o gosto pela coisa, porque o primeiro e segundo ano teve menos mudanças, era a partir do terceiro ano que entrava política social em peso, gestão em peso, uma mudança na forma de supervisão de estágio, criação de oficinas mais consistentes, a ideia era boa, mas nós tivemos muita dificuldade de operacionalizar, primeiro porque aqueles que toparam essa proposta tinham muitas dificuldades, tinha que fazer proposta curriculares, programas novos, bibliografias novas, então na teoria tudo é lindo, mas na prática você tem que trazer, experimentar, ver se funciona, se ficou pesado demais, se ficou leve demais, repetitivo demais. Mas nós tínhamos uma imensa parcela dos professores que não compactuavam com isso e na prática... você faz uma disciplina nova, com ementário novo e professor entra na sala dá a mesma coisa que ele dava antes, do mesmo jeitinho que ele dava antes, ou seja, não mudou. A gente tinha alguns princípios e tal, que implicavam não só na mudança do Currículo, do conteúdo, mas também nas formas, por exemplo as oficinas era novidades, disciplinas com metade dos alunos, supervisão de estágio em grupo foi muito criticada, os professores queriam aquela supervisão individual que nem se faz na orientação de TCC, um professor e um aluno e a gente achava que o grupo era importante, não era só uma questão...era para trocar informações para não houve adesão de uma boa parcela dos professores, então foi muito difícil. (Depoimento Professora Silvia Alapanian)

Na entrevista é ressaltada a importância que o Currículo V dava a instrumentalização para a intervenção, expressando a necessidade do processo formativo em subsidiar os estudantes. No entanto aqui, a professora entrevistada aponta como uma das dificuldades de operacionalização a resistência por parte de alguns professores que discordavam da orientação assumida pelo Currículo. É interessante perceber, embora não seja o objeto dessa dissertação, que está sendo indicando uma explicação plausível para as dificuldades e fragilidades na operacionalização do currículo.

Mesmo assim, ela considera que a reforma curricular, em grande parte, atingiu seus objetivos, o que é demonstrado pela influência que o Curso de Serviço Social da UEL adquiriu, se tornando uma referência, influenciando vários cursos da região:

[...] eu acho que a reforma curricular nacional, com a história do eixo em questão social, acabou permitindo, até porque houve uma mudança, era um Currículo mínimo e no meio do caminho se tornou diretrizes curriculares, o

que permitiu uma abertura maior e permitiu que a realidade se impusesse. E foi a realidade que mostrou que a gente estava com a razão, tanto que o curso de Serviço Social da UEL, que é baseado em política social e gestão, acabou tendo uma influência enorme na construção de muitos Currículos de várias escolas daqui da região, se pegar o Currículo de várias escolas que tinham uma carga horária imensa em fundamentos, filosofia, que tiveram que se adaptar e incluir no Currículo política social, porque houve uma demanda objetiva, no período de ampliação de políticas sociais, principalmente desde final da década de 1990. Mas a partir de 2002, 2003 com o governo Lula que ampliou alguns serviços, ampliou a assistência social, então havia demanda para isso, você não pode colocar no mercado um profissional que sabe de tudo, mas não sabe o que é o sistema único de assistência social, não sabe o que o sistema único de saúde, não entende como funciona a previdência, e isso é muito grave. (Depoimento Professora Silvia Alapanian)

A Professora Cássia considera que a reforma curricular atingiu parcialmente os objetivos, dependendo dos indicadores elegidos para realizar a avaliação. No que tange aos objetivos que a reforma do Currículo V tinha, a mesma considera que

Olha atingiu parcialmente, mas como se fala, a realidade é muito dinâmica, então por isso nem sempre conseguimos avaliar de uma forma estática ou congelada, sem ver o que está acontecendo na conjuntura nesse momento, até porque uma profissão como a nossa está muito relacionada a essa dinâmica da realidade social, onde as coisas dependem muito, as coisas envolvem outras dimensões, as coisas vão complicando e vão dando a direção, não só a direção, ai você precisa repensar a parte dos instrumentos, da operacionalização, então eu acho que em parte a gente foi conseguindo aprofundar um pouco. No âmbito das políticas sociais e tudo mais, mas assim, acho que aquela dimensão que deve ser articulada num plano de fundamentação teórica, dos fundamentos, comum perspectiva instrumental, instrumentalizadora, acho que ainda não conseguiu, ainda é uma parte muito fragilizada do trabalho, das condições de trabalho, na academia, na relação, na própria, na organicidade, atingir os objetivos, isso não quer dizer que consiga plenamente, precisaria detalhar um pouco mais alguns indicadores, balizadores, para falar nisso atingiu, nisso não atingiu e ao mesmo tempo como a gente está, as conjunturas deram uma, elas estão bastantes complexas em termos, a tecnologia estava muito avançada, então esse momento é um momento crítico do para onde vamos caminhar, lógico que depende, por isso é muito difícil de falar. (Depoimento Professora Cássia Carloto)

O Currículo V, implantado em 2002, teve seu Projeto Político Pedagógico encaminhado em 2004, a partir da Resolução da UEL 100/72 de 25.05.1972, reconhecimento pelo Decreto 81.727/78 de 24/05/1978, Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/1996, Diretrizes Curriculares – Parecer 492 de 03/04/2001 e a Lei 8.662 de 07 de junho de 1993. São diretrizes do Projeto Político Pedagógico:

Dimensões de ordem econômica, filosófica, histórica, pedagógica, política e sociológica;

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Multidisciplinaridade / interdisciplinaridade / transdisciplinaridade;
- Concepção de formação dos estudantes;
- Relação ensino-aprendizagem;
- Relação teoria-prática.
- Apreensão do processo histórico como totalidade;
- Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
- Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social, visando a formulação de respostas profissionais adequadas às tensões que caracterizam o contexto atual da profissão;
- Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação em vigor;
- Abordagens de conteúdos teóricos a partir das exigências do cotidiano profissional;
- Domínio dos métodos de investigação e intervenção de forma a possibilitar a construção de conhecimento na área do Serviço Social. (UEL, 2004b, p. 3)

Percebe-se, que novamente, é expresso no texto das Diretrizes do PPP a preocupação do Currículo V com a instrumentalização para a intervenção, na qual é indicada a necessidade do curso incorporar as demandas da profissão e formar profissionais que consigam dar conta das exigências do exercício profissional.

No ano de 2009 foi aprovado o regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso, pela deliberação da Câmara de Graduação nº 016/2009, onde estabelece que:

7

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – é trabalho de natureza técnica e científica, elaborado individualmente pelo estudante formando do Curso de Graduação em Serviço Social
Parágrafo único. O TCC é atividade obrigatória e essencial e tem como diretriz o estabelecimento de correlações e o aprofundamento de conhecimentos teórico-práticos adquiridos na formação acadêmica. (UEL, 2009c, p. 1)

No ano de 2013, por meio da deliberação da câmara de graduação nº 033/2013, foi aprovado o Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório e não obrigatório do curso de Serviço Social. Definido pelo “Art. 20 O estágio é disciplina curricular obrigatória, de acordo com o estabelecido no Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social;” (UEL, 2014a, p. 8). E tendo como objetivos:

Art. 3º O Estágio Curricular de Serviço Social tem como objetivos:
I – propiciar ao estudante experiência de intervenção em Serviço Social,

vivenciando situação reais da prática profissional enriquecedora de sua formação;

II – levar o estudante a internalizar as determinações pertinentes a regulamentação do código de ética profissional;

III – possibilitar ao estudante a experiência de sistematização e planificação da ação profissional, de forma a atender as demandas colocadas.

IV – capacitar o estudante para o exercício profissional. (UEL, 2014a, p. 2).

Os dados coletados permitem observar as mudanças que ocorreram nos Currículos, os objetivos, as legislações, os conteúdos ministrados, o perfil de profissional a ser formado, possibilitando compreender como se encaminhou a elaboração do atual Currículo e as questões que envolveram a construção do projeto formativo. A partir desta base reflexiva serão analisadas, no capítulo a seguir, as percepções dos egressos do Curso de Serviço Social da UEL com foco nas suas respostas sobre a construção dos conhecimentos e habilidades para o exercício profissional.

3 A CONSTITUIÇÃO DOS CONHECIMENTOS E HABILIDADES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O presente capítulo tem como objetivo de compreender como se deu a constituição dos conhecimentos e habilidades dos assistentes sociais no Curso de Serviço Social da UEL a partir do Currículo V. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo com egressos do curso que se formaram entre os anos de 2009 a 2018.

Ao realizarmos o contato com membros do Colegiado do Curso de Serviço Social da UEL, para obter os e-mails dos egressos, estes informaram que também havia interesse da parte do Colegiado na realização de uma pesquisa com eles. Por isso, resolveu-se enviar um único questionário que atendesse aos objetivos do Colegiado, coletar os dados para realizar o acompanhamento dos egressos e, ao mesmo tempo, a identificação dos Sujeitos para a presente pesquisa.

O primeiro contato com os Sujeitos da pesquisa teve como objetivo levantar o perfil dos egressos do Curso de Serviço Social da UEL, para assim, selecionar amostra para uma entrevista semiestruturada, tendo como critério os que estivessem atuando na área do Serviço Social.

O contato inicial, já com o envio de um questionário²⁵, realizado pelo e-mail do Colegiado de Curso do Serviço Social, em junho de 2019, a partir do cadastro dos alunos disponível na Universidade. Os 519 formados entre os anos de 2009 a 2018, das vinte turmas (237 do matutino e 282 do noturno), receberam mensagens via plataforma *google docs*. Destas, 11,5% (60)²⁶ mensagens não chegaram ao destinatário²⁷; portanto, estima-se que foram entregues 88,5% (459) dos questionários.

Tendo em vista que o período de coleta dos dados pelo Colegiado extrapolaria o período e objetivos da presente pesquisa, demos início a seleção daqueles egressos que pudessem responder especificamente às questões propostas

²⁵ O questionário inicial (ANEXO A) foi estruturado com 28 questões, entre abertas e fechadas, divididas em 4 eixos: 1- *Dados de identificação*, com 4 questões; 2- *Dados sobre a Formação*, com 3 questões; 3- *Situação profissional*, com 11 questões e 4- *Avaliação sobre o Curso de Serviço Social*, com 10 questões. Sendo que, parte das perguntas eram obrigatórias para todos e algumas específicas para outros, de acordo com o perfil de cada um.

²⁶ O maior número de retornos foi entre de egressos formados nos anos de 2009 e 2012, com 43, totalizando 71,6%, enquanto entre 2013 e 2019 foram 17, ou seja 28,4% de e-mails que não foram entregues.

²⁷ Dados estes que eram esperados, pois, possivelmente alguns endereços não estavam atualizados e/ou alguns e-mails estavam com erros de digitação no sistema.

para essa pesquisa, relacionadas à formação profissional.

Assim, entre dezembro de 2019 e março de 2020, quando haviam 120 respostas dos questionários enviados pelo Colegiado do Curso, selecionamos 50 possíveis participantes e realizamos novo convite, desta vez para uma entrevista com a pesquisadora. O critério para escolha foi determinado considerando apenas os profissionais que estivessem atuando na área do Serviço Social no momento da pesquisa inicial. O convite para participar da entrevista semiestruturada também foi realizado via e-mail. Destes 50 egressos, 13, correspondendo a 26%, responderam aceitando participar, constituindo assim a nossa amostra. Contudo, cabe ressaltar que à época da realização da entrevista 2 desses egressos já não estavam mais trabalhando na área, portanto, ambos responderam às questões de acordo com a experiência do último trabalho exercido como assistentes sociais.

O roteiro da entrevista (Apêndice C) foi organizado em dois blocos, tendo como objetivo geral levantar dados que pudessem contribuir para a compreensão da relação entre a construção dos conhecimentos e habilidades adquiridos durante a formação e exigidos para o exercício profissional.

No primeiro bloco buscou-se identificar dados de contratação e dos campos sócio ocupacionais de atuação, bem como da rotina de trabalho e das requisições institucionais aos profissionais. No segundo, buscou-se levantar dados sobre as condições em que se deu a formação profissional e sobre a avaliação desses egressos acerca dos conhecimentos e habilidades adquiridos na Universidade.

3.1 IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA: AS CONDIÇÕES DO TRABALHO E PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Essa parte do capítulo tem como objetivo identificar os Sujeitos da pesquisa, assim como suas condições de trabalho e como se deu o processo formativo destes. Para tanto os dados foram divididos nos itens: 1). Dados sobre o trabalho e; 2). Dados sobre a Formação Profissional.

3.1.1 Condições de Trabalho do Assistente Social e Espaço Sócio-ocupacional

A partir das respostas foi elaborado o quadro abaixo com dados referentes ao trabalho dos profissionais:

Quadro 6 – Identificação dos Sujeitos da pesquisa

Sujeito	Vínculos	Natureza da instituição	Tipos de contrato	Área de atuação	Carga horária	Tempo de contratação	Faixa salarial (em salários-mínimos)
1	1	Privada	CLT	Educação	9 horas	Menos de 1 ano	Até 1
2	1	Pública	Servidor Público	Assistência Social	30 horas	2 anos	De 1 a 3
3	1	Pública	Projeto de extensão	Sociojurídico	30 horas	2 anos	De 1 a 3
4	1	Terceiro setor	CLT	Assistência Social	44 horas	Menos de 1 ano	De 1 a 3
5	2	Privada e Pública	MEI e Informal	Educação e Assistência Social	14 horas	Menos de 1 ano	De 1 a 3
6	1	Pública	Servidor Público	Assistência Social	30 horas	2 anos	De 3 a 5
7	1	-	MEI	-	-	Menos de 1 ano	Não tem
8	1	Terceiro setor	CLT	Assistência Social	30 horas	Menos de 1 ano	De 1 a 3
9	1	Pública	Servidor Público	Sociojurídico	30 horas	4 anos	De 3 a 5
10	1	Pública	Edital	Assistência Social	40 horas	Menos de 1 ano	De 1 a 3
11	2	Pública	Servidor Público e contrato	Assistência Social e Habitação	40 horas	4 anos	De 5 a 8
12	1	Filantrópica	CLT	Saúde	30 horas	Menos de 1 ano	De 1 a 3
13	1	Terceiro setor	CLT	Assistência Social	30 horas	5 anos	De 1 a 3

Fonte: Dados da pesquisa sistematizados pela própria autora.

No quadro acima é possível visualizar os atuais vínculos empregatícios dos Sujeitos da pesquisa, embora alguns também consideraram em suas respostas experiências profissionais anteriores. Os atuais locais de trabalho desses assistentes sociais são: três (3) em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), dois (2) no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro POP, um (1) no Serviço de Proteção Especial para Pessoas com

Deficiência, Idosas e suas famílias, dois (2) em Unidade de acolhimento institucional privada, um (1) no Patronato Penitenciário, um (1) na Defensoria Pública, dois (2) em IES privadas, um (1) em Projeto de Trabalho Social na Habitação (PTS) e um (1) em Hospital filantrópico.

Sobre a natureza das instituições que esses assistentes sociais trabalham, sendo que 2 deles possuem dois vínculos empregatícios, são: 8 são de instituições públicas, 4 estão inseridos no terceiro setor/filantrópico, 2 são de instituições privadas e 1 trabalha em assessoria de cursos e formação. Com relação a modalidade de contratação, os dados indicam que: 5 são contratos pela Consolidação da Leis Trabalhista (CLT), 4 são Servidores Públicos, 2 são Microempreendedores Individuais (MEI), 1 é contratado por edital de Projeto de Extensão, 1 por edital de Prefeitura, 1 por contrato por tempo determinado e 1 trabalha informalmente.

Os dados revelam que dos treze (13) assistentes sociais, três (3) trabalham mais que 30 horas semanais, sendo que dois (2) fazem 40 horas e um faz 44 horas, descumprindo a Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, que estabelece a duração do trabalho do assistente social em 30 horas semanais.

Contudo, esses dados de contratação possuem uma divergência com a realidade de alguns desses assistentes sociais, informaram que apesar da contratação estar de acordo com a regulamentação, no cotidiano trabalham mais de 30 horas, dependendo da demanda de trabalho. Além disso, a precarização do trabalho do assistente social também é expressa na quantidade de vínculos empregatícios do Sujeito 5 e do Sujeito 11.

Referente a isso, o Sujeito 5 além de que possuir 2 vínculos empregatícios na área do Serviço Social, possui mais 1 que não é na área. Sendo que, o contrato dos dois empregos como assistente social são precarizados, um no qual foi contratado por MEI e outro informalmente. Na empresa que ele foi contratado como MEI, ele relata que:

*a princípio eles pediram a minha documentação e a carteira de trabalho para me registrar, porém, sempre foi muito enrolado. O processo de contratação ficou tramitando durante 1 mês e meio, aí fui questionar se iam me contratar mesmo ou não, foi onde **eles me falaram que não iam me contratar pelo CLT, que eles iam me fazer outra proposta, então assim, eles pediram que eu fizesse um MEI, lá na prefeitura e com isso eu tirei meu registro profissional [...] então eu pago meu registro profissional, então eu que pago esse cadastro do MEI, que tem uma mensalidade que eu tenho que pagar***

para o INSS, aí acaba eu contribuindo e eles não me ressarcem e pagam super pouco a hora. (Sujeito 5, grifo nosso)

Além da precarização da sua forma de contratação, ele relata sobre as condições de trabalho e falta de estabilidade

*[...] então as condições de trabalho são sucateadíssimas, tanto um como outro, **não tenho estabilidade em nenhum**, em um deles **eu ainda tenho um contrato de 6 meses, que eu acho que vai sendo renovado, mas que pode ser encerrado a qualquer momento, sem aviso prévio, sem nada**, é uma prestação de serviço, como se eu fosse um empresário, coisa que eu não sou, mas é como se eu tivesse uma empresa, eu tenho até alvará de funcionamento e é ridículo, porque essa não é minha estrutura, não é minha realidade, eu não sou empresário, um prestador de serviço, como a princípio a documentação diz, isso não condiz com a minha realidade, **então eu tenho MEI, então eles entendem que eu sou um prestador de serviço**, então assim eu tenho um contrato de trabalho, mas a qualquer momento eles podem rescindir esse contrato sem aviso prévio, então estabilidade zero, plano de saúde zero, os outros profissionais da instituição que vieram antes, eles era registrados mesmo indo duas vezes na semana ou um vez, com direito a INSS, ela tinha plano de saúde, todos os benefícios que os outros profissionais tinham, mas eu não, bem sucateado. (Sujeito 5, grifo nosso)*

Então, para conseguir o emprego, a empresa fez uma “proposta” para o assistente social abrir um cadastro de Microempreendedor Individual (MEI), sendo que, anteriormente, a empresa contratava com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com os direitos trabalhistas minimamente assegurados. Contudo com essa nova forma de contratação o Sujeito 5 foi prejudicado, porque acabou sendo privado de seus direitos enquanto trabalhador assalariado, pois conforme ele ressalta, no contrato é tratado como um “prestador de serviço”, “empresário” contratado por seis meses, que pode ou não ser renovado de acordo com os interesses da empresa.

No outro emprego a precarização é expressa no “contrato”, que é informal e sem nenhuma garantia trabalhista e nem estabilidade, conforme explicitado abaixo.

*[...] porque no outro emprego também é um contrato, eu não trabalho para a prefeitura, eu trabalho para uma empresa terceirizada que presta serviço para a prefeitura, ministrando cursos, aí eles optaram por contratar um assistente social para fazer junto desses minicursos a discussão de cidadania, **então eu trabalho de forma terceirizada para uma empresa que presta serviços terceirizados a prefeitura, então é a terceirização da terceirização**. [...] E nem contrato de trabalho eu tenho, quando eu tive que comprovar que eu trabalho lá e caso eu precise eu tenho que pedir, eu tenho que entrar em contato com uma coordenadora de outro estado, então o contato é por WhatsApp, uma coisa totalmente informal, é péssimo, então essas são as condições trabalho e de contratação. (Sujeito 5, grifo nosso)*

A situação dos vínculos empregatícios do Sujeito 5 expressam a precarização do trabalho do assistente social, o mesmo possui três empregos diferentes. Dois deles, na área do Serviço Social, não lhe garantem nenhuma estabilidade, nem direitos trabalhistas e a remuneração é baixa.

O outro assistente social que possui dois vínculos empregatícios, atua 40 horas semanais e 8 horas diárias, sendo que ambos os vínculos são com a prefeitura do município onde trabalha, um como servidor público e o outro por meio de contrato temporário.

Sou concursada, mas a carga horária é de 4 horas semanais, 20 horas semanais, aí como teve necessidade de serviço numa época que não havia concurso aberto, então eu assumi e dobrei a carga horária, então eu estou em 8 horas. Esse aumento de carga horária todo ano é reavaliado para saber se continua ou não. (Sujeito 11)

Já no vínculo adicional, o profissional executa um Projeto de Trabalho Social na área de Habitação, no qual é o único funcionário contratado para realizar as atividades.

Quanto a faixa salarial dos assistentes sociais entrevistados, verificou-se, que 61,5% (8) assistentes sociais recebem de 1 a 3 salários-mínimos; 15,4% (2) de 3 a 5 salários-mínimos; 7,7% (1) até 1 salário-mínimo; 7,7% (1) de 5 a 8 salários-mínimos; e 7,7% (1) não possui em renda média fixa.

Na pergunta “6- O que você faz?”, podemos verificar que eles elencaram as atividades que realizam no cotidiano de trabalho e de acompanhamento dos serviços que prestam, sendo que isso foi posteriormente detalhado na próxima pergunta sobre a rotina de trabalho.

Os 3 entrevistados que trabalham em CRAS abordaram as atividades que executam e os instrumentos que utilizam para descrever o trabalho que desenvolvem no serviço em que atuam. O que chamou atenção é que todos, além de executar esse serviço na proteção social básica, atendem outro serviço, como explicitado na fala do Sujeito 2, que acaba atendendo mais a demanda do CREAS.

Do dia a dia você fala? É, hum, na verdade lá é para ser, para desenvolver proteção social básica já que lá é CRAS, mas também atende à demanda da especial porque lá não tem CREAS no município, então a gente faz, é, eu faço atendimento individual, grupos, visitas domiciliares, entrevistas sociais, é, eu atendo uma demanda do fórum, que é para estudo social, existe também, a reunião de rede, é mais ou menos essas coisas (Sujeito 2)

O sujeito 10 também abordou essas questões, pois além de atender o CRAS, acompanha o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Eu faço atendimento social, acompanho as famílias, eu acompanho serviço de convivência também, acolhida, que mais... para falar a verdade fazer o CRAS e o Serviço de convivência é bem difícil, aí eu foco mais no serviço do CRAS mesmo, do acompanhamento familiar, estudo de caso, rede de proteção, reuniões, os grupos mensais, eu tenho dois grupos, é isso aí no geral. (Sujeito 10)

Ambos evidenciaram a dificuldade de dar conta desses trabalhos, que essa sobrecarga de trabalho e de funções os levam a ter que priorizar um dos serviços específicos para conseguir desempenhar suas atividades dentro da carga horária de trabalho para que foram contratadas. O Sujeito 11 é o único que trabalha em CRAS e que não relatou ter esse acúmulo de funções dentro da carga horária contratada, mas ela possui dois vínculos empregatícios, um de 20 horas para o CRAS, por concurso público, e um contrato de 20 horas por tempo determinado.

Portanto, o que se evidenciou nesta questão, e na próxima é aprofundada, é que além do trabalho para o qual são contratados, esses assistentes sociais realizam outras atividades. Algumas administrativas, que não são funções específicas do Serviço social ou outros Serviços por falta de funcionários para atender a demanda. Quando questionado sobre a rotina de trabalho, isso se destacou.

O Sujeito 1, ao falar sobre sua rotina, diz trabalhar além do horário estabelecido, “*então eu acabo fazendo muita coisa em casa, para dar conta de fazer tudo que preciso no meu trabalho*”.

Outro fator que se destacou nessa questão é que por mais que anteriormente o Sujeito 8 tivesse respondido que seu contrato era de 30 horas semanais, atualmente além do trabalho diário de 6 horas, está realizando plantões para cobrir outro serviço, o que reflete uma carga horária não exata trabalhada na semana.

É muito dinâmico, eu não tenho horário fixo, que nem segunda fui de manhã, terça fui de tarde, teve um sábado que teve uma ocorrência de violência dentro do acolhimento, não tinha ninguém para ir, eu tive que ir porque eu estava de plantão, então não tem uma dinâmica, quando eu estou de plantão com o celular da instituição, eu faço das 7 às 10, aí eu fico de plantão e tenho que fazer minhas 6 horas lá também e o restante eu faço na minha residência mesmo, mas quando eu estou lá e eu não estou de plantão, eu faço atendimento social das 7 ao meio dia mais ou menos, que é atendimento e depois a gente fica mais na questão de relatório e de alimentação do sistema.

Eu trabalho de casa, pode tocar de madrugada, não aconteceu comigo, mas já ouvi falar que aconteceu de promotor ligar 1 hora da manhã, prefeito do município. Agora a gente está... porque é um serviço novo, porque antes era só o pernoite que foi criado com a operação noite fria, então está se estruturando agora que aumentou as metas, a prefeitura está dando um repasse maior e a central de vagas pegou agora, não faz nem 20 dias, então a gente está montando um plano de trabalho, montando o que é possível ser feito, a princípio além da central de vagas, seria a realização de oficinas, porque aí a gente está tentando ver de estender, ao invés deles saírem às 7 horas da manhã, poderem ficar na casa até meio e participar dessas oficinas interdisciplinar. (Sujeito 8)

Em relação aos recursos materiais, 9 afirmaram não ter os recursos materiais suficientes, enquanto 3 afirmaram ter os recursos suficientes e 1 por ser assessoria, utiliza recursos próprios. Entre as coisas que mais faltam estão: carros, materiais de escritório, computadores, salas adequadas.

O Sujeito 8 relata as diferenças entre o antigo trabalho, que era vinculado ao setor público, em relação ao atual que é no terceiro setor, e que assim como o entrevistado anterior acaba tendo que utilizar os próprios recursos materiais para o trabalho.

[...] que eu estou sentindo de diferença em relação ao meu antigo emprego, lá eu tinha uma mesa, tinha um recurso, então a gente tinha material, impressora, computador. Hoje eu estou usando o meu notebook, eu não tenho mesa, eu faço meu serviço na mesa dos outros quando eles não estão usando, ou num sofá que eu fico lá, ou em casa, não tem recurso e no começo eu estava usando meu carro, até eles providenciarem um motorista, só que eu divido esse motorista com mais três serviços, então a gente divide, então é bem assim, questão de estrutura não tem nenhuma, foi o que me chocou bastante. Tem uma sala de atendimento, mas aí é bem usada, porque o pessoal fica lá, então quando eu estou de plantão, eu prefiro ficar em casa porque eu tenho estrutura melhor que lá, porque a sala de atendimento, só tem dois computadores na instituição e a gente é em quatro técnicos, então a gente tem que ficar rotativo assim e a coordenadora faz geralmente o horário manhã, tarde e noite, porque ela tem que ficar nos três períodos, aí sobre só um computador, se esse computador tiver tendo atendimento, a gente não tem computador para usar, então assim, é duas salas, uma da coordenação e uma de atendimento, é bem sem estrutura. (Sujeito 08)

A situação sobre os recursos humanos também se destaca porque todos os assistentes sociais, com exceção do que realiza assessoria, relataram a ausência de recursos humanos.

O Sujeito 11 relata que além das dificuldades com os recursos materiais, o serviço em que atua não possui funcionários contratados para a limpeza, sendo que a coordenadora paga uma funcionária com o seu próprio salário para trabalhar em um serviço público.

Não, por exemplo não serviço de limpeza, minha coordenadora paga a própria faxineira para o CRAS, se não, como a gente faria, apesar que eu sei que existe uma verba para contratação, mas isso demora, não acontece não sei porque, o nosso administrativo tem um de 8 horas e um de 6 horas, também acho pouco, 3 assistentes sociais de 4 horas e 1 psicóloga de 4 horas e 1 coordenação. (Sujeito 11)

Ao abordarmos as exigências e cobranças dos contratantes em relação ao trabalho dos assistentes sociais, eles relataram que as requisições já se dão majoritariamente no momento da contratação, que podem acontecer verbalmente ou por meio de documento de contratação, no qual se explicita o que é esperado do trabalho do profissional naquela instituição. Alguns relataram sobre outras exigências e cobranças que se dão no cotidiano, como de atender um número alto de pessoas e famílias por mês e essas solicitações ocorrem de diversas formas, podendo ser formalmente, por meio de e-mail, memorandos, reuniões, ofícios, solicitações de estudo social ou também informalmente, no dia a dia da instituição. Quanto as exigências, alguns profissionais relataram que existem cobranças indevidas, de demandas que não são para o Serviço Social.

Essas exigências ou cobranças da instituição, que por vezes se chocam com o que é atribuição do Serviço Social, segundo alguns profissionais vêm muitas vezes vinculadas a uma falta de entendimento sobre o que é o Serviço Social, quais são suas competências e atribuições privativas. Conforme o Sujeito 3, a instituição *“enxerga o Serviço Social como curva de rio, **qualquer coisa manda para o Serviço Social**, aí a gente teve que colocar, explicar isso é coisa do Serviço Social, isso não é”*. (Grifo nosso)

Quanto ao perfil dos assistentes sociais que participaram da pesquisa, majoritariamente trabalham em instituições de natureza pública, contudo, nem todos são contratados como servidores públicos, há uma diversidade de formas de contratação, que expressam a precariedade e a falta de estabilidade dos vínculos empregatícios. Quanto à área de atuação, a maior parte são vinculados à política de assistência social. Sobre a carga horária, ainda que apenas dois assistentes sociais tenham vínculos que formalmente exceda as 30 horas semanais, há outros profissionais também relataram que não cumprem apenas a carga horária contratada. Quanto ao salário, mais da metade (69,2%) dos profissionais recebem entre menos de 1 salário-mínimo até 3 salários-mínimos, dado que expressa o rebaixamento salarial dos assistentes sociais.

Portanto, em que pese não seja o objetivo da presente pesquisa

analisar as condições de trabalho dos assistentes sociais, verificou-se que há uma precarização do trabalho dos assistentes sociais de diversas formas, que acontece por vezes de forma explícita e outras nem tanto, decorrentes da condição de assalariamento.

3.1.2 Condições materiais e Formação Profissional dos Assistentes Sociais

Os dados que serão apresentados a seguir referem-se ao período de graduação dos Sujeitos que participaram da pesquisa, tendo como objetivo compreender alguns elementos acerca das vivências que estes tiveram durante os seus respectivos processos formativos.

As respostas à pergunta “20. Durante o período de graduação você trabalhou? ”, evidenciou que 8 dos 13 Sujeitos trabalhavam durante o período da graduação, sendo que destes, 1 Sujeito pontuou que trabalhou por um período curto de menos de 2 meses e depois conseguiu bolsa de Iniciação científica (IC) e outro Sujeito falou que trabalhou durante 1 ano, mas saiu quando conseguiu bolsa, e posteriormente estágio remunerado, dados estes que revelam a importância das bolsas para a permanência e acesso a diferentes espaços da universidade.

Sobre a participação em projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão, todos os 13 os Sujeitos afirmaram terem participado, fato esse que é justificado por ser um componente obrigatório para cumprimento das Atividades Acadêmicas Complementares (AAC). Contudo um dos Sujeitos relatou suas dificuldades em acessar e participar desse espaço e que, devido a isso, só realizou o mínimo de Carga horária que era necessário para se formar.

Como eu trabalhava o dia todo, eu já chegava na universidade na hora de ir para aula, então no último ano eu me desesperei, porque a gente tinha que participar de algum projeto para poder formar né? Ai eu fiz um acordo no trabalho, que eu conseguia chegar mais cedo um pouco, aí só tinha um projeto no fim da tarde, isso é uma outra dificuldade um projeto no fim da tarde, só tinha um que, que eu fazia das 17:30 as 19 horas, então era muito difícil para quem trabalhava conseguir participar, porque é difícil conseguir um lugar que você trabalha, que dessem abertura para você mudar ou fazer mais horário em um dia para ser liberado no outro. Então eu só consegui esse projeto, não foi o que eu queria fazer, foi o que deu para fazer só para cumprir as horas né? Mas, eu acho que é muito diferente a formação de quem trabalha e da formação de quem não trabalha, porque quando você não trabalha tem a possibilidade de vivenciar muito mais a universidade do que um aluno trabalhador né? Então eu senti muita dificuldade quando foi para

fazer o TCC, fazer artigo, porque eu nunca tinha feito um projeto, então eu acho, que essa possibilidade de vivencia tem mais quem não trabalha, porque geralmente os projetos são no meio do dia, em horários que não são acessíveis para o trabalhador. (Sujeito 2)

Portanto, a fala do Sujeito 2 apresenta as dificuldades de um estudante que é trabalhador assalariado em acessar outros espaços acadêmicos além da sala de aula. Pois fato é que a Universidade não garante a permanência estudantil, sendo que os estudantes assalariados acabam tendo que fazer o que é possível para se manterem e conseguirem finalizar a graduação, pois acabam tendo opções restritas para participar dos espaços e/ou projetos das áreas que lhe interessam, porque acabam tendo que realizar o que é disponível, até mesmo pela dificuldade de encontrar projetos e atividades com horários flexíveis para que possam participar.

Dos 13 Sujeitos, 9 realizaram Iniciação Científica (IC), todos com bolsas em algum momento, sendo que destes 2 deles afirmaram que realizaram a pesquisa durante um período sem bolsa e outro com bolsa. Referente a esse assunto, um egresso que à época não realizou iniciação científica criticou a falta de divulgação da modalidade de iniciação científica sem bolsa, e de que na sua percepção as bolsas de IC eram mais acessadas pelos estudantes do período matutino.

Não realizei [iniciação científica], porque na época tentei bolsa de inclusão social, só que acabei não passando e porque dificilmente a gente vê iniciação científica sem bolsa, então, faltou um pouco mais eu entender o significado na iniciação científica, da importância, para dar uma cobrada a mais nos professores e também os professores não davam muita bola para iniciação científica sem bolsa. Mas até uma característica, que depois conversando com uma galera, até mesmo depois da graduação, que por eu ter estudado no noturno, então a impressão que se tinha era que não tinham muitas bolsas para o pessoal do noturno, porque tinha um pessoal que já trabalhava, mas também tinha um pessoal que não trabalhava, então pelo pessoal do matutino, mesmo tendo pessoas que também trabalhadoras, mas geralmente são pessoas mais novas, a gente percebia que o pessoal do matutino tinham mais bolsas que o pessoal do noturno, geralmente a maior parte das bolsas, a galera começava participar dos projetos no primeiro ano, como já estava a um tempo, tinha um pouco mais de experiência, acabavam sendo um pouco mais qualificado em relação a experiência, em relação a bolsa que é o que os professores cobram. (Sujeito 3)

Quanto à participação em alguma instância representativa estudantil e/ou movimento social, 8 Sujeitos não participaram e 5 participaram em algum momento.

Em relação ao estágio, 8 Sujeitos realizaram estágio com bolsa, dos quais 6 cumprindo 30 horas semanais e 2 cumprindo 20 horas semanais. Os 5 que

realizaram sem bolsa, 3 cumpriam 8 horas semanais, 1 cumpria 12 horas semanais e 1 cumpria 20 horas semanais.

Dos Sujeitos que participaram da pesquisa, 10 realizaram alguma formação continuada e/ou pós-graduação, os 3 que não realizaram relataram que tem interesse, mas devido a algumas questões ainda não tinham tido a possibilidade de iniciar, mas todos relataram que em breve começariam, pois ou estavam estudando para prova de pós-graduação *stricto sensu* ou estavam esperando abrir inscrições para pós-graduação *lato sensu*.

3.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E OS CONHECIMENTOS E HABILIDADES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Quando perguntados sobre o tema da formação profissional e dos conhecimentos e habilidades necessários ao exercício profissional, a primeira reação, foi de incômodo, conforme expresso na fala “*Ah meu Deus, que pergunta difícil*” (Sujeito 9), sendo que algumas respostas foram curtas, outros Sujeitos não conseguiam definir o que seriam conhecimentos e habilidades, alguns dos entrevistados responderam coisas não relacionadas com a questão formulada, demonstrando que este é um tema em que não se pensa muito no cotidiano ou não é considerado importante para o exercício profissional. Contudo, apesar destes limites, foi possível extrair alguns elementos acerca da forma como os entrevistados se aproximam do tema *conhecimentos e habilidades* e, ainda, de como eles avaliam a formação profissional ofertada no Curso de Serviço Social da UEL.

O material obtido nas entrevistas foi organizado para apresentação em três blocos, ou categorias. O primeiro diz respeito ao conceito de conhecimentos e habilidades. Posteriormente trata-se da percepção dos Sujeitos sobre a formação profissional propriamente dita, se eles consideram que ela lhes proporcionou os conhecimentos e habilidades necessários ao exercício profissional. Por fim, são apresentadas as sugestões feitas para que as insuficiências apontadas fossem superadas.

3.2.1A Compreensão do Conceito de Conhecimentos e Habilidades e quais são necessários para ao Exercício Profissional

É possível observar uma disparidade de formas de compreender o que são os conhecimentos e habilidades necessários ao exercício profissional. Assim, predominam respostas genéricas e abrangentes, como a que segue:

os conhecimentos do nosso cotidiano são os conhecimentos normativos e teóricos também. Eu compreendo por conhecimentos aqueles conhecimentos que a gente tem a partir da nossa formação profissional, mas que também são formados e a gente busca após a formação, por exemplo com realização de cursos, para subsidiar o cotidiano e melhorar o Currículo de certa forma. (Sujeito 13)

Ou, ainda, neste outro exemplo:

Eu entendo que seria o conjunto de instrumentos, acho que os conhecimentos, a capacidade de mobilizar instrumentos de trabalho, acho que ter consciência do seu papel enquanto profissional, acho que conhecimento das leis também, dos códigos que regem nossa profissão, acho que o conjunto técnico-operativo, como e quais são que no dia a dia eu consigo mobilizar para desenvolver o trabalho, quais recursos estão disponíveis, além da análise desse conhecimento, no sentido de analisar a realidade social, intervir nela de maneira crítica. (Sujeito 6)

Com relação ao conteúdo desses conhecimentos, é possível observar que uma boa parte dos Sujeitos enfatiza a relação entre conhecimentos e habilidades com o domínio de normativas. Os Sujeitos relacionam a normativas de duas formas: 1) legislação profissional e 2) legislação relacionada às políticas sociais. A identificação das normativas como integrante dos conhecimentos e habilidades revela que estas materializam o fazer profissional e orientam o trabalho do assistente social.

Alguns Sujeitos fizeram menção à legislação que normatiza a profissão, conforme indicado pelo Sujeito 6: “*acho que conhecimento das leis também, dos códigos que regem nossa profissão*”. Outros citaram indiretamente a legislação, como é o caso a seguir, que remete ao artigo 4 e 5 da Lei 8.662, mas não a referência diretamente.

Eu acho que a gente não pode confundir as nossas competências com as nossas atribuições privativas, ter muito nítido a diferença de cada uma, ter uma boa noção também do campo que se está trabalhando, porque por mais que a gente tenha uma formação generalista, eu acho que varia muito de um campo para outro, qual política está vinculada, quais são as possibilidades

de trabalho em determinado campo, então o assistente social tem que ter muito bem demarcado essa noção, que a gente aprende aos poucos. (Sujeito 3)

Ainda sobre o tema, na resposta do Sujeito 5 apareceram elementos acerca da direção social da profissão, abordando o projeto ético-político e a análise crítica da realidade social através de normativas.

Existe um contexto geral que o assistente social tem que ter, um conhecimento apropriado que ele tem que ter independente da área que ele for trabalhar, que eu acho que é muito isso associado ao Projeto Ético-Político, associado ao Código de Ética Profissional, que é essa visão mais crítica da sociedade, que é esse conhecimento, entendimento social, das diferenças sociais. (Sujeito 5)

No entanto, são as normativas que envolvem as políticas sociais que aparecem para um grande número de entrevistados. Cinco sujeitos expressaram essa compreensão de forma direta.

Eu preciso sempre estar me atualizando das legislações, no CRAS a que rege a assistência social, e isso tem que estar a todo momento recuperando, lendo e tal. Então a PNAS e a tipificação são imprescindíveis, saber exatamente o que é cada serviço, porque se não a gente se perde no cotidiano profissional, a gente quer resolver, a gente fica angustiado e saber o que que é do CRAS, prevenção de risco e o que eu tenho que encaminhar para outros setores. Então na habitação a legislação que rege também a portaria 464 de 2018, a de licitação. Então são documentos de normativas. (Sujeito 11)

Outros cinco expressam essa ideia de forma genérica, indireta, em suas falas:

Olha, conhecimento de diversas ordens, conhecimento teórico mesmo, em relação as diversas disciplinas que a gente tem, conhecimento da realidade, conhecimento da política social atual, das mudanças, a gente precisa saber, conhecer a rede de serviços, conhecer como funcionam as instituições. (Sujeito 12)

O Sujeito 10 abordou os conhecimentos e habilidades a partir das capacidades explicitadas no Currículo mínimo de 1996: teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, no entanto, ressalta a necessidade do conhecimento da legislação como subsídio para seu trabalho, enfatizando ainda a “gestão de benefícios” que lhe ocupa bastante.

Conhecimentos e habilidades, tudo que a gente aprende na faculdade, o

teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo né, em consonância com os três, ter muito cuidado para não se acomodar na prática, buscar o conhecimento sempre, e trabalhar sempre com as legislações na cabeça e aqui como eu faço muito a gestão de benefícios, porque só eu que faço, cesta básica, passe livre, eu tento sempre ficar com a lei municipal, o SUAS e a lei municipal também, o código de ética, enfim... (Sujeito 10)

Ao abordar as normativas referentes às políticas sociais, nota-se que eles as referenciam de acordo com a área do atual vínculo empregatício, partindo, do que instrumentaliza suas práticas, para ressaltar a importância da legislação em seus trabalhos. Ressaltam a importância de conhecer os espaços sócio ocupacionais, a qual política social está vinculada, o serviço no qual o assistente social trabalha, conforme o exemplo do exposto na fala do Sujeito 5 “*E para cada área alguns conhecimentos específicos de acordo com aquilo que você for operacionalizar no seu espaço sócio ocupacional.*”. Além disto, esse conhecimento da área específica remete à necessidade de avaliação do ambiente institucional, até para possibilitar escolhas de natureza política, no âmbito da política social, como é o caso que segue:

No meu trabalho, o assistente social tem que ter habilidades mínimas de conhecer os processos judiciais e saber dialogar com o usuário, são as duas coisas mais importantes. Como assistente social o principal atributo que a gente tem que ter é conhecimento para saber distinguir para quem é nosso atendimento, para quem estamos trabalhando realmente, aí vem a crítica, não é só pensar direto no patrão que te paga, a gente tem que representar os usuários, fazer uma leitura, de análise de conjuntura, que a gente aprendeu um pouco e saber quem eram as forças existentes ali, porque se eu não conseguisse entender meus usuários, não estava sendo efetivo em nada, por isso a maior dificuldade do assistente social, é fazer a leitura política do lugar que você entra, porque o que eu via na rede de serviços, que muita gente estava sendo bem avaliado, mas se ela fosse avaliada pelo usuário essa nota não seria tão alta assim, acho isso é difícil, ser propositor para nosso usuário e nosso empregador, é uma dificuldade. (Sujeito 4)

Mas, todos os entrevistados abordaram algum elemento relacionado à questão da relação entre a teoria e a prática quando perguntados sobre conhecimento e habilidades. Alguns compreendem a importância dos conhecimentos teóricos como subsídio para a leitura e compreensão da realidade, conforme exemplo a seguir:

Muita análise de conjuntura, muita análise histórico-dialética, minha formação que possibilitou uma escolha teórica e uma direção de estratégia e de método, então isso me auxilia a avaliar, a entender o que eu estou atendendo... a questão social, a desigualdade. (Sujeito 11)

Outros relatam dificuldades em apreender esse conhecimento e

indicam falta de aproximação com a prática durante a graduação.

Na verdade a gente tem que ter conhecimento da realidade em sua totalidade eu acho, se você não tem uma acaba caindo no senso comum, então acho que é bem importante essa questão crítica mesmo que a universidade traz pra gente, mas não só isso, porque as vezes a universidade deixa essa questão da prática um pouco vaga, quando a gente vai para o mercado de trabalho, a gente começa a perceber as dificuldades, o que faltou, as coisas que faltaram serem debatidas na universidade, mais a questão prática. (Sujeito 2)

Vale destacar um depoimento em que o Sujeito avalia como positiva a formação crítica, mas não a considera compatível com o ambiente institucional:

Assim a graduação dá uma carga, acho que é o princípio de tudo, deu uma base muito boa, principalmente aqui na UEL, porque antes eu não tinha conhecimento nenhum, eu tinha a questão do senso comum do que fazia o assistente social, mas acho que tem que ter a questão crítica, às vezes pode ser que com a correria do dia a dia você acaba aceitando algumas coisas, então se você não tiver esse olhar crítico, questionar e ter um pouco dessa questão da autonomia você acaba fazendo por fazer, apagando incêndio. Também ter um planejamento, que é importante, com esse olhar, essa criticidade que desenvolveu com o curso, que o curso traz, eu consigo ter essa visão, só que eu ainda tenho um pouco de medo de me expor, porque eu sou assalariada, então tem essa questão de ser assalariada e de me expor e acabar perdendo o meu emprego, então tem essa questão. (Sujeito 8)

Portanto, nessa questão se evidenciou que alguns Sujeitos demonstraram uma dificuldade em especificar quais são os conhecimentos e habilidades para o trabalho do assistente social, pontuam que precisa tê-los, mas não abordam diretamente quais são. Contudo, foi possível verificar que realizam aproximações aos conhecimentos e habilidades de diferentes maneiras, alguns citando indiretamente, tangenciando alguns elementos, outros já referenciam diretamente, conforme foi expresso nas falas apresentadas acima.

Os dados demonstram que há uma diversidade de expressões e palavras utilizadas pelos egressos, mas majoritariamente, analisando as falas, percebe-se que algumas trazem vários elementos acerca dos conhecimentos e habilidades para o trabalho do assistente social, que tem uma relação na concretização do trabalho e em outras aparecem mais de forma isolada. Isso expressa que o entendimento deles parte desses dois elementos: os normativos e os referentes a relação teórico-prática.

No item a seguir será apresentado a avaliação dos egressos acerca da formação e da construção dos conhecimentos e habilidades.

3.2.2 Avaliação Sobre a Formação Profissional

À questão feita aos entrevistados “Você acha que a sua formação na UEL lhe deu os conhecimentos e habilidades que seu trabalho lhe exige?”, um respondeu negativamente, seis responderam afirmativamente, e outros seis responderam que ofereceu sim, porém, em parte.

O Sujeito que respondeu que a formação não lhe deu os conhecimentos e habilidades para o exercício profissional, relacionou o problema ao tipo de exigências da instituição em que atua:

Não, é que a instituição que eu trabalho cobra o mínimo e eu acabo estudando por conta e fazendo o que eu acredito ser melhor para os estudantes, pensando nos estudantes e na formação profissional deles. Porque a instituição cobra questões técnicas e burocráticas, não cobra nada além disso, mas é impossível porque nas ciências sociais aplicadas, no Serviço Social, como você não vai ter um aprofundamento teórico, mas eu acredito que assim, a graduação não deu subsídio para esse tipo de atuação. Porque, assim, por exemplo, a questão do estágio, a gente pega o estágio no terceiro e quarto ano e aí eu acho que a gente não tem uma apreensão de como é a prática profissional desde o início, eu acho que fica um pouco a desejar a questão da prática, da gente conhecer a prática profissional do assistente social na graduação. (Sujeito 1)

Os 6 Sujeitos que consideram que a formação profissional da UEL ofereceu tais conhecimentos e habilidades justificaram o porquê de suas respostas a partir de alguns elementos que consideram importantes. Dois deles ressaltaram como fundamental as disciplinas vinculadas à prática como o Estágio supervisionado e a Prática Profissional, outro destacou a importância da formação em pesquisa e dois citaram a percepção de formação como processo permanente.

Como se pode observar, o Sujeito 7 ressaltou a importância da supervisão de estágio nessa construção.

Acredito que sim e o quanto a supervisão faz a diferença nesse sentido, porque não tem estágio sem supervisão. Eu só acredito que tem que aprofundar esses métodos de supervisão, principalmente com os profissionais, porque tem muito profissional que está lá atuando na área, que está lá há 10, 15, 20 anos sem nenhuma formação, então acho que tem que aprofundar esse método de supervisão. (Sujeito 7)

A importância do estágio e das aulas de Prática Profissional é expressa também na resposta do Sujeito 8, que citou ainda o respaldo técnico-operativo e teórico/crítico. Apesar de compreender que a formação deu conta dos

conhecimentos e habilidades para o trabalho, aponta que compreende que há uma defasagem em relação a alguns conteúdos.

... eu acho que deu bastante subsídio, principalmente em questão de estágio, aulas de prática tudo, só que tem algumas questões como do sócio jurídico, igual a aula de direito que eu tive não supriu todas as expectativas, foi uma professora de outro departamento que foi dar, então assim, o que ela passou não é o que a gente vai usar no nosso dia a dia como assistente social, sendo que a gente está interligado, principalmente no sócio jurídico, com a questão do direito, então acho que o que mais ficou defasado foi a aula do direito, do resto assim eu tenho uma compreensão foi um respaldo bastante importante, questão técnico-operativo, aulas de prática, hoje tem me dado um respaldo teórico e crítico bacana. (Sujeito 8)

O Sujeito 8 indicou uma defasagem percebida em relação aos conteúdos ministrados por professor de outro departamento, o que dependendo da situação pode prejudicar a formação dos estudantes, pois por mais que seu foco não seja unicamente o curso de Serviço Social, o conteúdo ministrado tem que dialogar e ser dado de acordo com os objetivos daquela disciplina para o curso.

Outra justificativa apresentada é que a formação proporcionou o conhecimento e a habilidade de fazer pesquisa e que hoje, após um processo de formação continuada, compreende que não há uma resposta e que precisa estar em constante processo de atualização para poder subsidiar seu trabalho.

Ela me deu, eu acho que ela me deu, se você me perguntasse isso talvez no primeiro ano de trabalho eu iria dizer que 50%, hoje eu acho que me deu, até inclusive depois de ter feito uma especialização, um mestrado e retornado para o doutorado, de ter retomado conteúdos que eu estudei na graduação, eu acredito que me deu e eu reforço essa questão da formação ter me dado essa maturidade, essa ciência de que a gente precisa fazer pesquisa o tempo inteiro, que a gente precisa o tempo todo estar buscando, porque de fato não vai ter, por mais que eu tenha diversos formulários para preencher, diversos instrumentos a minha disposição, nenhum deles vai ser nunca suficiente. (Sujeito 9)

Outra questão levantada pelo Sujeito é que essa formação possibilita que ele consiga realizar a atualização dos seus instrumentos de trabalho, pois quando tem contato com os instrumentos construídos por outros assistentes sociais ou outros profissionais, pode incorporar os que acha interessante ao seu trabalho.

Porque inclusive uma coisa que eu faço sempre que de tempos em tempos eu altero os instrumentos que eu criei para trabalhar, porque de tempos em tempos eu tenho contato com instrumentos de outros colegas, dos processos, eu leio um relatório e penso nossa esse relatório é bom, aborda questões que

são importantes, tenho acesso a, por exemplo a PIA, que por mais que seja um formulário, tem perguntas que são de uma sacada assim que é incrível que eu acabo incorporando isso nos meus instrumentos, até de outras áreas, não necessariamente da mesma áreas de atuação, justamente isso observar o que se tem em volta e incorporar isso de uma forma que melhore seu trabalho com vista sempre a garantia e a promoção dos direitos de quem você está atendendo. (Sujeito 9)

A busca por conhecimentos para além da graduação para sua atualização também apareceu na fala do Sujeito 13.

Olha, me ofereceu sim, foi muito importante a formação da UEL, tanto que eu admiro muito e gosto muito do departamento, só que assim, depois disso eu tive que buscar outros conhecimentos e outros embasamentos para dar continuidade ao processo formativo. (Sujeito 13)

Comparando com os dados apresentados anteriormente sobre o processo formativo desses estudantes que compreendem que a formação do curso de Serviço Social da UEL ofereceu os conhecimentos e habilidades, verificou-se que o processo formativo deles não se restringiu apenas ao ambiente de sala de aula. Destes, 5 participaram de projeto com bolsa de iniciação científica, 4 realizaram estágio com bolsa, além disso 3 relataram que participaram do movimento estudantil ou movimentos sociais. Portanto, percebe-se uma participação em diversos espaços acadêmicos. Em relação a formação continuada ou pós-graduação todos os 6 responderam que fizeram.

Os seis que consideram que a formação profissional em Serviço Social da UEL ofereceu os conhecimentos e habilidades para o trabalho profissional em parte também justificaram as respostas, e estas também passaram pela questão do ensino da prática.

A crítica à ausência dos conhecimentos relacionado à prática é expressa na fala do Sujeito 2, que ressalta que a formação o subsidiou no que diz respeito aos conhecimentos teóricos, porém, quando o assistente social ingressa no mercado de trabalho consegue observar as lacunas da formação em relação à prática profissional.

Então, a visão da totalidade, da realidade nua e crua sim, agora a questão da prática, do que você faz quando você ingressa no mercado de trabalho acho que deixou muito a desejar. Porque eu acho que a gente fica muito na teoria, eu sei que a teoria é muito importante, eu não acho que a teoria se distancia da pratica não, mas eu acho que é complicado essa questão de quando a gente vai no mercado de trabalho, você chega lá e fala: bom, e agora o que

eu faço? Como eu faço um estudo social? Como eu vou.... o que eu tenho que fazer quando eu vou para uma visita? Então o assistente social fica bem perdido nessas questões, eu acho que a parte da prática mesmo fica bem sem.... como eu posso dizer? A gente foca bastante na teoria e deixa a prática de lado na universidade. (Sujeito 2)

O Sujeito 3 considera que a formação deu poucos subsídios, pois na sua compreensão o fato de realizar estágio em apenas um campo sócio ocupacional faz com que durante a graduação não consiga ter conhecimento em relação aos outros espaços profissionais, conforme explicita:

Então, deram poucos subsídios, porque eu fiz estágio em uma instituição só, fiquei os dois anos vinculado a um campo sócio ocupacional e isso faz com que a gente não tenha muita noção dos outros campos. De certa forma é processual até a gente entender quais são as ações, os objetivos, o que vamos executar na instituição acaba demorando um pouco justamente por causa disso. Então é uma experiência que a gente acaba não tendo em um campo só, acaba não tendo em outros campos pôr a gente ficar vinculado a um campo de estágio em um único lugar. (Sujeito 3)

E conclui apontando deficiências na formação instrumental, ressaltando que as discussões em relação aos instrumentos ficam restritas ao estágio e isso dificulta a apreensão destes, o que acaba sendo superficial:

Também pelo formato que a gente discutiu nas disciplinas, pelo menos na minha época era tudo muito amplo, então a gente vai discutir a assistência, os objetivos, o PAIF e tal, não sei o que..., mas a gente não conseguia observar aquilo na prática, tipo como é no cotidiano minimamente ou a saúde também, a previdência, acaba faltando. E a questão também principalmente dos instrumentos, eu não lembro de ter... claro que isso acaba ficando mais para o estágio, para discutir sobre entrevista, visita domiciliar, como construir um relatório social para emitir um parecer, isso não foi discutido na graduação e eu comecei trabalhar e precisava saber e eu não sabia, fui aprender isso depois na especialização, então essa discussão dos instrumento na graduação fica muito vago, a gente acaba sentindo muita falta dessa questão principalmente. (Sujeito 3)

O Sujeito 4 respondeu que avalia como positivo o curso de Serviço Social, principalmente no que tange a direção política e às técnicas, mas crítica a falta de aproximação com os movimentos sociais. Sua fala também ressalta a importância da sua formação para além do ambiente da sala de aula:

eu avalio como um ótimo curso, politicamente falando e tecnicamente falando, representado nos concursos e nas instituições que eu participei, eu me sinto contemplado de sair sabendo o mínimo, então tem uma boa eficiência, boa grade curricular, bons professores, bom preparo para concursos, para debates, mas existem deficiências, que se encontram na

academia como um todo, a questão prática do movimento estudantil e dos movimentos populares que não estão diretamente vinculados a construção do curso, então deixa a desejar, A participação em eventos de todas as áreas e a universidade me fez conhecer os movimentos sociais de Londrina e não necessariamente o curso de serviço social. Eu tive possibilidade a partir da pesquisa, iniciação científica, estágio remunerado, de permanecer na universidade, então eu tive tempo de absorver outras áreas, então se eu não tivesse essa possibilidade seria mais falha minha formação, então eu acho ela completa porque eu tive a possibilidade, de ver outras áreas, outros campos, outras questões. (Sujeito 4)

O Sujeito 5 inicia respondendo que, no geral, a formação lhe propiciou uma visão política e social ampla, mas, crítica que o assistente social acaba tendo uma formação voltada para os conhecimentos teóricos em detrimento daquilo que é demandado pelas instituições:

Eu acho que para o contexto geral sim, como eu frisei em relação a essa visão político e social, às vezes eu acho que o assistente social se torna mais um crítico social do que necessariamente o que as instituições precisariam que a gente fosse, que exige que a gente seja. (Sujeito 5)

Continuando, ressalta que o curso dá acesso a conhecimentos sobre políticas públicas, porém ressalta a amplitude dos espaços de trabalho do assistente social como um problema para os profissionais:

O conhecimento em relação as políticas públicas o curso dá uma base boa, mas que enquanto profissional, claro que também compete a pessoa depois que se forma procurar se especializar, se capacitar, mas tendo em vista o mercado que a gente tem, que é uma coisa que você não fala assim vou ser um profissional da saúde e daqui um mês, dois vai encontrar trabalho na área da saúde, até você conseguir a oportunidade de desempenhar aquele trabalho naquele espaço sócio ocupacional que você queria trabalhar, que você estudou para se especializar você passa por muitos espaços sócio ocupacionais que vão esperar que você tenha um conhecimento técnico maior que a UEL proporciona. Quando a gente sai do curso, a gente sai muito cru, muito assustado para o espaço de trabalho, porque a única experiência que a gente vai ter mesmo é o estágio e por muitas vezes no estágio, o que até foi meu objeto da pesquisa do meu TCC, é tudo muito administrativo o que o estagiário acaba fazendo. (Sujeito 5)

Por fim, afirma que compreende que o assistente social formado sai com uma defasagem, pois quando vai trabalhar na área possui um domínio de uma determinada leitura crítica da sociedade, mas não domina o fazer profissional.

Então a gente não sai com muita propriedade para trabalhar, como por exemplo, com oficinas, com a própria ideia de gestão que a gente tem, porque por mais que você tenha que ter uma visão das coisas direcionadas de forma crítica, acho que é muito importante você entender como faz certas coisas,

vai se apropriar de conteúdos mais práticos, mais técnicos e a graduação falha nisso. (Sujeito 5)

O Sujeito 6 ressalta a importância do tripé ensino, pesquisa e extensão para a formação, mas discute a dificuldade em relação aos conhecimentos sobre as políticas sociais e setoriais:

Eu diria que sim, possibilitou, acho que contribuiu e a formação como um todo que eu digo, no sentido da extensão, da pesquisa, tudo isso criou possibilidades de intervenção no meu dia a dia. Olha eu acho que, pensando no trabalho no âmbito das políticas sociais, eu acho faltou focar um pouco mais no trabalho no âmbito público, acho que focar mais nas disciplinas que a gente teve no 3º ano, de políticas setoriais, eu acho que fazer uma discussão um pouco mais crítica nesse sentido né? Eu acho que a graduação permite que a gente tenha uma crítica em relação a sociedade, faz com que a gente dê respostas profissionais adequadas, no sentido, pensando no nosso código de ética, por exemplo. Mas eu sinto, hoje em dia no meu trabalho, eu sinto, que eu fiquei bem perdido nesse sentido, estou em determinada política social... É uma formação muito rápida, não dá conta de tudo, acho que é isso, talvez, pensar mais as políticas sociais em si, enquanto um profissional que vai trabalhar na gestão dessa política e na execução. (Sujeito 6)

Outro elemento que apareceu na fala do Sujeito 10, diz a respeito à dedicação que tinha na época da graduação, expressando uma culpabilização por parte do egresso por não conseguir apreender os conteúdos ministrados na graduação, além disso, relata que ficou perdido em relação a parte documental.

Ah eu acho que sim, eu não era a aluna mais dedicada, focada, às vezes eu sinto falta na parte documental, cheguei na prática fiquei um pouco perdida, mas não sei se foi uma falha da graduação ou se eu passei batido e não lembro dessa parte, mas a parte documental sabe, por exemplo, a questão dos relatórios em conjunto com a equipe multidisciplinar, relatório com estudo social. (Sujeito 10)

Portanto, as falas dos Sujeitos apresentaram diferentes elementos que justificam a compreensão de que a formação ofereceu parcialmente os conhecimentos e habilidades necessárias para o trabalho, mas o ponto em comum das respostas se encontra na falta de instrumentalização e aproximação com a prática profissional durante o período da graduação em Serviço Social na UEL.

Ao comparar com os dados expressos no item anterior sobre o processo formativo dos estudantes que compreendem que a formação do curso de Serviço Social da UEL ofereceu em partes os conhecimentos e habilidades, verificou-se que: 4 participaram de projeto com bolsa de iniciação científica, 4 realizaram

estágio com bolsa, além disso 3 relataram que participaram do movimento estudantil ou movimentos sociais. Portanto, percebe-se uma participação em diversos espaços acadêmicos. Sendo que destes, 4 trabalharam durante o período da graduação e em relação a formação continuada ou pós-graduação todos os 3 responderam que fizeram e os outros 3 que não fizeram possuem interesse em realizar.

Perguntados sobre “Quais aspectos da formação profissional ofereceu os conhecimentos e habilidades para o trabalho do assistente social?”, as respostas foram majoritariamente vinculadas aos conhecimentos teóricos, análise da realidade social e a crítica. A exemplo, o que é explícito nas falas: “*Acho que teoricamente ok, assim, as questões teóricas, ok.*” (Sujeito 1); “*Na verdade, ela forneceu esse conhecimento mais crítico, essa questão de análise da realidade, isso é bem nítido na nossa formação, bem presente.*” (Sujeito 2); “*Ofereceu uma análise crítica da realidade como um todo.*” (Sujeito 3); “*Acho que a graduação da UEL dá bastante embasamento no que se refere a essa leitura de sociedade, acho que cumpre bem com o papel.*” (Sujeito 5); “*Sim, eu acho que na formação na UEL nosso senso crítico é muito bom, todas as aulas de fundamentos, ainda mais se comparado as outras formações se a gente for analisar, acho que sou bem satisfeita.*” (Sujeito 10).

Outros elementos que também foram abordados, como: “*eu tenho uma compreensão foi um respaldo bastante importante, questão técnico-operativo, aulas de prática, hoje tem me dado um respaldo teórico e crítico bacana.*” (Sujeito 8).

O Sujeito 12, além dos aspectos citados acima, também aborda que compreende que conhecimentos e habilidades oferecidos foram a pesquisa e a investigação, conforme explicitou na fala a seguir:

Os aspectos que ofereceu o conhecimento da realidade, de você refletir mesmo, fazer uma avaliação crítica da realidade, os conhecimentos teóricos, habilidade de investigação, de buscar os conhecimentos de pesquisa, ele forneceu um conhecimento sólido sobre isso. (Sujeito 12)

O Sujeito 13 se refere as disciplinas básicas que permitiram construir uma determinada compreensão através do entendimento de alguns fundamentos, expressos na resposta abaixo:

O que ofereceu, tive acesso a disciplinas básicas para localizar e entender o serviço social nessa realidade, ter uma aproximação através das políticas,

dos fundamentos da profissão, da dimensão do trabalho na realidade, então aspectos gerais e algumas questões que antes eu não tinha acesso, eu não conhecia. (Sujeito 13)

Na pergunta sobre quais aspectos dos conhecimentos e habilidades a formação profissional não ofereceu, muitas das respostas foram ao encontro com o que já tinha sido explicitado na pergunta 12, que é em relação a prática profissional e ao conhecimento dos campos sócio ocupacionais de trabalho dos assistentes sociais.

A resposta do Sujeito 1 explicita as dificuldades em relação a conhecer a prática, pois na sua percepção essa aproximação se dá tardiamente, no 3º e 4º anos da graduação, conforme explicito a seguir:

Acho que assim na questão da prática mesmo, de a gente conhecer a prática, o exercício profissional muito depois, só no terceiro e quarto ano, a gente não consegue problematizar algumas coisas no início do primeiro e segundo ano, então a gente tem que conhecer alguma coisa do estágio, não sei como seria isso. Enfim, mas tem que conhecer alguma coisa antes para você conseguir fazer a relação da teoria com a prática ali, com o exercício profissional, alguma relação, algum debate, alguma coisa em relação a isso, porque fica muito tardio a inserção no estágio, aí você tem uma dificuldade ali, eu acho que é isso. (Sujeito 1)

Portanto, isso dificulta que os estudantes problematizem no início da graduação a prática profissional e sugere que deveriam ser pensadas formas de propiciar essa aproximação com a realidade dos assistentes sociais, antes do 3º e 4º períodos, para que os estudantes consigam estabelecer a relação entre teoria e prática.

O Sujeito 2, crítica o fato dos conhecimentos relativos à prática se restringirem ao estágio, porque o acesso a esse conhecimento acaba dependendo e se limitando a sua inserção no estágio.

Eu acho que você fala de aí porque o assistente social chega na instituição, ele tem que desenvolver certas coisas, por exemplo ele tem que saber realizar uma entrevista para colher dados para que isso possa auxiliar o usuário e a gente não vivência isso na universidade, você não tem acesso a isso, depende muito do campo de estágio que você está para desenvolver alguns conhecimentos, habilidades, até mesmo do profissional que vai te supervisionar. Porque também as vezes o profissional acaba também deixando a desejar. (Sujeito 2)

Em sua resposta, o Sujeito 2 menciona os instrumentos técnico-operativos, pois acredita que durante a graduação a apropriação desses conhecimentos e habilidades ficam restritos a espaços que nem todos podem ter

acesso, que depende do campo do estágio e acaba não sendo um arcabouço que todos vão acessar na graduação, sendo que é algo necessário, pois serão utilizados pelo assistente social em seu trabalho. Fica implícito que a intervenção profissional não é problematizada no conjunto do curso, ficando limitada às disciplinas da “prática”.

O Sujeito 3 aponta que o tempo é reduzido em relação ao conteúdo, principalmente no 3º e 4º ano do curso, onde as disciplinas ficam densas devido a rotina de estágio e TCC, dificultando o aprofundamento dos conhecimentos.

Da a impressão que o período da graduação foi muito curto pra se aprender tudo, então que nem as disciplinas do terceiro e quarto anos que discutem principalmente o trabalho, que discutem mais o exercício profissional, são disciplinas muito pesadas, junto com estágio e TCC, a gente não consegue se aprofundar tanto e, por serem disciplinas pesadas, acabam passando muito rápido e a gente não absorve tudo que é necessário, eu acho que dá uma visão bem geral e a gente se aprofunda ao longo do tempo e dos estudos. (Sujeito 03)

Outro elemento citado pelo Sujeito 4 é a dificuldade de o estudante na graduação compreender alguns elementos do trabalho e que na sua percepção os professores, que são assistentes sociais, deveriam intermediar esse processo.

Eu participava também de um grupo com profissionais que vinham na universidade discutir coisas do dia a dia, mas isso é uma coisa que falta, porque a gente só vai ter contato com os profissionais no estágio e até lá a gente não conseguia entender, como os professores são assistentes sociais, eu sempre falei isso para eles, como eles são assistentes sociais e eles tem como atividade privativa algumas matérias, eles tinham que entender a gente como usuário também, então eles tinham que traduzir o mundo universitário para gente acessar. (Sujeito 4)

O Sujeito 12 também abordou que “faltou um pouco do conhecimento da prática, dos instrumentos técnico operativos do Serviço Social e também um pouco mais de aprofundamento da operacionalização da política social”, destacando a falta de instrumentalização para o trabalho do assistente social.

O Sujeito 5 responde que tendo em vista que a particularidade do Serviço Social é elaborar e desenvolver políticas públicas, ele compreende que sua formação profissional falha, porque não dá os embasamentos para a prática, para conhecer os espaços sócio ocupacionais, acaba que a formação aborda os conhecimentos teóricos, mas não dá conta de construir os conhecimentos para o a intervenção.

Eu acho que o assistente social não é um crítico social, não é o sociólogo, a gente tem uma particularidade que é aplicar, elaborar e desenvolver políticas públicas por essa perspectiva, por essa perspectiva de mercado, pensando enquanto profissional, então eu acho que a graduação falha nesse momento, ela não dá os embasamentos técnicos, essa ideia mais geral do espaço sócio ocupacional que o profissional precisa ter quando vai atuar, ele sai muito cru em relação a isso. (Sujeito 5)

Os Sujeitos, majoritariamente, responderam que a formação ofereceu conhecimentos teóricos e críticos, sendo o Sujeito 13 o único que destacou que na graduação sentiu falta de um embasamento teórico que orientasse o cotidiano de trabalho, pontuou também as dificuldades em relação a compreensão desses conhecimentos devido a fragilidade do ensino básico.

Tem coisa que a graduação não favoreceu, eu particularmente senti falta de um embasamento teórico, uma matriz teórica que oriente o cotidiano, aí nisso, que fui buscar posteriormente com outros cursos que eu fui buscar, eu acredito que seja também por conta do momento do estudante. Então assim, eu estava começando a ter acesso a todo esse conhecimento, possivelmente, eu percebo dessa forma, eu não tinha condições de identificar toda essa questão teórica naquele momento, por fragilidade até na minha formação, na escola por exemplo, minha formação estudantil, então essa fragilidade que a gente tem do ensino fundamental e médio, a gente vai perceber tudo isso no ensino superior, então assim foi uma caminhada. Eu acho que eu tive acesso a muitos conhecimentos durante a graduação, mas depois da graduação eu tive muito mais, mas por iniciativa própria de procurar os cursos, pós-graduação para aprofundamento, então assim, eu não consegui sozinha, eu tive que buscar outras pessoas que tinham esse conhecimento. (Sujeito 13)

Na pergunta “17. Quais elementos da matriz curricular /espaços acadêmicos propiciaram a construção dos conhecimentos e habilidades para realizar seu trabalho?”, os egressos apontaram a importância das atividades já citadas em outras respostas, como os projetos de pesquisa e extensão, estágio, eventos e participação em movimentos sociais.

Uma crítica realizada em relação aos elementos da matriz curricular foi realizada pelo Sujeito 2, que aponta que a proposta das disciplinas de oficinas é boa, mas a concretização se restringe aos conhecimentos teóricos e não há uma condução dessa disciplina como prática.

As oficinas, eu acho que elas são uma ideia boa, mas acho que os professores não trabalham bem essa disciplina na verdade, porque eu acho que poderiam levar nessas oficinas mais para a prática mesmo, mas a gente fica sentado no banco da universidade e só apresentando teoria, quando por exemplo, você vai estudar saúde, assistência, você não consegue visualizar sua prática sentado no banco da universidade, se você não vai para um estágio naquela área você fica perdido, mesmo tendo as oficinas. Então eu

acho que a ideia é boa, mas a didática nem tanto, não sei se esse é o termo correto, mas é isso. (Sujeito 2)

Nessa questão também foi levantada a importância das disciplinas. Contudo, principalmente as oficinas foram criticadas, porque foram criadas para articular os conhecimentos práticos na formação, mas seu formato e sua condução não conseguem atingir esse objetivo de ser prático. Portanto, o que se verifica é que, majoritariamente, os Sujeitos que participaram da pesquisa avaliam como positiva a formação profissional do curso de Serviço Social da UEL, sendo que os elementos que o processo formativo consegue desenvolver e apareceram nas falas estão relacionados aos conhecimentos teóricos, e os que apontaram sobre algumas lacunas foram relacionadas a questão do ensino da prática.

3.2.3 Possibilidades e sugestões para superar as dificuldades da formação profissional

A próxima pergunta sobre a construção desses conhecimentos e habilidades feitas aos egressos foi: “O que a formação deveria oferecer para isso?”. De todas as respostas, apenas 1 Sujeito não respondeu nada relacionado ao ensino da prática e a instrumentalização para o trabalho do assistente social.

O Sujeito 13 respondeu que na sua percepção o que poderia ser oferecido seria através de textos, leituras e discussões em sala de aula, porque isso ele teve que procurar posteriormente para suprir as lacunas de sua formação.

Acho que a partir de textos mesmo, de leituras, abordar mais esse tema, essa discussão em sala de aula, como eu te falei eu acredito que também aquela lacuna que eu percebi que eu fui procurar posteriormente se deu principalmente por limitações minha, limitações da estudante, por isso eu fui procurar depois, para ampliar esse rol de conhecimentos, mas acho que é trabalhar em sala de aula mesmo esse tema, essas discussões. (Sujeito 13)

Quanto aos conhecimentos e habilidades vinculados à prática profissional do assistente social, o Sujeito 12 compreende que há uma necessidade de disciplinas que tratem a prática profissional e possibilitem a aproximação da academia com os profissionais da área, “*Que poderia oferecer mais é discussão ou até disciplina voltada para a prática profissional, aproximar um pouco mais a academia da prática, dos profissionais.*” (Sujeito 12), o que vai ao encontro das discussões em

torno da questão das disciplinas de oficina, que deveria propiciar maior contato com a prática e com os diferentes campos sócio ocupacionais, ponto apresentado na resposta abaixo:

Eu acho que como eu disse anteriormente, que as oficinas deveriam ser mais nos campos, deveria ter uma abertura maior para o campo, para a gente ter uma noção maior do que a profissão de fato realiza no mercado de trabalho, acho que é isso (Sujeito 2)

As disciplinas de Oficinas, que foram planejadas para serem espaços privilegiados para essas discussões, receberam muitas críticas pela falta de aproximação com a prática, com os instrumentos técnico operativos, com os campos de atuação do assistente social e que sua configuração atual se resume majoritariamente a estudar textos teóricos em sala de aula. Ainda sobre as disciplinas de Oficinas, o Sujeito 3, aponta a necessidade da aproximação com a prática, pois esse conhecimento não é abordado em nenhum espaço nos dois primeiros períodos e, portanto, o contato apenas com textos que abordam a prática dificultam a apreensão da realidade, do cotidiano de trabalho e do que o assistente social faz.

Então eu acho que principalmente as disciplinas de oficina elas tem que ser vistas no sentido de propiciar que elas realmente cumpram o papel de oficinas e sejam práticas, então não teatrinho, a gente não tem que fazer teatrinho com o coleguinha, porque o seu coleguinha também não sabe o que está acontecendo no estágio, então eu acho que desde começo, desde o primeiro ano a gente tem que ter uma mínima noção do campos, o que o assistente social faz, como que é o cotidiano de trabalho, então assim, que as oficinas realmente sejam mais práticas e que se for possível desde o primeiro ou do segundo ano, seria muito importante para o estudante observação dos campos. (Sujeito 3)

Ressalta também a necessidade de se pensar maneiras do estudante conseguir se aproximar e apropriar da prática do assistente social já nos primeiros anos, para poderem se instrumentalizar e compreender o trabalho do assistente social.

Não que vá fazer alguma atividade, mas basicamente, como no começo que a gente entra no campo de estágio a gente faz uma observação, no primeiro mês, primeiro bimestre, eu acho que se esse processo fosse antes e em diferentes instituições, acho que contribuiria muito para o nosso desenvolvimento, porque a gente ia realmente entender um pouquinho mais do que cada instituição está fazendo e que as oficinas sejam no sentido de como vou produzir um relatório, como vou fazer uma entrevista, uma visita domiciliar, realmente discutir os instrumentos de forma mais profunda do que é discutida. (Sujeito 3)

Em relação ao estágio, o Sujeito 1, também aponta que a inserção tardia nos campos de estágio dificulta a aproximação da prática profissional, o que remeteu a um outro elemento que o mesmo havia tratado anteriormente em outra pergunta, que é o fato de o estudante se inserir majoritariamente em apenas um campo de estágio, que impossibilita o conhecimento de outros campos. “*A questão do estágio, acho que a grade curricular está ok, está boa, mas eu acho que a questão da gente se inserir tardiamente no estágio, eu acho que isso dificulta bastante.*” (Sujeito 1)

O Sujeito 7 enfatiza a necessidade de se pensar alguma estratégia de propiciar o diálogo entre os assistentes sociais que estão atuando e os estudantes, o que seria muito bom para a universidade e para a categoria profissional.

Eu acho que talvez dialogar com os profissionais que estão atuando no campo profissional, eu sei que é difícil, mas assim, não faço ideia de quantos assistentes sociais estão atuando hoje em Londrina. Não tenho nem noção, assim, é, mas talvez tentar fazer um diálogo para tentar aproximar da categoria, penso que a universidade tem muito a oferecer para a categoria também. (Sujeito 7)

O Sujeito 5 aborda a questão da insuficiência de discussões sobre a prática profissional durante a graduação, porque na sua percepção o assistente social formado sai sem subsídios desses conhecimentos e habilidades que envolvem a prática e o trabalho do assistente social.

Eu acredito que a graduação de um modo geral precisava fazer mais discussões e mais atividades sobre algo mais prático em relação ao exercício profissional, porque que nem eu falei o assistente social as vezes se forma muito crítico social e acho que na hora da gente operacionalizar as coisas e eu não estou querendo entrar naquele discurso na prática a teoria é outra, não acho que seja assim, acho que uma é substrato da outra, mas acho que o profissional sai muito cru em relação a esses conhecimentos técnicos mesmo, de como devemos conduzir. (Sujeito 5)

Segundo ele, isso tem diversas consequências, porque se o estudante não apreende esses conhecimentos e habilidades na graduação, principalmente vinculados à prática, com os professores que são assistentes sociais que deveriam ensinar, o assistente social pode acabar procurando de outras formas acessar esse arcabouço que precisa para o seu trabalho, consultando os instrumentos de outros profissionais da área do Serviço Social ou de outras áreas, refletindo diretamente na atuação o assistente social, pois não irá conduzir seu trabalho baseado numa reflexão crítica, mas com base em repetições.

Se na hora da gente desempenhar algumas atividades a gente não se apropria dela de forma crítica, a gente vai reproduzir elas iguais a outros profissionais, que não tem uma direção que o assistente social daria. Então se a gente sai da graduação sem saber conduzir uma entrevista, uma dinâmica de grupo, sem saber desenvolver um projeto social com as particularidades do Serviço Social, se não aprendeu a fazer isso com assistentes sociais que estão aqui formando, então a gente vai procurar esses conhecimentos que são realizados por outros profissionais e eles não foram feitos por profissionais do Serviço Social, aí a gente pode acabar tendo uma atuação profissional não tão crítica ou alinhada com aquilo que seria esperado pelo assistente social. (Sujeito 5)

Portanto, em relação aos conhecimentos e habilidades, o que mais apareceu nas respostas foram questionamentos vinculados à prática e à instrumentalização do assistente social. As respostas levantaram algumas questões e sugestões referentes: as disciplinas e oficinas, a inserção no estágio, espaços de contato com assistente sociais que estão atuando na área e de aproximação aos campos sócio ocupacional e ao trabalho do assistente social. Com isso, analisamos que há uma demanda de aproximação maior durante a graduação do curso de Serviço Social com a prática profissional e a instrumentalização, sendo que isso, apareceu de várias formas, desde dentro dos espaços de ensino e sala de aula, até como sugestões referentes a um possível estágio de observação e visitas institucionais já nos dois primeiros anos, para que o estudante se aproxime ao trabalho e aos diferentes campos de atuação dos assistentes sociais.

Todas as dificuldades apresentadas nos depoimentos têm um rebatimento direto em seus trabalhos e isso foi explicitado nas respostas à pergunta “19. Quais foram suas dificuldades no trabalho referente a esses conhecimentos e habilidades?”.

O Sujeito 2 aponta que suas dificuldades se deveram à visão fragmentada do trabalho do assistente sociais, que teve no estágio supervisionado, principalmente no que se refere aos instrumentos técnico-operativos.

Como eu fiz estágio, obrigatório de 8 horas, eu ia duas vezes na semana, só que era muito curto o tempo, então eu participava mais de atendimentos, o restante eu não fazia ideia do que era feito, não fazia o acompanhamento das demais coisas. Então eu fiquei extremamente nervosa quando chegou o primeiro estudo social porque eu falei e agora como que eu faço? Grupos com família? Porque como na sala de aula, quando você tem aula de assistência é muito amplo, então você não tem essas coisas específicas, então até acho que é muito complicado para a universidade, para o professor dar aulas bem específicas sobre determinada política mesmo. Então eu acho que

teria que ir mais para o campo para gente de fato ver o que acontece, como acontece, acho que é isso. (Sujeito 2)

Uma das dificuldades, que já havia sido tratada no decorrer das entrevistas, mas se evidenciou nessa questão se refere às particularidades – ou à própria natureza – do Serviço Social dentro da política social/serviço/campo sócio ocupacional. Conforme explicito na fala do Sujeito 13.

Olha, quando eu comecei a trabalhar, por exemplo, eu tive bastante dificuldade para identificar a particularidade do serviço social nesse serviço e era isso que me inquietava, porque o que a gente tem de explícito e formal, a gente tem que executar o que me é solicitado, a execução desse serviço de proteção, mas eu precisava entender além, não é só realizar as ações por si mesmo, só realizar visita, discussão de caso, mas qual a particularidade do serviço social nesse espaço, então essa foi a maior dificuldade e isso que orientou minha busca por conhecimento posterior. (Sujeito 13)

O Sujeito 3 aborda como isso rebate no trabalho, pois teve que buscar referências a esses conhecimentos junto a colegas de outras profissões e depois aprofundar em uma especialização e compreender as especificidades quanto aos instrumentos do Serviço Social.

Eu acho que principalmente foi essa questão de entender qual seria o meu papel ali e o como fazer, demorou um pouco para compreender o cotidiano da instituição. Por exemplo, eu não sabia fazer o relatório social, então busquei algumas referências ali na instituição, como por exemplo a psicóloga, vi mais ou menos o que ela fazia, busquei nas minhas referências qual era meu papel, o que eu deveria dizer, como eu ia fazer o estudo com a pessoa, tanto é que no começo a gente emitia parecer juntas, depois de uma especialização, fui procurar e vi que havia uma resolução que o assistente social não pode fazer relatório junto, tipo o mesmo texto e os dois comentários, tem que estar delimitado a área de cada um em relação ao parecer no relatório então isso me fez muita falta porque eu não tive na graduação, então quando eu cheguei lá eu meio que fui aprendendo sozinha. (Sujeito 3)

Esse depoimento retrata como a falta de alguns conhecimentos referentes à prática do assistente social rebate no desenvolvimento do trabalho, que após graduado, passou a buscar sozinho, por diferentes meios, aprender a como realizar o seu trabalho. O Sujeito 5 ressalta que apesar de conseguir fazer uma análise da realidade dos usuários que atendia, quando foi atuar teve dificuldades em conduzir na prática o seu trabalho, por falta de propriedade desses conhecimentos específicos.

Senti muito no trabalho com os jovens, eu cheguei lá com essa visão que a

graduação proporciona, fazendo toda uma análise da cultura ali, da vida desses jovens, onde eles estão inseridos, nos bairros onde eles moram, toda a problemática que envolve isso, a gente sabe dessa visão geral e crítica da coisa, mas na hora de trabalhar e de fazer essa discussão com eles que eu senti essa dificuldade. Porque eu sei entender, mas assim minhas maiores dificuldades eram de conduzir os grupos e durante a graduação a gente não aprende muito como fazer isso, a gente aprende a avaliar a situação daquela pessoa, quais são os grupos de risco, a gente aprende reunir as pessoas ali em torno de um objetivo e de algo, mas como a gente conduz aquilo ali, a gente sai despreparado, a gente sabe identificar a população, fazer um substrato, dividir ela, a gente sabe fazer a busca ativa, mas na hora de operacionalizar mesmo, de conduzir, acho que falta uma propriedade. (Sujeito 5)

O Sujeito 6 relatou também dificuldades em relação a instituição, de delimitar o que poderia ou não realizar, o que teria disponível, quais serviços ofereceriam a população.

Eu senti, a grande dificuldade que eu tive e essa foi mais um dificuldade em relação a rotina institucional, assim, de entender quais eram os instrumentos disponíveis, os recursos e como o trabalho era feito, organizado, não só no município, mas naquele serviço de referência que eu nunca tinha atuado, então, quais eram as possibilidades, o que eu poderia utilizar e mobilizar para executar o meu trabalho, porque as vezes a gente tinha uma demanda, mas existia um limite até onde poderia... então essa dificuldade com a instituição, as regras, dos serviços que ela oferecia para população, então se adaptar a essa rotina institucional foi o maior desafios, porque a gente chega pensando às vezes em determinada intervenção, mas ela não é possível, ela não acontece, por diversos motivos. (Sujeito 6)

A fala do Sujeito 10 explicita a dificuldade dos outros profissionais do serviço entenderem o que é o Serviço Social e o seu papel e também sobre a elaboração dos estudos sociais.

Deixa eu pensar, ah eu acho que a maior dificuldade, é mais a parte de conseguir fazer que o todo entenda o que é a profissão, o nosso lugar assim, e os relatórios, dos tais estudos sociais que o ministério público solicita, tal vez isso, a parte de relatório de serviço social e psicologia da conflito, porque é solicitado em conjunto, porque no SUAS fala que tem que ser psicossocial e nas nossas resoluções fala que tem que ser separados, ai essa parte gera uma dúvida de como fazer, junto ou separado. (Sujeito 10)

O Sujeito 12 explicitou a sua dificuldade na articulação da teoria com a prática.

Depende do campo de atuação, como eu não comecei nesse campo profissional, mas em outros, foi como... as dificuldades seria identificar como eu poderia fazer articulada a teoria com aquela prática, como eu poderia conciliar esses, todo esse material, conhecimento teórico, conciliar como uma

trabalhadora, como eu poderia fazer, como criar um plano de ação bem consistente. (Sujeito 12)

Portanto, os dados analisados, explicitam que a maior dificuldade encontrada pelos Sujeitos é relativa à prática profissional, principalmente no que se refere a instrumentalização, sendo isso justificado por algumas questões como: falta de contato com a prática durante a graduação, dificuldade de articular os conhecimentos teóricos com o trabalho executado e principalmente a condução e utilização dos instrumentos técnicos-operativos na operacionalização do trabalho.

Diante dos dados analisados, buscamos identificar qual a compreensão que os Sujeitos da pesquisa têm sobre o que são os conhecimentos e habilidades para a intervenção assistente social. Inicialmente eles apresentaram uma dificuldade em definir quais eram, mas os abordaram de diferentes formas, principalmente os relacionados as normativas, das políticas sociais e da profissão, e também da relação entre teoria e prática.

O que se destacou nessas questões sobre os conhecimentos e habilidades para o trabalho do assistente social é que majoritariamente os egressos consideram que o curso forneceu alguns conhecimentos teóricos, pois na percepção deles o processo formativo ofereceu subsídios para construir uma análise sobre a realidade que trabalham. Verificou-se também que, em que pese nenhum deles ter citado diretamente a teoria marxista, eles sempre trazem elementos vinculados a uma leitura crítica da sociedade. Isso de fato, vai ao encontro também do que é expresso nos documentos da categoria. Pois, ainda que façam referência, como é o caso do Currículo Mínimo de 1996 que defende uma formação orientada pela “*teoria social crítica*”, não deixa explícito que seja o marxismo. Da mesma forma é apresentada essa orientação no PPP do curso da UEL.

Quanto à relação entre a teoria e prática, verificou-se que os estudantes buscam fazer a relação entre elas, mas majoritariamente apontam que há uma predominância na graduação dos conteúdos que tratam da teoria em relação a prática. Sendo que, isso também se expressou nas respostas sobre o que a formação profissional ofereceu e o que não ofereceu em relação aos conhecimentos e habilidades. Majoritariamente, os Sujeitos responderam que tiveram acesso predominante àqueles relativos à teoria, em detrimento da instrumentalização para o trabalho.

As respostas dos Sujeitos referentes aos conhecimentos e

habilidades para o trabalho do assistente social expressam a dificuldade de implementação de alguns aspectos do que foi planejado no Currículo de 2002 no curso de Serviço Social da UEL, porque havia uma preocupação em formar um profissional dando os subsídios para o trabalho, o instrumentalizando para atuação nas políticas sociais. Contudo, hoje uma das maiores dificuldades apresentadas pelos recém-formados é a instrumentalização para a prática profissional.

A pesquisa de campo com os egressos do curso de Serviço Social foi uma importante experiência que permitiu uma aproximação aos Sujeitos, e além da identificação das suas condições de trabalho (que se mostraram predominantemente precarizadas) e seu processo formativo, analisar qual a compreensão destes acerca dos conhecimentos e habilidades e como avaliam a formação oferecida pelo curso de Serviço Social, com base no Currículo V.

Como mencionado no decorrer da análise dos dados, os Sujeitos entendem que há diversas dificuldades relacionadas à prática profissional, que se mostraram principalmente relacionadas à instrumentalização e à leitura da realidade institucional a qual se inserem. Dado esse que, confrontado com a revisão de literatura realizada no primeiro capítulo, indica que quando se tirou Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade do Currículo, surgiram diversas dificuldades quanto ao que se colocar no lugar, para alinhar essa nova direção posta na academia para o cotidiano de trabalho dos assistentes sociais [conforme se depreende do relatório da pesquisa da ABESS de 1989].

Ainda que tenha sido realizada a pesquisa publicada nos cadernos ABESS 3 e explicitado no primeiro capítulo, na qual se sugeria que se “*a teoria fosse bem dada*” a questão do ensino da prática estaria resolvida, os dados da pesquisa mostram que não foi isso que ocorreu no processo formativo dos egressos do curso de Serviço Social da UEL, pois ainda que compreendam que tiveram uma boa formação quanto aos conhecimentos teóricos, enfrentaram diversas dificuldades em relação a sua instrumentalização.

Destaque importante a ser realizado, é que no processo de revisão curricular havia essa preocupação com a instrumentalização, tanto que a disciplina de Oficina II, que aborda os instrumentos e técnicas, foi muito discutida no processo de implantação do Currículo V. Contudo, muitos Sujeitos da pesquisa nem a citaram e os que pontuaram realizaram críticas em relação a esta disciplina não ser ministrada como prática, que era a sua proposta, mas sim com base em textos que tratam sobre

a instrumentalização, não possibilitando uma real aproximação com os espaços sócio ocupacionais e com o que faz os assistentes sociais.

Portanto, ainda que majoritariamente avaliem como positiva a formação profissional do curso de Serviço Social da UEL, as críticas apontam que a Universidade não possibilita o desvelamento do mundo do trabalho dos assistentes sociais para os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou realizar uma análise sobre os conhecimentos e habilidades para a intervenção dos assistentes sociais formados no Curso de Serviço Social da UEL a partir do Currículo V. No momento da definição do tema buscava responder a inquietações acerca de que importância era atribuída à construção desses elementos no processo formativo.

Na revisão de literatura constatamos que, nos primórdios as escolas possuíam uma definição exata de como processar a instrumentalização para a intervenção, principalmente a partir das metodologias de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade.

Com as mudanças introduzidas pelo Currículo Mínimo de 1982, houve a retirada da tríade, que representava a metodologia tradicional, e foi substituída pela disciplina de Metodologia do Serviço Social. Contudo, conforme pode se ler nos Cadernos ABESS 3, constatou-se que o estudo do instrumental era pouco relevante e que se desprezava parte de seu conteúdo, sendo que, na esteira dessas mudanças não se tinha clareza sobre o instrumental vinculado à nova proposta.

Os impasses de implementação do Currículo de 1982 quanto à Metodologia provocaram a necessidade da revisão, que resultou na aprovação do Currículo Mínimo de 1996, o qual manteve a direção do projeto anterior, baseada numa determinada leitura do marxismo, denominada de teoria social crítica. Um dos principais avanços deste Currículo foi o de definir a profissão como trabalho, entretanto, não explicitou quais seriam os processos de trabalho.

Como já foi indicado acima, em que pese a revisão curricular ter sido realizada para resolver o impasse da “Metodologia”, não foi nos documentos aprovados em 1996, onde podem se encontrar subsídios consistentes a respeito dos processos de trabalho do serviço social. Por outro lado, percebemos que é nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/1993, onde podemos encontrar indicações mais aproximadas aos modos operativos da nossa profissão.

A trajetória do curso de Serviço Social da UEL demonstra a preocupação, desde o início de manter a formação profissional concatenada com os debates e discussões propostos nacionalmente para a formação e a profissão.

Ao analisar as mudanças que ocorreram durante a trajetória, foi possível compreender os objetivos da atual proposta formativa, expressa no Currículo

V. As entrevistas realizadas com duas professoras que participaram desse processo, permitiram uma aproximação para além dos documentos formais, apreendendo as preocupações e objetivos postos para o Currículo. Elas expressaram a tentativa implícita nesse novo Currículo de instrumentalizar a formação profissional para gestão das políticas sociais, como a forma de superar os problemas da intervenção.

Nas entrevistas realizadas com os assistentes sociais, verificamos inicialmente um condicionante importante que é a situação dos estudantes que são trabalhadores assalariados, que enfrentam diversas dificuldades durante o processo formativo, principalmente porque a Universidade tem uma política de permanência estudantil restrita, e muitas vezes impossibilita o acesso desses estudantes a diferentes espaços que poderiam contribuir para uma formação de maior qualidade.

Verificamos também qual a compreensão que estes assistentes sociais têm acerca dos conhecimentos e habilidades para intervir propiciados pelo curso. Os Sujeitos apresentaram uma certa dificuldade em especificar quais são os conhecimentos e habilidades. Eles responderam que precisa ter, mas por vezes não abordam diretamente quais são. As aproximações que realizam acontecem de diversas formas no decorrer dos depoimentos, alguns citam indiretamente, tangenciando alguns elementos, outros já referenciam diretamente.

Os assistentes sociais em sua maioria avaliaram como positiva a formação do curso da UEL, e as respostas dos Sujeitos indicaram que a concepção de conhecimentos e habilidades que constroem tem como base as normativas, ainda que cite as normativas profissionais, as que mais se destacaram foram os referentes às políticas sociais, principalmente as que tem relação com área que atuam. Contudo, em geral percebe-se uma dificuldade de fazer a mediação entre as normativas e leis com a política e a política social. Outro elemento citado foi a direção social, que por vezes foi citado vinculado as legislações, mas principalmente com ênfase a uma análise crítica da realidade social.

Todos os entrevistados abordaram elementos vinculados à relação entre teoria e prática. Majoritariamente apontaram que o curso forneceu os conhecimentos teóricos, mas, indicam que a formação não conseguiu propiciar aproximação efetiva com a prática.

Os Sujeitos indicaram em suas falas elementos referentes a falta de instrumentalização, pois compreendem que o ensino da prática no decorrer das disciplinas, com ênfase nas Oficinas, não atinge seu objetivo, pois não possibilitam a

articulação dos conhecimentos adquiridos na graduação com a prática. A crítica é reforçada justamente por ser uma disciplina planejada para ser um espaço privilegiado de aproximação com a prática profissional, mas, na realidade, por vezes acaba se limitando a textos teóricos que abordam os temas e não fornecem a aproximação necessária.

Quanto às possibilidades e sugestões, todos fizeram proposições em relação ao ensino da prática e a instrumentalização para a intervenção profissional.

Sendo a primeira sugestão pensar estratégias para uma maior aproximação da universidade com os profissionais, que possibilitaria espaços para os estudantes construir aproximações entre os conhecimentos adquiridos na formação e a realidade dos profissionais. As disciplinas de oficinas foram apontadas como uma possibilidade, pois pode se configurar como espaço privilegiado para essa discussão e aproximação.

Por compreenderem que uma maior aproximação com a prática e instrumentalização se dá nos estágios no 3º e 4º períodos, foi indicado a necessidade de criar novas estratégias dessa aproximação ocorrer nos 2 primeiros períodos, para assim, suprir essa demanda dos estudantes e possibilitar que eles façam relações e análises sobre o trabalho do assistente social, principalmente quanto a intervenção.

Há uma demanda também de aproximação com os campos sócio ocupacionais antes da inserção no estágio, para justamente, propiciar mais conhecimentos sobre a profissão e sua inserção nas diversas políticas sociais, para tanto, os Sujeitos sugeriram que seria interessante a realização de estágios de observação e/ou visitas institucionais já nos primeiros anos do curso.

A partir das entrevistas e depoimentos, compreendemos que hoje, uma das maiores dificuldades dos assistentes sociais recém-formados é a instrumentalização para à intervenção profissional. É o que se depreende de algumas das questões levantadas, tais como a falta de aproximação com a prática durante a graduação, dificuldade em articular os conhecimentos teóricos com o trabalho realizado e principalmente a condução e utilização dos instrumentos técnicos-operativos na intervenção profissional. Essa dificuldade – a instrumentalização para intervenção profissional – verbalizada por assistentes sociais formados pela UEL, indica que apesar dos esforços explicitados no Currículo V para resolvê-lo, ainda precisa ser superada pelo curso.

Ficou evidenciado que a não definição dos processos de trabalho

pode ser indicado como fator crítico na superação desta dificuldade. Também cabe a indicação da Lei 8662/1993, que regulamenta a profissão, como uma das alternativas para aprofundar os debates e reflexões acerca do tema, pois é ela, principalmente nos artigos 4º e 5º, que explicita o que faz o assistente social.

Finalmente, esta pesquisa nos indica a necessidade de continuidade de investigações e reflexões entorno dos conhecimentos e habilidades para a intervenção dos assistentes sociais, pois é um tema que apesar de debatido em diferentes momentos, ainda não foi resolvido.

REFERÊNCIAS

ABAS, Associação Brasileira de Assistentes Sociais. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**: Aprovado em 09 de maio de 1986. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf . Acesso em: 03 de nov. de 2019.

ABESS. Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social. A Metodologia no Serviço Social. **Cadernos ABESS nº 3**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Valores e Serviço Social**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1968.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: **O Serviço Social no século XXI**. Revista Serviço Social e Sociedade. n. 50, Ano XVII, abril de 1996. São Paulo: Cortez.

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf Acessado em 31 de maio de 2018.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **O novo sindicalismo e o serviço social**: trajetória e processos de luta de uma categoria, 1978-1988. Cortez Editora, 1995.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; MAZEO, Solange Carvalho; FINGERMANN, Trofímena Nosquese. **Repensando o Trabalho Social**. A relação entre Estado, Instituição e População. São Paulo: Cortez, 1981.

ALVES, Jolinda de Moraes. 25 anos do Curso de Serviço Social da UEL. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.1, n.1, jul-dez, 1998. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v1n1_aniversario.htm Acesso em: 09 de setembro de 2020.

BAPTISTA, Myrian Veras. Relembrando histórias. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.9, n. 1, jul-dez, 2006. Disponível: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v9n1_myrian.htm Acesso em: 09 de setembro de 2020.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Resolução nº 412/1982**. Brasília: MEC, 1982. Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd010113.pdf> . Acesso em: 29 de out. de 2019.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002. **Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes_cursos.pdf . Acesso em: 25 de maio de 2019.

_____. **Decreto nº 35.311**, de 08/04/1954, de 02 de abril de 1954. Regulamenta a Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1954/d35311.html. Acesso em: 27 de out. de 2019.

_____. **Lei Nº 3.252**, de 27 de agosto de 1957. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3252impresao.htm#:~:text=LEI%20No%203.252%2C%20DE%2027%20DE%20AGOSTO%20DE%201957.&text=Regulament a%20o%20exerc%C3%ADcio%20da%20profiss%C3%A3o,Art. Acesso em: 27 de out. de 2019.

_____. **Lei Nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm Acesso em: 27 de out. de 2019.

_____. **Lei Nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 27 de out. de 2019.

_____. **Parecer 424/70 e Resolução s/nº de 13/03/70** do Conselho Federal de Educação. 1970.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. **Acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm . Acesso em: 13 de abril de 2019.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm . Acesso em: 09 de julho de 2019.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares. Curso: Serviço Social**, Brasília, 1999. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf . Acesso em: 25 de maio de 2019.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. **Padrões de qualidade para autorização e reconhecimento de cursos de graduação em Serviço social.** São Paulo, 1997. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_padraodequalidade.pdf . Acesso em: 25 de maio de 2019.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 492, de 03 de abril de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.** Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_parecercne_1363.pdf . Acesso em 25 de maio de 2019.

CARVALHO. Alba Maria Pinho de. O projeto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. In: ABESS. Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social. O Processo da Formação Profissional do Assistente Social. **Cadernos ABESS nº 1.** São Paulo: Cortez Editora, 1986, p. 17-42.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Regulamentação da profissão de Assistente Social.** Lei nº. 8662 de jun.

1993.

ECA/USP. **Acordo MEC-USAID.** Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/eca50anos/pt-br/content/acordo-mec-usaid> Acesso em: 22 de setembro de 2020.

FÁVERO, Eunice T. **Serviço Social, práticas judiciárias, poder.** São Paulo, Veras Editora, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social.** 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Renovação e conservadorismo no Brasil: ensaios críticos.** 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 41ª edição. São Paulo: Cortez, 2014.

KAMEYAMA. Nobuco. Metodologia: uma questão em questão. IN: ABESS. Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social. A Metodologia no Serviço Social. **Cadernos ABESS nº 3.** São Paulo: Cortez, 1989.

LIMA, Kátia. Contrarreforma da educação superior e formação profissional em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, ano VIII, n.15, p. 17-34, (jan./jun. 2008).

MARCON, Telmo. Declaração de Bolonha no contexto de mercantilização da educação superior: o discurso neoliberal dos organismos multilaterais. In: **Revista Espaço Pedagógico.** v. 22, n. 2, Passo Fundo, p. 264-286, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/5570/pdf> Acesso em: 22 de setembro de 2020.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. III CBAS: Algumas Referências para a sua Contextualização. In: ABEPSS, ENESSO, CRESS/SP (Co-orgs.). do **Congresso da Virada: 30 anos**, Brasília. 2009.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 17ª edição. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Política Social.** CFESS-ABEPSS-CEAD-UnB, módulo, v. 1, Brasília: CEAD – UNB, 1999.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica.** Cortez Editora, 2014.

NOGUEIRA, Marco Aurélio Nogueira. **As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PORTES, Lorena Ferreira. **Os Fundamentos Ídeo-políticos da Direção Social que orienta a Formação Profissional em Serviço Social no Brasil:** a apreensão de assistentes sociais que atuam em escolas paranaenses. 2016. 366 fls. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Serviço Social e Política Social – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo:** manifestações no ensino da metodologia no serviço social. São Paulo: Cortez, 1991.

SÁ, Jeanete Liasch Martins de. **Conhecimento e Currículo em serviço social:** análise das contradições (1936-1975). São Paulo: Cortez, 1995.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, p. 672-688, 2012.

SANTOS. Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1987.

SILVA, Joaquim Carvalho da. **Peroba Rosa:** Memórias UEL 25 anos. Londrina: Ed. UEL, 1996.

REFERÊNCIAS - OUTRAS FONTES

COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. **Síntese das atividades realizadas pelo curso de serviço social da UEL no processo de revisão curricular.** Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1999, do arquivo pessoal da Profa. Sílvia Alapanian.

COSTA. Lucia Cortes da. **Relatório de Renovação do reconhecimento do curso de Serviço Social.** Londrina: UEL, 2010.

UEL, Universidade Estadual de Londrina. **Catálogo Geral dos Cursos – UEL.** Londrina: UEL, 1973.

_____. **Catálogo Geral dos Cursos – UEL.** Londrina: UEL, 1974a.

_____. **Ementas das disciplinas do curso de Serviço Social.** Londrina: UEL, 1974-1976.

_____. **Pedido de reconhecimento de curso:** Serviço Social. Londrina: UEL, 1974b.

_____. **Primeiras ementas e programas das disciplinas do curso de Serviço Social:** Caixa 24. Londrina: UEL, 1972-1979.

_____. **Cartilha:** Organização curricular e roteiro de periodização - CESA. Londrina: UEL, 1979.

_____. **Catálogo Geral dos Cursos – UEL.** Londrina: UEL, 1982-1983.

_____. **Cursos oferecido pela UEL:** a escolha é sua. Londrina: UEL, 1984a.

_____. **OF/SER/36/84:** Encaminha a “Proposta de Reestruturação do Currículo do Curso de Serviço Social”, para as devidas providências. Londrina: UEL, 1984b.

_____. **OF/SER/086/84:** Ref. As alterações introduzidas no currículo vigente das disciplinas 1SER302, 1SER303 e 1SER123. Londrina: UEL, 1984c.

_____. **Curso de Serviço Social – Currículo Seriado.** Londrina: UEL, 1991-1992.

_____. **CI/179/91:** Encaminha proposta de Implantação do curso Noturno de Serviço Social - 1993. Londrina: UEL, 1993.

_____. **OF.SER113/2001:** Reforma curricular para implantação em 2002. Londrina: UEL, 2001a.

_____. **OF.SER113/2001:** Processo de Reforma curricular para implantação em 2002. Londrina: UEL, 2001b.

_____. **Processo 9102/2002:** Solicita uma avaliação da possibilidade de se beneficiarem da inclusão do novo currículo acadêmico a partir do ano letivo de 2002. Londrina: UEL, 2002.

_____. **Processo 37043/2003:** Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Londrina:

UEL, 2003.

_____. **Processo 32770/2004 - OF/COL/SER/Nº 60/2004:** Solicita alteração do currículo referente as disciplinas consideradas essenciais: Estágio Supervisionado I e II e Prática Profissional I e II. Londrina: UEL, 2004a.

_____. **Processo 20.705/2004 – OF.COL.SER 33/2004:** Encaminha Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 2004b.

_____. **Resolução CEPE nº 49/2005:** Ratifica o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social, em implantação a partir do ano letivo de 2002. Londrina: UEL, 2005. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/pp/documentos/servico_social.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019

_____. **Processo 23723/2007 – OF.COL.SER nº 09/2007:** Adequação Curricular. Londrina: UEL, 2007a.

_____. **Resolução câmara de graduação 02/2007:** Aprova Regulamento de Estágio Curricular do Curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 2007b. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_02_07.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019

_____. **Deliberação câmara de graduação 053/2007:** Estabelece adequações curriculares para o curso de graduação em Serviço Social, a serem implantadas a partir do ano letivo de 2008. Londrina: UEL, 2007c. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_53_07.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019

_____. **Processo 27040/2008 – OF.COL.SER nº 013/2008:** Adequação Curricular. Londrina: UEL, 2008.

_____. **Processo 21808/2009 – OF.COL.SER nº 024/2008:** Adequação do Projeto Político Pedagógico do Curso. Londrina: UEL, 2009a.

_____. **Processo 843/2009:** Renovação do reconhecimento do curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 2009b.

_____. **C.I. nº 12/2009:** Encaminha o Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 2009c.

_____. **Deliberação - câmara de graduação 016/2009:** Aprova o Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 2009d. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/Tcc/deliberacao_16_09.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019

_____. **Deliberação câmara de graduação 033/2009:** Estabelece adequações no curso Serviço Social. Londrina: UEL, 2009e. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_33_09.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019

_____. **OF.COL.SER nº 004/2010:** Adequação de Carga Horária. Londrina: UEL, 2010.

_____. **Processo 28045.2012.73 - OF.COL.SER nº 023/2012:** Solicita viabilização do processo de readequação curricular para o ano de 2014. Londrina: UEL, 2012.

_____. **Processo 28848.2013.94 - OF.COL.SER nº 015/2013:** Referente a oferta de disciplinas. Londrina: UEL, 2013a.

_____. **Processo 17846.2013.68 - OF.COL.SER nº 008/2013:** Referente as readequações da matriz curricular. Londrina: UEL, 2013b.

_____. **Resolução câmara de graduação 033/2013:** Aprova Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório e não Obrigatório do Curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 2013c. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_33_13.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019

_____. **Deliberação 011/2013:** Estabelece adequações curriculares no curso de Graduação em Serviço Social, currículo 2010. Londrina: UEL, 2013d. Disponível em: http://www.uel.br/prograd//docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_11_13.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019

_____. **Deliberação Câmara de Graduação nº 014/2013:** Estabelece adequações curriculares no curso de Graduação em Serviço Social, currículo 2014. Londrina: UEL, 2013e. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_14_13.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019

_____. **Deliberação Câmara de Graduação nº 080/2013:** Altera o regime de dependência do curso de Serviço Social, a vigorar a partir do ano letivo de 2014. Londrina: UEL, 2013f. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/resolucoes/2013/resolucao_80_13.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019

_____. **Deliberação da Câmara de Graduação nº 039/2013:** Altera a forma de oferta da atividade acadêmica 6NIC011 - Comunicação Popular e Comunitária, da 4ª série, do Curso de Serviço Social – currículo. Londrina: UEL, 2013g. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_39_13.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019

_____. **Resolução câmara de graduação 040/2014:** Aprova Regulamento Geral de Estágio Curricular Obrigatório e não Obrigatório do Curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 2014a. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_40_14.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019

_____. **Deliberação da Câmara de Graduação nº 019/2014:** Inclui Libras - Língua Brasileira de Sinais como disciplina especial no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 2014b. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_19_14.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019

_____. **Protocolo 13.672.064-3 v. 1 - OF.COL.SER nº 295/2015:** Encaminha pedido de renovação de reconhecimento do curso de graduação em Serviço Social. Londrina:

UEL, 2015.

_____. **Deliberação da Câmara de Graduação nº 021/2017:** Aprova o regulamento do NDE – Núcleo Docente Estruturante do Curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 2017. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_19_14.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019

APÊNDICES

APÊNDICE A

APÊNDICE A

Roteiro da entrevista semiestruturada com as Professoras

1. Qual foi seu papel na reforma curricular no início dos anos 2000? Ademais de ser docente do curso, exerceu algum cargo na época?
2. A que se deveu a reforma curricular? Por que se resolveu que devia mudar o currículo?
3. Quais foram os objetivos dessa reforma curricular?
4. Quais eram os projetos ou propostas que se debateram durante o processo da reforma?
5. As opiniões, sugestões e/ou críticas da comunidade profissional (assistentes sociais das instituições de Londrina e região) foram consideradas? Pode dar um exemplo?
6. As opiniões, sugestões e/ou críticas dos estudantes foram consideradas? Pode dar um exemplo?
7. Quais foram as ações de acompanhamento da implantação do novo currículo? Havia um planejamento de acompanhamento e este planejamento foi realizado?
8. Na sua opinião, depois de tantos anos, a reforma curricular atingiu seu objetivo? Poderia justificar

APÉNDICE B

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa de mestrado, orientada pelo Professor Dr. Evaristo Emigdio Colmán Duarte, a qual tem como objetivo “Aferir a compreensão dos assistentes sociais – formados no curso de em serviço socia na UEL – acerca dos conhecimentos e habilidades para intervir propiciados pelo curso”.

Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma por meio de uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas, com gravação de voz, caso seja autorizada pelo/a entrevistado/a. Após transcrição, a gravação será deletada.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. As suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. As gravações serão transcritas para que seja possível ter maior clareza dos dados coletados para análise, e o áudio será delatado assim que transcrito sem identificação pessoal.

Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados são serão a análise e interpretação dos dados, buscando contribuir para a formação profissional em Serviço Social. Quanto aos possíveis riscos, ressalta-se que em caso de desconforto ou constrangimento, o participante pode optar por não responder à questão e/ou solicitar a interrupção da atividade no mesmo momento. Caso haja algum dano decorrente da pesquisa será garantido aos sujeitos assistência integral e imediata, de forma gratuita, por parte da responsável pela pesquisa.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar (**Luciene Aparecida Barreiros, residente a Rua _____**, _____)

- _____ - Londrina - PR, telefone celular: (XX) X XXXX-XXXX, e-mail: **lucienebarreiros@gmail.com**), ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue a você.

Londrina, ____ de _____ de 20__.

Luciene A.B.

Pesquisador Responsável

RG: 12.952.986-5

Eu, _____, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____

APÊNDICE C

Roteiro da entrevista semiestruturada com os Assistentes Sociais

1. Onde você trabalha? Qual a natureza da Instituição?
2. Qual sua forma de contratação? Há quanto tempo?
3. Qual a média salarial do assistente social nesta instituição?
4. Quantas horas semanais e diárias você trabalha? Quais dias da semana você trabalha?
5. Quantas pessoas contratadas na instituição? Quais outros profissionais trabalham nesta instituição?
6. O que você faz?
7. Qual é sua rotina de trabalho na instituição? O que você geralmente faz na segunda-feira, na terça-feira, na quarta-feira, na quinta-feira e na sexta-feira?
8. Você possui os Recursos Materiais e Humanos necessário para realizar seu trabalho? Especifique.
9. Quais são as exigências / cobranças do contratante em relação ao seu trabalho?
10. Como se dá essa a exigência / cobrança? De forma explícita, implícita, formalmente ou informalmente?

11. O que você compreende por conhecimentos e habilidades para o trabalho do assistente social?
12. Você acha que a sua formação na UEL lhe deu os conhecimentos e habilidades que seu trabalho lhe exige? Por quê?
13. O que ofereceu? O que não ofereceu? Em quais aspectos?
14. Quais elementos da matriz curricular /espaços acadêmicos propiciaram a construção dos conhecimentos e habilidades para realizar seu trabalho?
15. O que a formação deveria oferecer para isso?
16. Quais foram suas dificuldades no trabalho referente a esses conhecimentos e habilidade?
17. Durante o período de graduação você trabalhou?
18. Participou de projetos de pesquisa, extensão e/ou ensino? Durante quanto tempo? Realizou iniciação científica? Se sim, com ou sem bolsa?
19. Participou de alguma instância representativa estudantil e/ou movimento social? Se sim, qual?
20. Realizou estágio com ou sem bolsa? Quantas horas? Em qual campo?
21. Após formada/o, você realizou algum curso de formação continuada? Se sim, qual? Se não, por qual motivo? Pretende fazer algum?

APÊNDICE D

Quadro 1 – Documentos do curso de Serviço Social UEL - arquivos escaneados

	Ano	Nome	Páginas	Conteúdo	Referência
				1970 -1979	
1	1973	Catálogo geral	10	Informações do curso; créditos; organização curricular; disciplinas; hora/aula.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Catálogo Geral dos Cursos – UEL. Londrina: UEL, 1973.
2	1974	Catálogo geral	8	Informações do curso; créditos; organização curricular; disciplinas; hora/aula.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Catálogo Geral dos Cursos – UEL. Londrina: UEL, 1974a.
3	1974 – 76	Ementas	91	Ementas das disciplinas dos anos de: 1974, 1975 e 1976	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Ementas das disciplinas do curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 1974-1976.
4	1976	Pedido de reconhecimento do curso	15	Legislações e regulamentações; currículo pleno vigente; vestibulares; matrículas; equipamentos; biblioteca.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Pedido de reconhecimento de curso: Serviço Social. Londrina: UEL, 1974b.
5	1972 – 79	Documentos do curso	154	Primeiras ementas e programas das disciplinas.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Primeiras ementas e programas das disciplinas do curso de Serviço Social: Caixa 24. Londrina: UEL, 1972-1979.
6	1979	Organização curricular e roteiro de periodização do CESA	7	Informações do curso; créditos; organização curricular; disciplinas; hora/aula.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Cartilha: Organização curricular e roteiro de periodização - CESA. Londrina: UEL, 1979.

1980 - 1989					
7	1982 – 83	Catálogo geral	7	Objetivo geral e específicos; fundamentação; duração; grau; organização curricular; 1º ciclo; ciclo profissionalizante; estágio; sugestão de periodização.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Catálogo Geral dos Cursos – UEL. Londrina: UEL, 1982-1983.
8	1984	Cursos oferecidos pela UEL	5	Objetivos; fundamentação legal; duração; titulação.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Cursos oferecido pela UEL: a escolha é sua. Londrina: UEL, 1984a.
9	1984	Proposta de reestruturação do currículo	48	Proposta de reestruturação; matérias afins; matérias do Serviço Social; periodização; ementário; Currículo Mínimo 1982; Análise técnica do currículo; quadro de acréscimos; reduções e equivalências; Currículo III; Currículo II; disciplinas novas, incluídas, que saíram; resolução.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. OF/SER/36/84: Encaminha a “Proposta de Reestruturação do Currículo do Curso de Serviço Social”, para as devidas providências. Londrina: UEL, 1984b.
10	1984	Alterações no currículo vigente	15	Providências sobre as alterações em disciplinas como: TCC, estágio. Resolução com síntese das alterações nas disciplinas.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. OF/SER/086/84: Ref. As alterações introduzidas no currículo vigente das disciplinas 1SER302, 1SER303 e 1SER123. Londrina: UEL, 1984c.
1990-1999					
11	1990	Cancelamento de pré-requisito	4	Solicita cancelamento do pré-requisito de 1MAP340 para disciplina de 1SER615.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. OF/CESA.SER.129/90: Solicita o cancelamento do pré-requisito de 1MAP340 para a disciplina de 1SER615, do curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 1990.
12	1990	Currículo seriado	66	Novo currículo para implantar em 1992; comissão; legislação;	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Curso de Serviço Social – Currículo

				histórico/diagnóstico do curso; avaliação do currículo em vigor; caracterização da filosofia subjacente a proposta; justificativa; objetivos; perfil do profissional; princípios norteadores; desdobramentos das matérias em disciplinas; projeção de horário; ementas; resumo geral; parecer CAE/ASTEC; recursos necessários.	Seriado. Londrina: UEL, 1991-1992.
13	1991	Proposta de implantação do curso noturno	67	Ofícios de solicitação; projeção de carga horária docente; Proposta para 1993: Justificativa, plano de implantação, grade curricular, projeção de horário, comunicação, ofícios / comunicações dos departamentos, resolução, seriação.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. CI/179/91: Encaminha proposta de Implantação do curso Noturno de Serviço Social - 1993. Londrina: UEL, 1993.
14	1995	Regulamento de estágio	27	Regulamento julho/1996; disposições iniciais; cap. 1: princípios e diretrizes, objetivos, organização administrativa e didática, carga horária, campos de estágios, atividades a serem desenvolvidas, supervisão, atribuições do supervisor, avaliação; disposições gerais.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Regulamento de estágio curricular do curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 1996.
2000 - 2009					
15	2001	Reforma curricular para	20	Proposta de reformulação, comparação de carga horária; e-	UEL, Universidade Estadual de Londrina. OF.SER113/2001: Reforma curricular para

		implantação em 2002		mail departamento de letras; anotações; resolução do CEPE; disciplinas; seriação; ementas; orçamento; recursos; estágio.	implantação em 2002. Londrina: UEL, 2001a.
16	2001	Processo Reforma curricular	123	Dados de identificação; colegiado; legislação; histórico/diagnóstico do curso; pesquisa de demanda; avaliação do currículo em vigor; diretrizes do modelo político-pedagógico; perfil do profissional; conhecimentos das disciplinas de acordo com as Diretrizes Curriculares; caracterização das disciplinas: ementas, oferta, carga horária, ementa, objetivos; diretrizes do estágio; diretrizes do TCC; metodologia de avaliação; organização curricular; recursos; sistema de acompanhamento e avaliação da implantação; projeção de horários; regime de dependência; plano de implantação. Anexo I: eixo, objetivos e disciplinas por série. Anexo II: Currículo V número de turmas – matutino e noturno – 40 vagas por turno. Anexo III: Resolução do CEPE sobre estágios (1999). Anexo IV: Aprova Regulamento do estágio (2001). Anexo V: Regulamento TCC	UEL, Universidade Estadual de Londrina. OF.SER113/2001 : Processo de Reforma curricular para implantação em 2002. Londrina: UEL, 2001b.

				(1999). Anexo VI: Aprova Regulamento TCC (2001). Anexo VII: Evolução do curso de SS 1993-2001. Anexo VIII: 02 pareceres do MEC. Anexo IX: Diretrizes Curriculares dos especialistas (1999).	
17	2002	Inclusão do currículo novo para os estudantes do primeiro ano do curso de SS	29	Requerimento; abaixo-assinado; proposta de horário geral das aulas; anotações; avaliação, quadro de disciplinas proposto; proposta de horário; correspondências; nova proposta de horário; termo de anuência; resolução do CEPE 2002.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Processo 9102/2002: Solicita uma avaliação da possibilidade de se beneficiarem da inclusão do novo currículo acadêmico a partir do ano letivo de 2002. Londrina: UEL, 2002.
18	2003	TCC	6	Natureza; objetivos; organização; modalidades; normas para elaboração e orientação; organização administrativa e didática; sistema de avaliação e aprovação.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Processo 37043/2003: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Londrina: UEL, 2003.
19	2004	Alterações nas disciplinas de estágio supervisionado e prática profissional	9	Ofício sobre alterações para dependência	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Processo 32770/2004 - OF/COL/SER/Nº 60/2004 – Solicita alteração do currículo referente as disciplinas consideradas essenciais: Estágio Supervisionado I e II e Prática Profissional I e II. Londrina: UEL, 2004a.
20	2004	Projeto Político Pedagógico	116	Ofício; comissão; legislação; diretrizes do PPP; objetivos; perfil do concluinte; sistema acadêmico;	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Processo 20.705/2004 - OF.COL.SER 33/2004 – Encaminha Projeto Político-

				<p>conteúdos segundos eixos de conhecimento; caracterização das atividades pedagógicas: oferta, modalidade, carga horária, ementa, objetivos gerais. Articulação entre os eixos do conhecimento e atividades pedagógicas; diretrizes dos estágios; do TCC; organização curricular; resumo das atividades pedagógicas; recursos; metodologia de avaliação; sistema de acompanhamento e avaliação do PPP; simulação do horário; comentários; carga horária do departamento, carga horária semanal, deliberação câmara de graduação, carga horária semanal docente; comentário sobre as planilhas; resposta PROPLAN; Resolução CEPE: diretrizes, sistema acadêmico, organização curricular, sistema avaliação, de promoção, anexos: objetivo do curso, perfil do concluinte, ementário, comentários, livro CEPE, Resolução CEPE 49/2009 – final.</p>	<p>Pedagógico do Curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 2004b.</p>
21	2007	Adequação curricular	9	<p>Deliberação câmara de graduação: Oficina de Serviço Social I e III, alterações, comentários.</p>	<p>UEL, Universidade Estadual de Londrina. Processo 23723/2007 – OF.COL.SER nº 09/2007 – Adequação Curricular. Londrina: UEL, 2007a.</p>

22	2008	Adequação curricular	5	Troca de semestres de disciplinas do 4º ano	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Processo 27040/2008 – OF.COL.SER nº 013/2008 – Adequação Curricular. Londrina: UEL, 2008.
23	2009	Adequação do Projeto Político Pedagógico	17	Ofício, série, comentários, redução da carga horária de AAC, 3.000 h, deliberação da câmara de graduação	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Processo 21808/2009 – OF.COL.SER nº 024/2008 – Adequação do Projeto Político Pedagógico do Curso. Londrina: UEL, 2009a.
24	2009	Renovação do reconhecimento do curso	23	Sobre a UEL: histórico. Sobre o curso: Perfil, competências e habilidades, ementas, AAC, sistema de avaliação, inserção institucional do curso, justificativa de criação do curso, concepção, finalidades, objetivos, organização curricular, corpo docente por disciplina, dados da coordenação do colegiado, dados infraestrutura,	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Processo 843/2009 – Renovação do reconhecimento do curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 2009b.
25	2009	Regulamento TCC	9	Regulamento: natureza, modalidades, organização administrativa e didática, normas de elaboração, orientação e entrega, sistema de acompanhamento e avaliação, disposições gerais.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. C.I. nº 12/2009 – Encaminha o Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 2009c.
2010 - 2020					
26		Relatório – renovação de reconhecimento de curso	9	Identificação; curso; análise da proposta pedagógica; visão do curso; dados do corpo docente; dados do corpo discente; recursos; melhorias ou adaptações;	COSTA. Lucia Cortes da. Relatório – Renovação do reconhecimento do curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 2010.

				convênios / parcerias; impacto financeiro; considerações finais.	
27	2010	Adequação de carga horária	9	Atividades	UEL, Universidade Estadual de Londrina. OF.COL.SER nº 004/2010 – Adequação de Carga Horária. Londrina: UEL, 2010.
28	2012	Readequação curricular	77	Readequação de disciplina; carga horária; ementas e conteúdos; alterações por séries; comentários; ementários; ofício; ementários; projeção de horários; ementários; projeção; ofício; ementários; programa de disciplinas; cronograma; readequação por série; e-mail; comentários; deliberação câmara de graduação: alterações finais; ofício; comentários; e-mail; grade curricular; observações; critérios de avaliação; promoção e retenção.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Processo 28045.2012.73 - OF.COL.SER nº 023/2012 – Solicita viabilização do processo de readequação curricular para o ano de 2014. Londrina: UEL, 2012.
29	2013	Oferta de disciplinas	8	Mudança de semestre na oferta de disciplina do 4º ano.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Processo 28848.2013.94 - OF.COL.SER nº 015/2013 – Referente a oferta de disciplinas. Londrina: UEL, 2013a.
30	2013	Readequação da matriz curricular	11	Ofício, mudança da dependência, comentários, Resolução CEPE 49/2005, Resolução CEPE 080/2013.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Processo 17846.2013.68 - OF.COL.SER nº 008/2013 – Referente readequações da matriz curricular. Londrina: UEL, 2013b.
31	2015	Reconhecimento e renovação	14	Ofício do pedido, Projeto Político Pedagógico do curso, adequações, matriz curricular, relação docente, relatório ENADE, decreto de	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Protocolo 13.672.064-3 v. 1 - OF.COL.SER nº 295/2015 – Encaminha pedido de renovação de reconhecimento do curso de graduação em

				<p>renovação do reconhecimento e relatório de autoavaliação. Histórico, análise preliminar, conclusão, relatório, histórico IES e do curso, matriz curricular, objetivos do curso, perfil egresso, coordenação do curso, quadro docente, mérito, voto do relator, parecer para homologação, decreto nº 2914.</p>	<p>Serviço Social. Londrina: UEL, 2015.</p>
--	--	--	--	--	---

Fonte: a própria autora

APÊNDICE E

Quadro 2 – Documentos do curso de Serviço Social UEL - arquivos online

Ano	Nome	Páginas	Conteúdo	Referências	
2005 - 2020					
1	2005	Resolução CEPE nº 49/2005 – PPP	13	Ratifica PPP, diretrizes do curso; sistema acadêmico; organização curricular; sistema de avaliação; sistema de promoção; anexos: objetivo do curso, perfil do concluinte, ementário do currículo pleno.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Resolução CEPE nº 49/2005: Ratifica o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social, em implantação a partir do ano letivo de 2002. Londrina: UEL, 2005. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/pp/documentos/servico_social.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019
2	2007	Resolução câmara de graduação 02/2007 – regulamento de estágio	9	Regulamento de estágio: disposições iniciais, princípios e diretrizes, campos e atividades de estágio, organização administrativa e didática, supervisão, estágio curricular obrigatório, não obrigatório, disposições finais.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Resolução câmara de graduação 02/2007: Aprova Regulamento de Estágio Curricular do Curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 2007b. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_02_07.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019
3	2007	Deliberação câmara de graduação 053/2007	2	Mudanças nas disciplinas: Oficina I, III e IV.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Deliberação câmara de graduação 053/2007: Estabelece adequações curriculares para o curso de graduação em Serviço Social, a serem implantadas a partir do ano letivo de 2008. Londrina: UEL, 2007c. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_53_07.pdf Acesso em: 13

					de agosto de 2019
4	2009	Deliberação câmara de graduação 016/2009 – regulamento de TCC	7	Regulamento de TCC: natureza e objetivos, modalidades, organização administrativa e didática, normas para elaboração, orientação e entrega do TCC, sistema de acompanhamento e avaliação, disposições gerais	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Deliberação - câmara de graduação 016/2009: Aprova o Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 2009d. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/Tcc/de_liberacao_16_09.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019
5	2009	Deliberação câmara de graduação 033/2009 – Adequações	5	Práticas Profissionais passam ser disciplinas essenciais; currículo de 3.000h; 56h AAC	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Deliberação câmara de graduação 033/2009: Estabelece adequações no curso Serviço Social. Londrina: UEL, 2009e. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_33_09.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019
6	2013	Resolução câmara de graduação 033/2013 – regulamento de estágio	9	Regulamento de estágio: disposições iniciais, princípios e diretrizes, campos e atividades de estágio, organização administrativa e didática, supervisão, estágio curricular obrigatório, não obrigatório, disposições finais	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Resolução câmara de graduação 033/2013: Aprova Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório e não Obrigatório do Curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 2013c. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_33_13.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019
7	2013	Deliberação 011/2013 – Adequações curriculares	8	Suprime quatro disciplinas: estatística, políticas setoriais, ensino da supervisão e perspectivas na atualidade. Altera a disciplina de pesquisa do	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Deliberação 011/2013: Estabelece adequações curriculares no curso de Graduação em Serviço Social, currículo 2010. Londrina: UEL, 2013d. Disponível em:

				1º para o 2º semestre. Altera nomenclatura de planejamento, movimentos sociais, gestão e comunicação social. Desmembra seguridade social em 3 disciplinas, altera carga horária de filosofia e inclui fundamento filosófico, seminários temáticos I e II. Altera ementas.	http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_11_13.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019
8	2013	Deliberação 014/2013 - adequações	1	Fundamentos I e Prática I viraram disciplinas essenciais, muda disciplina de semestre.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Deliberação Câmara de Graduação nº 014/2013: Estabelece adequações curriculares no curso de Graduação em Serviço Social, currículo 2014. Londrina: UEL, 2013e. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_14_13.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019
9	2013	Resolução CEPE 080/2013 – Dependência	1	Altera regime de dependências.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Deliberação Câmara de Graduação nº 080/2013: Altera o regime de dependência do curso de Serviço Social, a vigorar a partir do ano letivo de 2014. Londrina: UEL, 2013f. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/resolucoes/2013/resolucao_80_13.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019
10	2013	Deliberação 039/2013 – altera semestre	1	Altera disciplina de comunicação do primeiro para o segundo semestre	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Deliberação da Câmara de Graduação nº 039/2013: Altera a forma de oferta da atividade acadêmica 6NIC011 - Comunicação Popular e

					Comunitária, da 4ª série, do Curso de Serviço Social – currículo. Londrina: UEL, 2013g. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_39_13.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019
11	2014	Resolução câmara de graduação 040/2014 – regulamento de estágio	12	Aprova o regulamento de estágio: disposições iniciais, princípios e diretrizes, campos e atividades de estágio, organização administrativa e didática, orientador de campo, supervisão de estágio, estagiário, supervisão de estágio, do estágio supervisionado curricular, estágio curricular obrigatório e não obrigatório, sistema de avaliação do estágio curricular supervisionado, disposições finais.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Resolução câmara de graduação 040/2014: Aprova Regulamento Geral de Estágio Curricular Obrigatório e não Obrigatório do Curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 2014a. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_40_14.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019
12	2014	Deliberação 019/2014 – LIBRAS	1	Incluir libras como disciplina especial que pode ser usada como AAC.	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Deliberação da Câmara de Graduação nº 019/2014: Inclui Libras - Língua Brasileira de Sinais como disciplina especial no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 2014b. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_19_14.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019
13	2017	Deliberação 021/2017 – NDE	4	Regulamento do NDE: definição, atribuições, objetivos,	UEL, Universidade Estadual de Londrina. Deliberação da Câmara de Graduação nº

				organização, coordenação, membros, funcionamento, disposições gerais e finais.	021/2017: Aprova o regulamento do NDE – Núcleo Docente Estruturante do Curso de Serviço Social. Londrina: UEL, 2017. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_19_14.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2019
--	--	--	--	--	--

Fonte: a própria autora

Quadro 4 – Quadro comparativo entre as disciplinas do curso de Serviço Social da UEL

1973	1980	1984	1992	2002	
Disciplinas básicas					
Introdução à economia	Introdução à economia	Introdução à economia	Economia	Economia Política	
Economia Social e do Desenvolvimento	Economia Social e do Desenvolvimento	Economia Social e do Desenvolvimento			
Língua Portuguesa A*		Língua portuguesa A		Oficina de Letras	
Língua Francesa A*					
Língua Inglesa A*					
	Iniciação filosófico-científica	Introdução ao pensamento filosófico I	Filosofia	Filosofia	
		Introdução ao pensamento filosófico II			
		Filosofia Social			
Psicologia da personalidade I	Psicologia Geral	Psicologia Geral	Psicologia Geral e Social	Psicologia Social	
	Psicologia da personalidade I	Psicologia Social A			
Psicologia A	Psicologia Social A	Psicologia da personalidade I			
Psicopatologia	Psicopatologia Geral				
Introdução a Sociologia	Introdução à Sociologia	Introdução à Sociologia	Sociologia	Sociologia	
		Sociologia do desenvolvimento			
Sociologia I		Sociologia do desenvolvimento			Sociologia urbana
Sociologia II		Sociologia urbana			Sociologia rural
Antropologia Cultural I	Antropologia I		Antropologia	Antropologia	
	Antropologia social				
	Ciência Política	Fundamentos de Ciência Política para o Serviço Social	Fundamentos da Ciência Política	Ciência política	
Matemática I	Estatística I	Estatística básica	Estatística Básica	Estatística	
Estatística	Estatística II				
Técnicas de Comunicação			Introdução às Ciências e Técnicas da Comunicação	Comunicação Popular e Comunitária	

Direito e legislação social I	Direito e legislação social	Direito e legislação social	Direito e Legislação social	Direito	
Direito e legislação social II	Legislação social	Legislação social			
Práticas de Educação Física	Práticas de Educação Física	Práticas de Educação Física	Práticas desportivas		
Estudo de Problemas Brasileiros	Estudo de Problemas Brasileiros	Estudo de Problemas Brasileiros	Estudo de Problemas Brasileiros		
Disciplinas Profissionalizantes					
Introdução ao Serviço Social I	Teoria do Serviço Social I	Introdução ao Serviço Social	Fundamentos Históricos e Teóricos do Serviço Social I	Fundamentos do Serviço Social I	
Introdução ao Serviço Social II		Teoria do Serviço Social II			Teoria do Serviço Social I
Teoria do Serviço Social I	Serviço Social de Caso I		Teoria do Serviço Social II		Fundamentos Históricos e Teóricos do Serviço Social II
Teoria do Serviço Social II		Serviço Social de Caso II			
Serviço Social de Caso I	Serviço Social de Grupo I	Metodologia do Serviço Social I	Metodologia do Serviço Social I		
Serviço Social de Caso II		Metodologia do Serviço Social II			
Serviço Social de Grupo I	Serviço Social de Grupo II	História do Serviço Social I	Metodologia do Serviço Social I		
Serviço Social de Grupo II					Desenvolvimento de comunidade I
Serviço Social de Comunidade I	Serviço Social de Comunidade II	Teoria do Serviço Social III	Fundamentos Históricos e Teóricos do Serviço Social III		Fundamentos do Serviço Social II
Serviço Social de Comunidade II					
Teoria do Serviço Social III	Serviço Social de Grupo III	Metodologia do Serviço Social III	Metodologia do Serviço Social II		
Serviço Social de Caso III		Metodologia do Serviço Social IV			
Serviço Social de Caso IV*	Serviço Social de Comunidade III	História do Serviço Social II	Desenvolvimento de Comunidade		
Serviço Social de Grupo III		Desenvolvimento de comunidade II			
Serviço Social de Grupo IV*	Serviço Social de Comunidade IV*				
Serviço Social de Comunidade III					
Serviço Social de Comunidade IV*					

		História Econômica, Política e Social do Brasil A	Serviço Social e a Investigação da Realidade Social	Formação Política, Econômica e Social do Brasil
	Campo de atuação do Serviço Social		Cotidiano da Prática Profissional I	Oficina de Serviço Social I A
	Supervisão em Serviço Social			Oficina de Serviço Social III A
	Síntese do Serviço Social		Cotidiano da Prática Profissional II	Oficina de Serviço Social IV A
			Instrumentos e Técnicas em Serviço Social	Oficina de Serviço Social V
Metodologia científica				
Metodologia e Técnica de Pesquisa I	Metodologia e Técnica de Pesquisa I	Metodologia e Técnica de Pesquisa I	Pesquisa em Serviço Social I	
Metodologia e Técnica de Pesquisa II	Investigação do relacionamento homem e meio social	Pesquisa em Serviço Social I	Pesquisa em Serviço Social II	Pesquisa em Serviço Social
Metodologia e Técnica de Pesquisa III		Pesquisa em Serviço Social II		
Ética Profissional	Ética Profissional em Serviço Social	Ética Profissional em Serviço Social	Ética Profissional em Serviço Social	Ética Profissional
				Fundamentos Filosóficos do Serviço Social
Metodologia de Planejamento Social I	Metodologia de Planejamento Social I	Teoria e metodologia de Planejamento Social	Planejamento em Serviço Social	Planejamento em Serviço Social
Metodologia de Planejamento Social II	Metodologia de Planejamento Social II	Planejamento Social		
Metodologia de Planejamento Social III				
Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	Estágio Supervisionado I
Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado II		
Estágio Supervisionado III				
Estágio Supervisionado IV	Estágio Supervisionado III	Estágio Supervisionado III	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	Estágio Supervisionado II
Estágio Supervisionado V				

Estágio Supervisionado VI	Estágio Supervisionado IV	Estágio Supervisionado IV			
Estágio Supervisionado VII					
Política Social	Instituições de bem-estar social	Política Social	Política Social	Política Social	
	Política Social				
Saúde Coletiva				A Política de Seguridade Social com Ênfase na Política de Previdência Social	
				A Política de Seguridade Social com Ênfase na Política de Assistência Social	
				A Política de Seguridade Social com Ênfase na Política de Saúde	
		Seminários da Prática I			
		Seminários da Prática II			
		Seminários da Prática III	Prática Profissional I		
Administração e Supervisão em Serviço Social I			Administração em Serviço Social I	Administração em Serviço Social	
Administração e Supervisão em Serviço Social II			Administração em Serviço Social II		
		Supervisão em Serviço Social	Gestão em Serviço Social I		
		Seminários da Prática IV			
		Seminários da Prática V			
		Seminários da Prática VI	Prática Profissional II		
					Seminários Temáticos I
					Seminários Temáticos II
					Movimentos Sociais e Serviço Social
					Trabalho e Sociedade
				Monografia de Conclusão de Curso	Elaboração De Trabalho De Conclusão de Curso
6 – 10 Períodos (semestres)	06 – 10 Períodos (semestres)	06 – 10 Períodos (semestres)	4 – 7 Anos	4 – 8 anos	

201 créditos: 3.645 horas	2.790 horas	209 créditos 3.435 horas	3.489 h	3.000 h
			135 h	56 h
30 créditos: 900 horas		20 créditos: 600 horas	600 h	544 h
		4 créditos 60 h	102 h	60 h
80 vagas: 1º semestre: 40 / 2º: 40			40 – mat e 40 – not	40 – mat e 40 – not
4 primeiros períodos matutino, 4 últimos integral	Matutino	Matutino	Matutino, em 1995 noturno	Matutino e noturno

Fonte: Quadro construído pela autora a partir da documentação analisada

APÊNDICE G

Quadro 5 – Quadro comparativo dos Objetivos, Perfil e Legislações

	1973	1980	1984	1992	2002
Leis	- Currículo mínimo: Parecer nº 242/70 - Lei de regulamentação da profissão: Decreto nº 994 de 15/05/1962.	- Reconhecimento do curso da UEL: Decreto 81727 de 24/05/78; - Currículo mínimo: Parecer nº 412/82; - Lei de regulamentação da profissão: Decreto nº 994 de 15/05/1962.	- Reconhecimento do curso da UEL: Decreto 81727 de 24/05/78; - Currículo mínimo: Parecer nº 412/82; - Lei de regulamentação da profissão: Decreto nº 994 de 15/05/1962.	- Reconhecimento do curso da UEL: Decreto 81727 de 24/05/78; - Currículo mínimo: Parecer nº 412/82; - Lei de regulamentação da profissão: Decreto nº 994 de 15/05/1962.	- Reconhecimento do curso da UEL: Decreto 81727 de 24/05/78; - Lei de diretrizes e bases – LDB 9394/1996 - Diretrizes Curriculares: Parecer 492 de 03/04/2001; - Lei 8662 de 07/07/1993.
Objetivo Geral	Não consta	Formar profissionais habilitados a investigar, interpretar e propor formas de intervenção em situações do inter-relacionamento homem meio social, atendendo os reclamos de uma sociedade em mudanças visando a seu bem-estar.	Formar assistentes sociais voltados para o desenvolvimento de uma prática profissional comprometida com a realidade histórica social em que atuam.	Formar assistentes sociais capazes de intervir e construir conhecimentos numa perspectiva crítico-científico considerando as demandas decorrentes da dinâmica da sociedade, do Estado e do próprio Serviço Social	Formar assistentes sociais capazes de intervir e construir conhecimentos numa perspectiva crítico-científico considerando as demandas decorrentes da dinâmica da sociedade, do Estado e do próprio Serviço Social
Objetivos Específicos	Não consta	Ao final do curso o aluno deverá estar apto a: - a supervisionar, coordenar e dar orientação técnica a programas e atividades específicas da área; - desempenhar cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas, de economia mista e particulares; - Elaborar planos, programas e projetos de	- desenvolver no aluno o senso crítico e a competência profissional estabelecendo, por ocasião do ensino, a relação teoria-prática; - estimular o raciocínio lógico, a capacidade de tecer relações e proceder análise e síntese; - Habilitar o aluno a investigar, propor e operar alternativas de	- Propiciar o conhecimento das vertentes teórico-metodológicas explicativas da sociedade contemporânea e as teorias intermédias pertinentes à ação do serviço social; - Desenvolver habilidades técnico-políticas que respondam às exigências da intervenção profissional; -Proporcionar subsídios para atuação na gestão é	1ª série a) conhecer os determinantes das desigualdades sociais como expressões da questão social; b) analisar o surgimento e consolidação da profissão; c) adquirir habilidades necessários à elaboração de trabalhos científicos e a vivência acadêmica. 2ª série Levar o aluno a:

		<p>serviço social;</p> <ul style="list-style-type: none"> - investigar, diagnosticar, planejar, dirigir grupo executar e avaliar a prática de serviço social, através da prestação de serviço individual grupal comunitário e institucional; - Atuar na formulação, aplicação e avaliação de diretrizes e normas de política social 	<p>ação através da utilização de instrumental técnico adequado;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incentivar o aluno a estabelecer relações entre a sua formação específica e seu futuro comprometimento como categoria profissional. 	<p>administração de políticas sociais;</p> <ul style="list-style-type: none"> - oferecer elementos para desenvolvimento de espírito investigativo que aprofundem a compreensão da realidade social e contribuam para a melhoria da ação profissional. 	<p>a) Conhecer as formas de intervenção do Estado na questão social;</p> <p>b) conhecer as propostas de intervenção profissional;</p> <p>c) assumir postura ética com relação à ação profissional;</p> <p>d) desenvolver habilidades básicas para a intervenção profissional.</p> <p>3ª série</p> <p>Levar o aluno a:</p> <p>a) Conhecer os instrumentos da administração e do planejamento social;</p> <p>b) instrumentalizar o aluno para intervir nas várias áreas da política social;</p> <p>c) dar suporte ao aluno para o processo de intervenção supervisionada.</p> <p>4ª Série</p> <p>a) Levar o aluno a aprofundar as principais questões abordadas durante o curso através da reflexão dirigida e da elaboração de trabalho científico.</p>
Perfil	Não consta	Não consta	Não consta	<p>O curso de serviço social implementará sua ação didático pedagógica tendo em vista a formação de profissionais com capacidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"> -resgatar a totalidade da vida social a partir das manifestações singulares e 	<p>Profissional que atua na malha dos serviços sociais, formulando e implementando propostas para a sua expansão e desenvolvimento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil é movimentos sociais.</p>

				<p>demandas multifacetadas no cotidiano da prática profissional;</p> <ul style="list-style-type: none"> - compreender o movimento da sociedade e do Estado e as demandas sociais dela decorrente com visão prospectiva; - conhecer e utilizar o arsenal de conhecimentos referentes ao agir profissional ocupando expandindo o espaço interventivo e superando instituído; - Identificar e intervir nas solicitações reais e emergentes na sociedade brasileira considerando as especificidades regionais e locais; - Criar e recriar habilidade interventivas relativas à gestão e administração de serviços sociais. - Sistematizar é produzir conhecimento sobre ação profissional. 	<p>Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do código de ética do assistente social. Profissional capacitado para ser gestor de forma a saber planejar, gerir e administrar serviços sociais. Profissional habilitado para intervir através do uso adequado de estratégias e instrumentos e técnicas na relação direta com a população usuária de serviços sociais</p>
--	--	--	--	---	--

Fonte: Quadro construído pela autora a partir da documentação analisada

ANEXOS

ANEXO A

Questionário para os Egressos do curso de Serviço Social / UEL

Dados de Identificação

1. Qual o turno que você frequentou o curso? (** obrigatória*)
 Matutino Noturno

2. Qual o ano letivo de conclusão do curso? (** obrigatória*)
 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016
 2017 2018

3. Sexo:
 Feminino Masculino

4. Qual estado reside atualmente? (** obrigatória*)
 Paraná Santa Catarina Rio Grande do Sul São Paulo Rio de Janeiro
 Espírito Santo Minas Gerais Goiás Mato Grosso Mato Grosso do Sul
 Distrito Federal Alagoas Bahia Ceará Maranhão
 Paraíba Pernambuco Piauí Rio Grande Do Norte Sergipe
 Acre Amapá Amazonas Pará Rondônia Roraima
 Tocantins Outro: _____

Dados sobre a Formação

1. Qual sua última titulação? (** obrigatória*)
 Graduação Especialização Mestrado Doutorado Pós-doutorado

2. Após formado (a) você realizou/participou de cursos de aperfeiçoamento ou participou de eventos científicos? (** questão obrigatória*)
 Sim Não

3. Se sim, especifique quais cursos e eventos. (*aberta*)

Situação Profissional

1. Você trabalha na área do Serviço Social? (** obrigatória*)
 Trabalho na área Não trabalho Já trabalhei, mas no momento não exerço a profissão Não tenho interesse em exercer a profissão

2. Caso não esteja trabalhando na área, qual o motivo pelo qual não está exercendo a profissão?
 Melhor oportunidade em outra área Financeiramente desestimulador

- Dificuldade de inserção no mercado de trabalho Diminuição da oferta de concursos públicos Outro: _____
3. Você possui mais de um vínculo empregatício na área do Serviço Social?
 Sim Não
4. Caso possua mais de um vínculo, especifique quantos.
 02 (dois) 03 (três) mais de 03 (três)
5. Qual sua jornada de trabalho semanal? (Caso possua mais de um vínculo, considerar o principal.)
 12 (doze) horas semanais 20 (vinte) horas semanais 30 (trinta) horas semanais 40 (quarenta) horas semanais Outro:

6. Qual o grau de satisfação com a atividade profissional?
 Muito satisfeito Satisfeito Satisfação média Insatisfeito
7. Em que área você exerce ou já exerceu a profissão? (Caso possua mais de um vínculo, considerar o principal.)
 Docência Mulher Habitação Empresa Saúde Previdência Assistência Social Sócio-jurídico Educação Idoso Criança e Adolescente Pessoas com deficiência Movimentos sociais Conselhos municipais Outro: _____
8. Indique a natureza jurídica da instituição empregadora. (Caso possua mais de um vínculo, considerar o principal.)
 Administração pública municipal Administração pública estadual Administração pública federal Empresa privada Entidade sem fins lucrativos Outro: _____
9. Forma como foi contratado (a)
 Concurso público Processo seletivo Pregão eletrônico Prestação de serviços Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) Outro:

10. Há quanto tempo atua ou atuou na área do Serviço Social?
 Menos de 12 (doze) meses de 01 (um) a 02 (dois) anos de 03 (três) a 05 (cinco) mais de 05 (cinco) anos
11. Há quanto tempo atua ou atuou na área do Serviço Social?
 até 01 (um) salário mínimo [até R\$998,00]
 mais de 01 (um) até 03 (três) salários mínimos [R\$999,00 – 2.994,00]
 mais de 03 (três) a 05 (cinco) salários mínimos [R\$ 2.995,00 – 4.990,00]

- mais de 05 (cinco) a 07 salários mínimos [R\$4.991,00 – 6.986,00]
 mais de 07 (sete) a 09 (nove) salários mínimos [R\$6.987,00 – 8.982,00]
 mais de 09 (nove) salários mínimos [acima de R\$8.983,00]

Avaliação do curso

1. Os componentes curriculares ofertados em seu processo formativo contribuíram para o seu desempenho profissional? (**obrigatória*)
 Sim Muito Razoavelmente Não
2. Quanto à organização dos componentes curriculares que compuseram a matriz curricular do curso, você considera: (**obrigatória*)
 Ótima Boa Regular Ruim
3. Como você avalia o nível de exigência do curso? (**obrigatória*)
 Deveria exigir muito mais Deveria exigir um pouco mais Exige na medida certa Deveria exigir um pouco menos
4. Durante o seu processo formativo você participou de:
 Projetos de pesquisa Projetos de extensão Projetos de ensino Não participei
5. Como você avalia sua experiência de estágio supervisionado durante sua formação? (**obrigatória/aberta*)

6. Em relação ao processo de orientação para elaboração do TCC, como foi seu nível de satisfação? (**obrigatória*)
 Satisfeito Muito satisfeito Insatisfeito
7. Como você tem mantido contato com a UEL e/ou outras universidades? (**obrigatória*)
 Não tenho participado / mantido contato Participação de eventos Cursos de atualização Procura dos serviços prestados Lato Sensu: Especialização / Pós-Graduação Stricto Sensu: Mestrado/ Doutorado / Pós-doutorado Grupos de estudos Grupos de pesquisa Outro:

8. Você gostaria de continuar mantendo contato com o Colegiado do Curso de Serviço Social da UEL? (**obrigatória*)
 Sim Não

9. Se sim, qual a melhor forma?

E-mail Telefone WhatsApp Redes Sociais Outro:

10. Como você avalia seu processo formativo? (Esse espaço é reservado para que você manifeste suas percepções sobre o curso e a formação em Serviço Social da UEL) (*obrigatória/aberta)

ANEXO B

SÍNTESE DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UEL NO PROCESSO DE REVISÃO CURRICULAR

A necessidade de alterações no projeto de formação profissional do Assistente Social vem sendo observada desde o final da década de 80 com as modificações no cenário político do país. No início dos anos 90 o debate em torno à necessidade de se repensar o Currículo dos Cursos de Serviço Social ganhou expressão, de maneira que em 1994, refletindo aclamações neste sentido a ABESS iniciou o processo de revisão curricular.

Nos anos de 1994, 1995 e 1996 foram realizadas no Brasil aproximadamente 200 oficinas locais, 25 regionais e duas nacionais que culminaram com a aprovação de um novo Currículo Mínimo em novembro de 1996.

Apresentamos a seguir o rol das atividades e eventos que compuseram esse processo e que envolveram o Curso de Serviço Social da UEL:

1994

OFICINA REGIONAL DE ABESS – CURITIBA (Profª Iolanda ?)

OFICINA REGIONAL DE ABESS – FLORIANÓPOLIS (Profª Ednéia e Prof Evaristo)

OFICINA REGIONAL DE ABESS – FLORIANÓPOLIS (Prof Evaristo)

No período tiveram início os debates em torno às grandes questões que mereceriam atenção da categoria e das escolas. Internamente na UEL discutia-se à quem caberia a condução do processo de revisão curricular: Chefia ou Colegiado de Curso, concluindo que caberia ao último.

1995

OFICINA NACIONAL DE ABESS – RIO DE JANEIRO (Profª Claudia e Prof Evaristo)
 OFICINA LOCAL - SEMINÁRIO DAS DEMANDAS – LONDRINA
 OFICINA LOCAL - SEMINÁRIO DAS DEMANDAS – LONDRINA
 OFICINA REGIONAL DE ABESS – FLORIANÓPOLIS (Prof.Evaristo)
 OFICINA LOCAL - SEMINÁRIO DAS DEMANDAS – LONDRINA
 CONVENÇÃO/OFICINA NACIONAL DE ABESS – RECIFE (Profª Claudia e Prof Evaristo)

O ano foi intenso em debates, iniciando e terminando com oficinas nacionais. Em anexo apresentamos o relatório intitulado “RELATÓRIO SÍNTESE DOS IMPASSES E TENSÕES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL” elaborado pelo Prof. Evaristo e apresentado ao público presente em uma das oficinas do Seminário das Demandas, nele chamamos a atenção para o debate em torno à direção social do curso e ao eixo da formação profissional.

As Oficinas Locais denominadas SEMINÁRIOS DAS DEMANDAS foram precedidas de três meses de intensos trabalhos envolvendo os grupos organizados de profissionais da região (ver programação anexo). Ao todo participaram aproximadamente 220 pessoas entre profissionais, professores e estudantes.

Nas oficinas locais nossa escola debateu e votou pela não explicitação de uma direção social, no projeto de formação, considerando sua imposição inócua (uma vez que essa definição implica considerar o corpo de professores e sua opção política) e indicadora de uma posição totalitária (incompatível com um projeto pluralista de formação)

Após a terceira Oficina Local definimos nossa posição acerca do eixo do curso.

As discussões levaram-nos às políticas sociais. Mais precisamente debateu-se a necessidade de uma formação voltada à capacitação dos profissionais para a gestão de serviços e políticas sociais. As críticas ao processo de formação levaram em conta que o momento político e econômico do país impunha aos profissionais além de uma análise crítica da realidade, a capacitação para interferir na mesma, garantindo à população serviços eficientes e eficazes como garantia de direitos sociais.

Elaborou-se também uma proposta de ementário de disciplinas como indicativo para futuros debates.

A Oficina Nacional de Recife, foi originalmente convocada como Convenção Nacional em novembro de 1995 e sua missão era votar o novo Currículo Mínimo, no entanto os presentes consideraram prematura a votação e solicitaram adiamento. Importante frisar que nossos representantes denunciaram aqui a leviandade do processo realizado, com documentos sendo apreciados sem tempo hábil para leitura e com plenárias de votação esvaziadas.

1996

OFICINA LOCAL - SEMINÁRIO DAS DEMANDAS – LONDRINA

ENCONTRO ESTADUAL – TOLEDO (Prof. Evaristo)

OFICINA REGIONAL DE ABESS – FLORIANÓPOLIS (Profª Jolinda e Profª Silvia Colmán e representantes estudantis)

CONVENÇÃO NACIONAL DE ABESS – RIO DE JANEIRO – APROVA O NOVO CURRÍCULO MÍNIMO (NOVEMBRO) (Profª Claudia e Prof Evaristo)

PROMULGADA A NOVA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (DEZEMBRO)

O ano de 1996 foi de apresentação das propostas e deliberações. Após discussões nos níveis regionais e nacional o novo currículo foi aprovado em novembro.

A questão da direção social do curso foi mantida, embora a opção pelo socialismo apareça atenuada nos textos formulados.

Quanto ao eixo, optou-se por uma saída consensual em virtude das várias propostas e falta de hegemonia do projeto da ABESS: definiu-se pelo eixo baseado na “*questão social*”.

Importante frisar que o processo dirigido pela ABESS ignorou os debates em torno à nova LDB, de maneira que um mês após a votação do novo Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social a categoria se deparou com a nova LDB que propõe a extinção dos Currículos Mínimos, a flexibilização do ensino superior, entre outras questões.

A ABESS opta por alterar o nome do documento, sem retomar o debate, mudando o título do documento intitulado “CURRÍCULO MÍNIMO” para “DIRETRIZES CURRICULARES”

1997

OFICINA REGIONAL DE ABESS –FLORIANÓPOLIS (Profª Silvia Colmán)
OFICINA LOCAL –DEBATE SOBRE OS NÚCLEOS – LONDRINA

O processo é interrompido e fica em compasso de espera das normas operacionais que definem a aplicação dos artigos da nova LDB.

A Oficina Regional avalia o possível impacto da nova LDB nas escolas, nos cursos de Serviço Social e na proposta aprovada de Diretrizes Curriculares.

Na Oficina Local tentamos iniciar um processo de discussão amplo dos três Núcleos propostos no documento das Diretrizes Curriculares, processo este que não teve continuidade em virtude das incertezas que tomaram conta de todos.

1998

OFICINA ESTADUAL – PONTA GROSSA (Profª Silvia Colmán e repres. estudantis)
OFICINA REGIONAL DE ABESS – TUBARÃO (sem representação)

Algumas portarias e ordens de serviço do Ministério da Educação interpretando a nova LDB começaram a surgir e dar diretrizes de ações..

As escolas são consultadas pelo MEC/Sesu pedindo indicação de nomes e propostas de alterações curriculares. Nossa escola votou no Departamento e o Colegiado enviou uma lista de dez nomes e referendou o documento da ABESS como proposta de alteração curricular.

Foi definida a Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social pelo Ministério da Educação: Mariângela Belfiori Wanderley, Marilda Vilela lamamoto e Maria Bernadete M.P. Rodrigo.

Inicia-se o processo de enquadramento do documento “DIRETRIZES CURRICULARES PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL”, aos parâmetros do MEC.

1999**OFICINA LOCAL – SEMANA DO ASSISTENTE SOCIAL – LONDRINA**

Em janeiro deste ano a ABESS distribuiu ofício indicando que o enquadramento preliminar proposto pelo MEC fere os princípios do documento votado pela Convenção da ABEPSS.

Após reuniões com a Comissão de Especialistas, em março, a ABEPSS distribuiu novo ofício considerando satisfatório o enquadramento final divulgado pelo MEC.

Assim reiniciamos o processo de debate interno, desta vez com os documentos vigentes aprovados.

Relatório elaborado pela Prof^a Silvia Alapanian, do Colegiado do Curso de Serviço Social para a 2^a Oficina de Debates sobre a Questão Curricular – Junho de 1999.